



Relatório da Administração

2026

(ano-base 2025)

Menu Interativo
(Navegue pelos capítulos)



Relatório da Administração **2026** (ano-base 2025)

Recursos Interativos
Explore as funcionalidades
interativas deste relatório:



Elementos Interativos
(Passe o mouse sobre os elementos)



Elementos Clicáveis
(Clique nos botões)



Navegação
(Navegue pelas páginas e
retorne para o sumário)





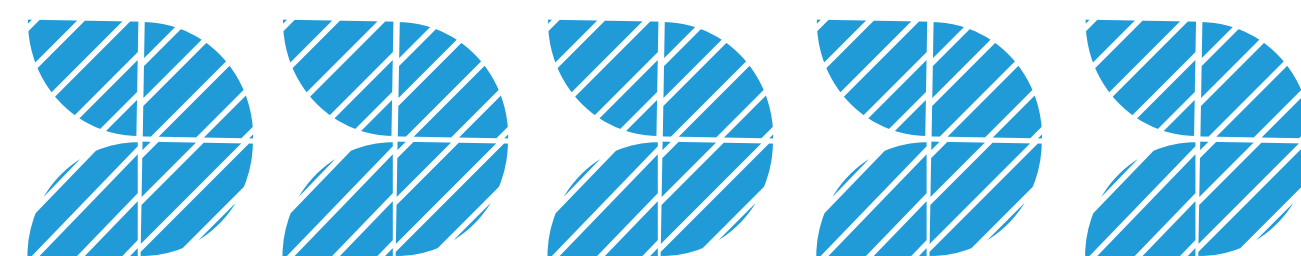
Apresentação

O Relatório da Administração **2025** apresenta os resultados da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em consonância com a Lei Federal nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como, outras normas regulatórias.

É um documento que contém as informações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, em conformidade com os padrões do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e com os requisitos do modelo de governança corporativa de emissor registrado na categoria A, pela CVM.

Abrange o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, e aborda vários temas em capítulos como: perfil, gestão ambiental, social, governança, negócios e desempenho econômico-financeiro com parecer dos auditores independentes.

É uma ferramenta essencial para a gestão, cujo objetivo é demonstrar a atuação em prol da continuidade do negócio e a geração de valor para a sociedade, além de ratificar o compromisso com a transparência das informações fornecidas aos usuários, acionistas e demais interessados, contribuindo para fortalecer continuamente esse relacionamento.





Mensagem da Administração



Neuri Freitas
Presidente da Cagece

Diante da relevância do saneamento na vida das pessoas, a atualização do marco legal do setor vislumbra a universalização dos serviços, que é a visão de futuro estabelecida pela Companhia até 2033. A jornada é grandiosa, porém o planejamento estruturado, uma boa governança, muito trabalho, competência e resiliência de todos nós que fazemos parte do negócio, tem alcançado proporções relevantes, dignas de destaque.

Esse reconhecimento é demonstrado em forma de vários prêmios conquistados ao longo do ano, fruto da excelência em gestão, transparência, inovação e sustentabilidade. Entre os mais relevantes, o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) e o destaque, pela nona vez consecutiva, no prêmio: “150 Lugares Incríveis para Trabalhar”, que refletem o fortalecimento da marca Cagece, como referência no setor de saneamento básico, onde a missão, visão e os valores, estão alinhados a um planejamento estratégico consistente, proativo, no qual o agir hoje, para que amanhã, os objetivos sejam eficazmente alcançados. E falar de futuro, é falar também de sustentabilidade ambiental, especialmente no nosso negócio.

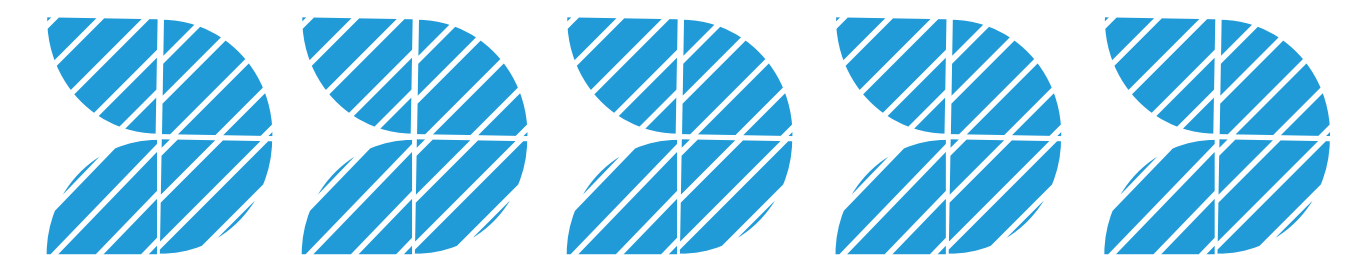
Em 2025, investimos o total de R\$ 1.304,6 milhões; a receita bruta da Companhia atingiu R\$ 2.924,3 milhões, um crescimento de 9,8% em comparação com 2024 e a receita líquida chegou a R\$ 2.652,7 milhões, 9,7% superior à obtida em 2024; o Ebitda totalizou R\$ 763,3 milhões, um crescimento de 10,0% em comparação ao exercício de 2024, e a margem Ebitda atingiu 28,8% em 2025, apresentando um crescimento de 0,1 p.p. em relação ao ano anterior.

Os números mostram que o horizonte é promissor, ainda que com marcos relevantes a alcançar, contudo com a estratégia necessária para seguirmos evoluindo rumo à universalização, avançando na expansão do acesso à água e ao esgotamento sanitário, e em meio a pequenos, médios e grandes passos, unimos inovação e sustentabilidade para construir um legado de prosperidade, cuidando hoje do futuro da nossa população e dos nossos recursos naturais.

Fique com os detalhes da nossa operação e os próximos passos da nossa evolução. Excelente leitura!

Concluimos mais um ciclo e a Cagece mostra força em decorrência de uma atuação séria e comprometida de todos os envolvidos, distribuídos nos 152 municípios, atendendo a mais de 5,73 milhões de pessoas. Com 54 anos de trajetória, a Companhia mantém-se dedicada à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, pautando a sustentabilidade e geração de valor para diversos públicos, incluindo clientes, sociedade, consumidores, acionistas, colaboradores, fornecedores e demais *stakeholders*.

Diante da urgência da ação global e a responsabilidade da geração atual sobre o desenvolvimento sustentável, a Cagece mantém-se signatária do Pacto Global da ONU, ao renovar os dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Para tanto, incrementamos investimentos na implementação de projetos e práticas ESG, ampliando o cenário de projetos de descarbonização, desenvolvendo a inclusão social e fortalecendo a governança corporativa.



3

Recursos Hídricos no Ceará





De acordo com dados da Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme), após o fim da quadra chuvosa em junho de 2025, o Ceará alcançou 55% da sua capacidade total de armazenamento hídrico, o que corresponde a aproximadamente 10,2 bilhões de metros cúbicos (m³) de água nos 157 reservatórios estratégicos monitorados pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh).

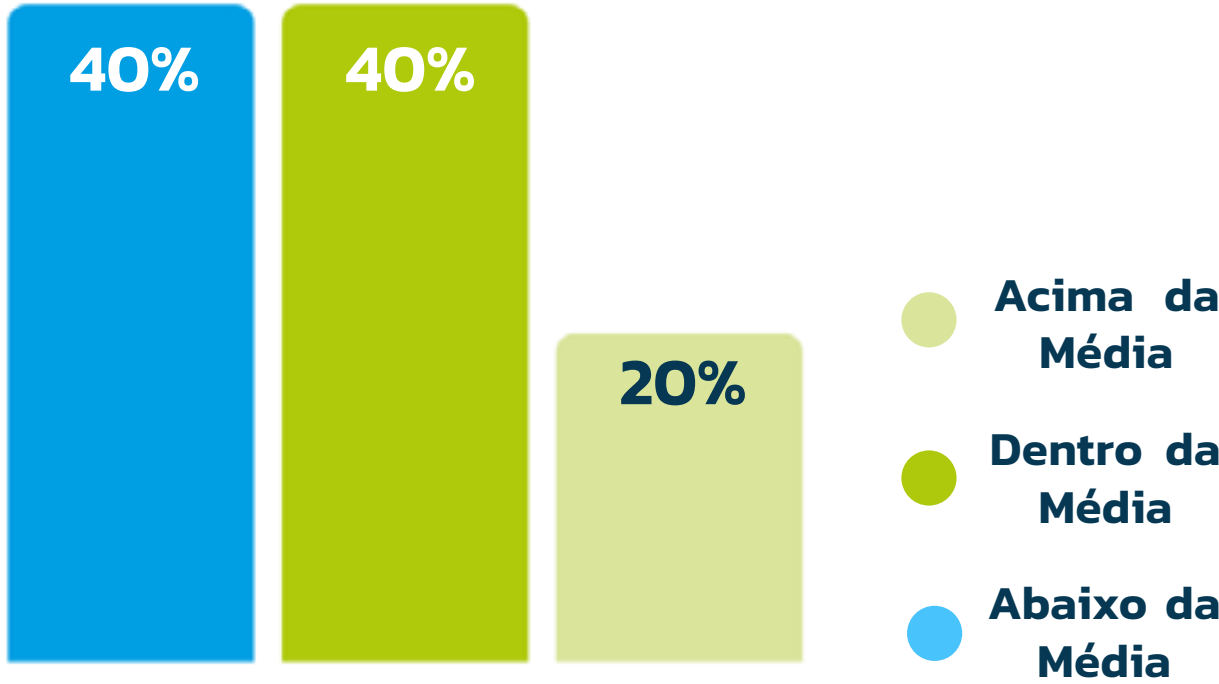


O aporte hídrico (volume de água que efetivamente entrou nos reservatórios), foi de 5,87 bilhões m³, com destaque para a sangria do açude Orós, o segundo maior do Estado, que voltou a transbordar após 14 anos, e as Bacias Metropolitanas, que registraram o maior aporte hídrico dos últimos 20 anos, com a entrada de 911,4 milhões m³ em seus 23 reservatórios monitorados. Esses

resultados positivos são cruciais para reforçar a segurança hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Para a quadra chuvosa de 2026, a Funceme divulgou o prognóstico conforme gráfico a seguir:

Probabilidade de Chuvas (%)



3.1 Programa Segurança Hídrica

Apesar do ciclo satisfatório de aporte hídrico, a seca é condição recorrente, que requer monitoramento, assim, o Estado, com o apoio do Banco Mundial, conta com o Programa Segurança Hídrica no Semiárido, parte da Plataforma Ceará 2050. A Cagece tem papel crucial para o êxito do referido programa, tendo em vista a proposição de uma reforma no modelo de gestão da água, combinando grandes investimentos em infraestrutura com o desenvolvimento de pesquisas e a qualificação da cadeia de negócios. Dentro desse contexto, o programa possui diversos projetos e ações prontas e outras em andamento, como o Cinturão das Águas, Malha D'água, Eixão das Águas, Ramal do Salgado e Dessalinização, destacados a seguir.

Cinturão das Águas do Ceará (CAC)

Foi projetado para ampliar a distribuição das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) no estado. Atualmente, o trecho 1 está em fase de implantação, totalizando 145,3 km de extensão compostos por canais, túneis e sifões. O objetivo desta etapa é transportar a água da barragem Jati (eixo norte do PISF) até as nascentes do Rio Cariús, conectando a região do Rio Salgado ao Alto Jaguaribe.



A implantação desse trecho, além de propiciar a transferência das vazões transpostas pelo PISF até o Açude Orós, possibilita uma melhor eficiência, até a construção do Ramal do Salgado, na condução da água derivada do eixo norte até o Açude Castanhão, maior do estado.

A Companhia atua na integração da água proveniente do CAC aos sistemas de abastecimento já existentes nas cidades, garantindo a segurança hídrica e a universalização do acesso à água tratada.



Malha D'água



Concebido para ampliar a infraestrutura de adutoras no estado e garantir água de qualidade a toda a população, o Malha D'água é considerado um dos projetos de segurança hídrica mais relevantes do Ceará. Com um alcance territorial de 688 km de extensão, o Projeto teve o setor 1 inaugurado em agosto de 2025, o qual deverá fornecer água tratada a nove sedes municipais: Banabuiú,

Deputado Irapuan Pinheiro, Jaguaretama, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópole, além de 38 sedes distritais (291,61 km de adutora principal e 396,48 km de ramais adutores), beneficiando 280 mil pessoas.

Com inovação e pioneirismo, será composto por adutoras de água tratada, com captação realizada diretamente nos mananciais de maior garantia hídrica e a implantação de Estações de Tratamento de Água (ETAs) junto a estes reservatórios, para posterior adução aos núcleos urbanos integrados ao sistema.

Eixão das Águas

O Eixão das Águas é um conjunto estratégico de obras hídricas que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a RMF, assegurando o abastecimento da população e o fornecimento ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).



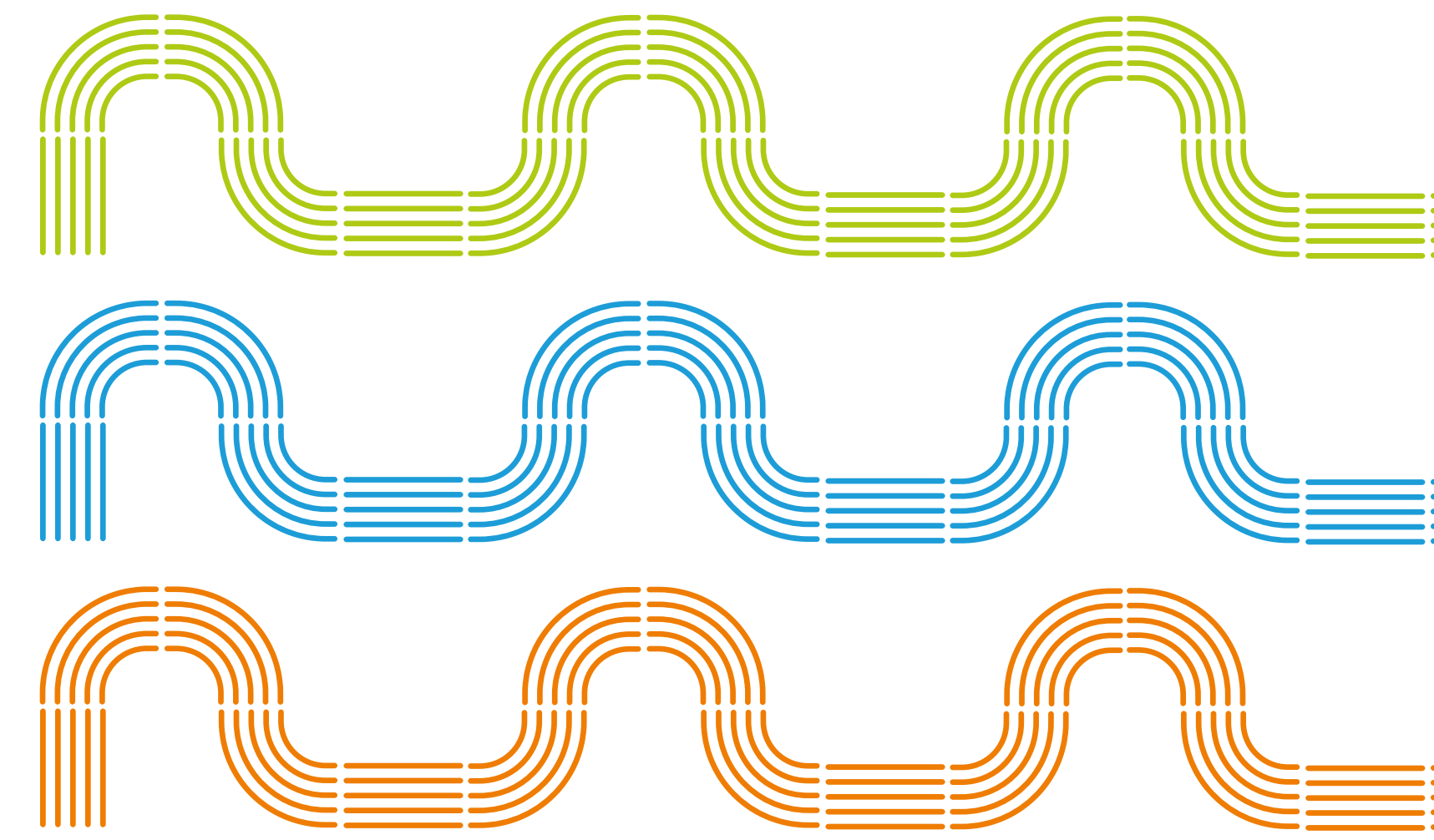
A duplicação do Eixão das Águas faz parte dos investimentos estruturantes do estado, por meio da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), para propiciar o uso sustentável e eficiente dos recursos hídricos, assegurando qualidade de vida para a população e suporte ao desenvolvimento econômico.

As obras são estratégicas para a segurança hídrica do Ceará, tendo em vista, que o empreendimento visa ampliar a capacidade de transporte de água do sistema, garantindo maior eficiência no abastecimento para as regiões atendidas.

Ramal do Salgado

Compõe o PISF com extensão aproximada de 36 km, ligando o trecho do Ramal do Apodi (divisa Paraíba–Ceará) aos municípios cearenses de Ipaumirim e Lavras da Mangabeira, desaguando no rio Salgado, afluente do Jaguaribe.

O objetivo central da obra é subsidiar a segurança hídrica para diversas áreas do estado, sobretudo a região sul, incluindo também a RMF. As obras irão beneficiar mais de 5 milhões de cearenses, em 54 municípios.





3.1.1 Projeto de Dessalinização

Um passo muito importante foi dado rumo à concretização do Projeto de Dessalinização, tendo em vista, que obteve no mês de setembro de 2025, a licença de instalação pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace). O documento atesta o cumprimento dos requisitos previstos na legislação ambiental. Isso significa que o Ceará se prepara para viver um momento histórico na gestão dos recursos hídricos com a implantação da maior planta do país e um dos projetos mais inovadores da América Latina.

O projeto é uma iniciativa estratégica crucial no Brasil na área de dessalinização, representando um avanço significativo para garantir o abastecimento de água diante da crescente demanda e das mudanças climáticas. Com a produção de $1\text{m}^3/\text{s}$ de água potável, a planta aumentará em 12% a oferta de água para a RMF e outras áreas do estado, beneficiando diretamente 720 mil pessoas. Além disso, tornará o sistema hídrico mais resiliente, reduzindo a dependência de outras fontes e promovendo a economia de água.

Outro ponto de destaque é o compromisso ambiental que norteia toda a execução da obra. A planta foi planejada para operar com eficiência energética e controle rigoroso dos efluentes salinos, minimizando impactos ao ecossistema marinho, alinhando-se às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pelo Pacto Global da ONU, que foi aderido pela Cagece em 2024.



Perfil Cagece



Definição e Escopo Operacional

A Cagece é uma sociedade de economia mista de capital aberto, que figura entre as principais empresas do Brasil no segmento de saneamento básico. Com sede em Fortaleza, foi criada pela Lei Estadual nº 9.499/1971 e alterada pela Lei Estadual nº 15.348/2013. Presta serviços de água e esgoto em 152, dos 184 municípios do Estado do Ceará, através de concessões municipais, opera em consonância com o arcabouço regulatório do setor, destacando-se a Lei Federal nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal nº 14.026/2020.

Composição Acionária

O Estado do Ceará detém 89,71% do número total de ações da Cagece, 89,72% das ações ordinárias e 70,98% das ações preferenciais da Companhia. A composição acionária é complementada pela participação do Município de Fortaleza, detentor de 10,28% do total de ações e 10,28% das ações ordinárias. Os demais acionistas detêm 0,01% do número total de ações e 29,02% das ações preferenciais. Informações detalhadas podem ser consultadas nas Demonstrações Contábeis.

Participações Societárias

Visando ampliar os empreendimentos e promover cada vez mais a sustentabilidade, a Cagece mantém participações em três Sociedades de Propósito Específico (SPEs): Utilitas: 15,0%; VSA: 49,0%; Sane Energia: 15,0%.



Clique na informação
desejada ao lado 





Reconhecimentos

Os prêmios conquistados sublinham o compromisso da empresa com a excelência dos serviços, a priorização dos colaboradores e a entrega de projetos inovadores que geram benefícios para a sociedade e o meio ambiente.

Em face disso, em destaque, os principais prêmios e reconhecimentos do ano:

Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS)



O PNQS 2025, concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), na categoria Grupo Perdas, Prêmio de Eficiência Operacional no Saneamento à Cagece, foi fruto do reconhecimento pelo projeto de redução de perdas por meio da implantação de Distritos de Medição e Controle (DMCs) no setor Floresta–Expedicionários. A Companhia conta atualmente com 74 DMCs implantados, sendo 29 apenas no setor premiado.

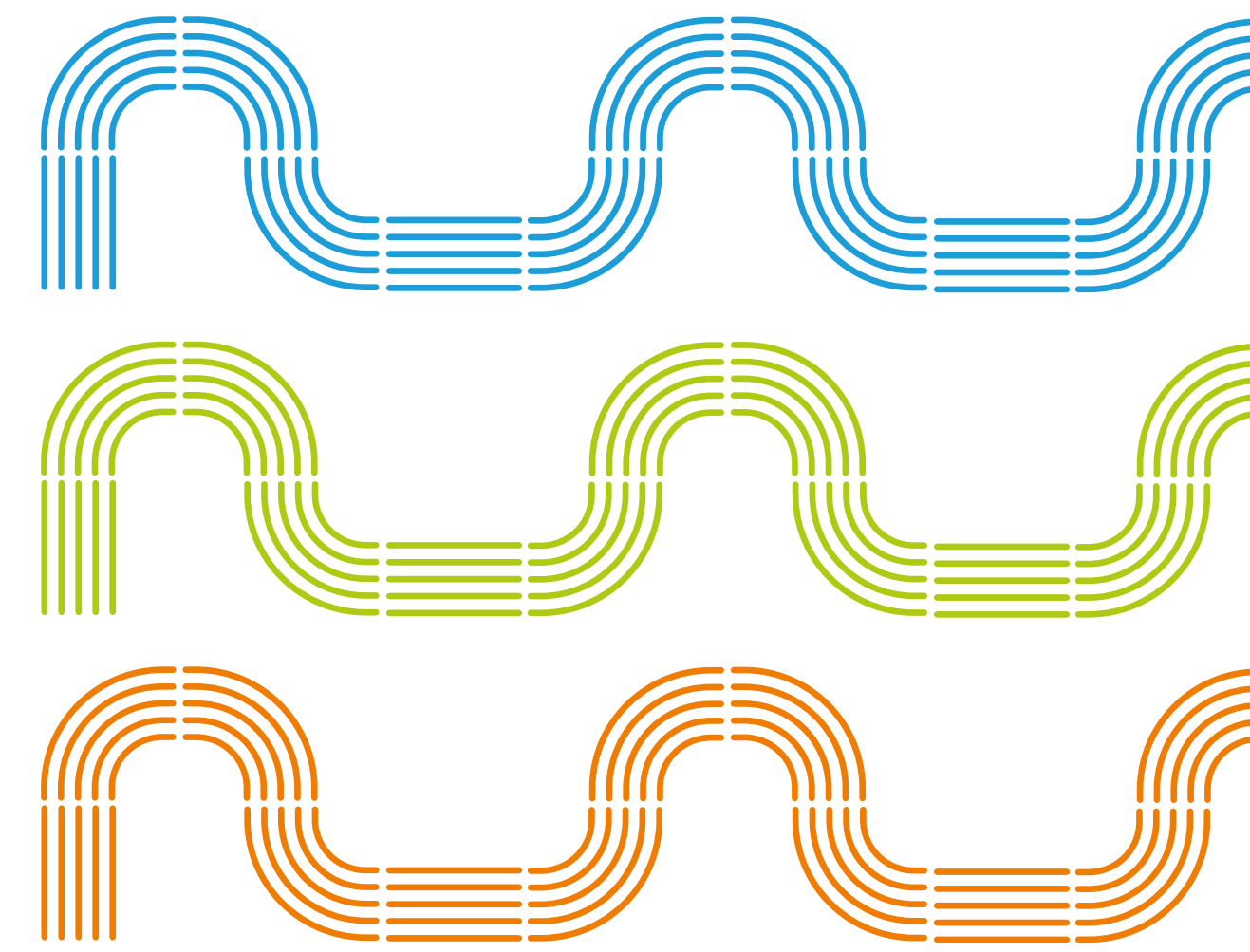
O PNQS é o principal programa de reconhecimento e aprimoramento da gestão empresarial no setor de saneamento ambiental, e visa estimular a busca pela excelência na gestão e promover a troca de boas práticas entre operadoras, fornecedores e órgãos reguladores, e tem como foco, a avaliação do sistema de gestão das organizações candidatas. A conquista demonstra a aplicação da melhoria contínua, da inovação e da eficiência na gestão do saneamento, contribuindo significativamente para a elevação da qualidade dos serviços oferecidos à população.

II Prêmio Universalizar

O II Prêmio Universalizar da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), reconheceu a Companhia em quatro categorias — Segurança Hídrica, Meio Ambiente, Transição Energética e Inovação, após rigorosa avaliação de comissões técnicas, com base em critérios específicos para cada área temática.

Pelo segundo ano consecutivo, o programa **Reciclocidades** ficou em primeiro lugar na categoria Meio Ambiente. Nesta edição, o destaque foi para a Coleção Mosaico: Saneamento Além do Óbvio. O programa socioambiental que envolve reciclagem, artesanato e protagonismo feminino, ao utilizar a moda como ferramenta de comunicação e sensibilização para a sustentabilidade, trouxe um

olhar com relação à necessidade de uma moda mais responsável, considerando que a indústria têxtil é uma das grandes consumidoras de água e a segunda mais poluente do planeta. **O Tratamento e Reúso Industrial em Pacajus e Horizonte**, alcançou o terceiro lugar na categoria Segurança Hídrica, e na categoria **Transição Energética**, obteve o segundo lugar, mantendo parceria estratégica que oportuniza a transição energética e a sustentabilidade, que tem como propósito a geração e distribuição de energia, a gestão de utilidades e a promoção da eficiência energética. Complementando o time de vencedores, o **Projeto Inteligência Geográfica – IGeo** foi agraciado com a segunda posição na categoria Inovação. É uma iniciativa que utiliza um Sistema de Informação Geográfica (SIG/GIS) para modernizar e integrar dados operacionais e comerciais da companhia. O principal objetivo é aprimorar a eficiência dos serviços de saneamento através da gestão inteligente de informações georreferenciadas.





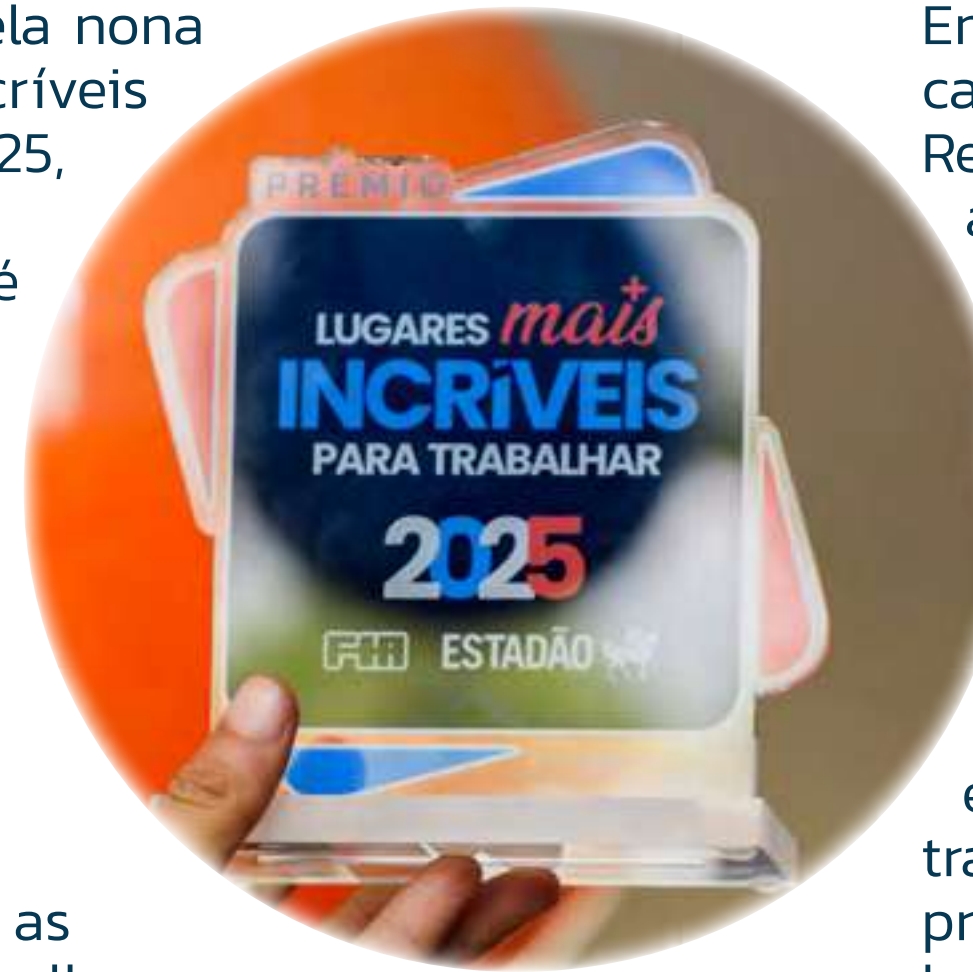
Prêmio CASACOR Ceará



O projeto RegeneraLab nasceu para transformar resíduos operacionais em soluções de *design* aplicadas em mobiliário urbano sustentável. Parte dos materiais que iriam para descarte ganhou nova vida no ambiente exposto na CASACOR. Conquistou o 1º lugar na categoria *Design* Cearense de acordo com avaliação de um júri técnico formado pela coordenação do curso de Arquitetura da Universidade de Fortaleza (Unifor), coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) e pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor). A Cagece surpreendeu ao apresentar um projeto que rompe com sua atuação tradicional, demonstrando o poder do saneamento como uma força de transformação social.

150 Lugares Incríveis para Trabalhar 2025

A Companhia alcançou pela nona vez, o prêmio “Lugares Incríveis para Trabalhar” edição 2025, na categoria de médio porte. O reconhecimento é referente ao resultado da participação na Pesquisa FIA *Employee Experience* (FEEx), realizada em parceria com o grupo, que premia empresas com as melhores práticas de gestão de pessoas e ambientes de trabalho saudáveis. São premiadas as empresas que alcançam melhores índices nas categorias: de clima organizacional e práticas de gestão de pessoas e índices de conexão, liderança e outros. O destaque foi mais uma vez no tema de Remuneração, Recompensa e Carreira, resultado que é fruto de uma cultura que acredita nas pessoas como o maior ativo da empresa, que entende que cuidar de quem cuida é essencial para alcançar os objetivos estratégicos da organização.



Ouvidoria Categoria Ouro

Em 2025, a Ouvidoria da empresa foi premiada na categoria Ouro na avaliação de desempenho da Rede de Ouvidorias do estado do Ceará referente ao ano de 2024. A avaliação foi realizada a partir das variáveis: resolutividade das demandas apresentadas à Ouvidoria com foco na percepção do cidadão, infraestrutura, qualificação profissional e engajamento do ouvidor aos objetivos do Sistema Estadual.

A categoria Ouro abrange as ouvidorias que superaram as expectativas e entregaram resultados expressivos à sociedade. A conquista reafirma a trajetória de excelência da Cagece, que já alcançou o primeiro lugar por oito anos consecutivos e segundo lugar em 2023, evidenciando a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.





4.1 Estratégia da Companhia

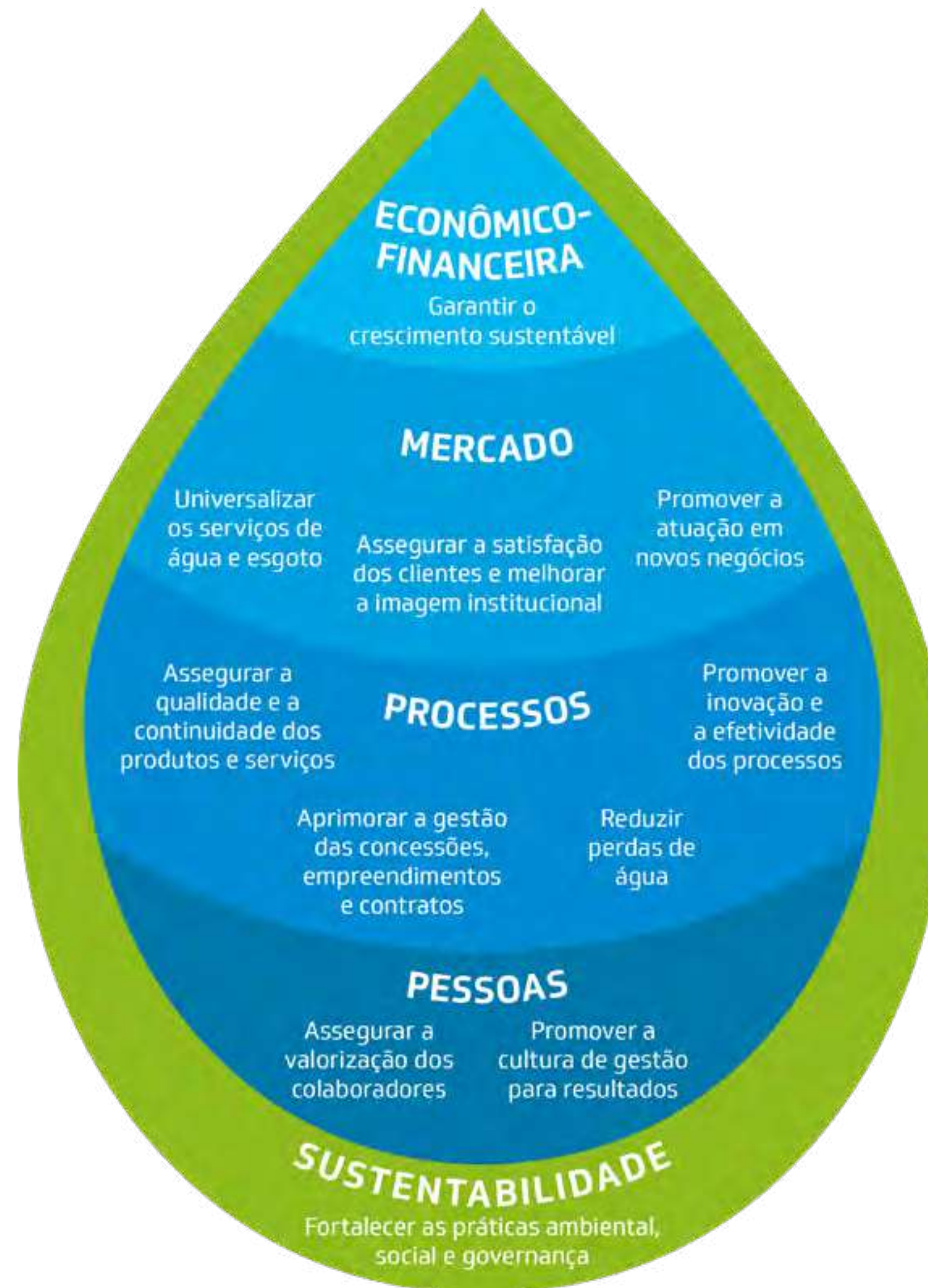
A Cagece adota planejamento de curto, médio e longo prazos, que visam ao desenvolvimento e o crescimento de mercado com excelência na prestação dos serviços operacionais e comerciais em saneamento básico. Consolidado como um instrumento essencial de governança e gestão, o plano atende às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016 e além disso, mantém-se alinhado à Lei Federal nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico.

O planejamento estratégico orienta a busca pela universalização dos serviços de água e esgotamento sanitário, com eficiência operacional e sustentabilidade. Considerando as dimensões identificadas no mapa estratégico, a Companhia explicita a missão, visão e valores corporativos, bem como os objetivos estratégicos, indicadores, metas, programas e projetos estruturantes que direcionam as ações da empresa e estabelece com clareza a direção que pretende seguir.





Mapa Estratégico





A Cagece segue fortalecendo o alinhamento da estratégia aos ODS da ONU e expandiu a contribuição de 8 para 10 ODS, integrando formalmente os objetivos 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação). Essa evolução consolida o compromisso da empresa com a resiliência hídrica, a descarbonização de operações e o fortalecimento de parcerias institucionais para impulsionar a inovação no saneamento.





4.2 Plano de Investimentos

Estabelece-se como prioridade estratégica a execução de um plano robusto de investimentos, alinhado com as diretrizes do novo marco legal do saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020). Para materializar esta visão de futuro, assegurar a excelência na prestação de serviços e a plena satisfação da população cearense, planeja-se a alocação de recursos significativa no setor, com montante que ultrapassa a marca de R\$ 4,96 bilhões, refletindo a magnitude e a importância estratégica dos projetos.

Origem do Investimento	Valor (R\$ Bilhões)	Objetivo Principal
Capex Direto	3,05	Expansão de cobertura e melhoria da eficiência operacional nos municípios operados.
Parceria Público-Privada (PPP)	1,91	Universalização e melhoria dos serviços de esgotamento sanitário.

Serão abordados no capítulo 8 os principais programas que compõem a agenda estratégica.





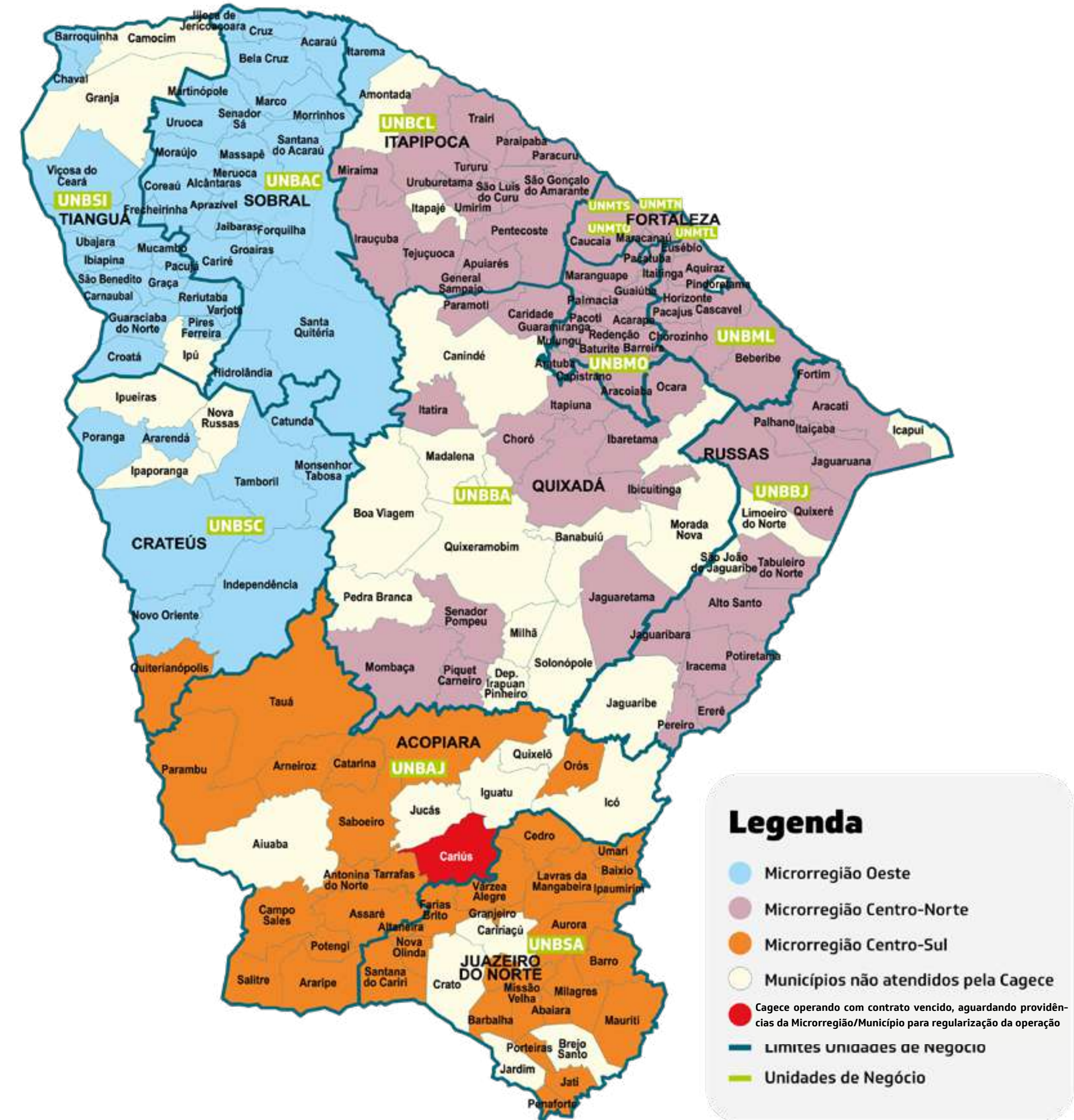
4.3 Concessão

A prestação dos serviços à população é viabilizada através de contratos de concessão e de programa junto aos municípios cearenses, distribuídos nas três Microrregiões de Água e Esgoto do estado do Ceará (Centro-Norte, Centro-Sul e Oeste), definidas por meio da Lei Estadual Complementar nº 247/2021, conforme apresentado no mapa.

Em atendimento ao marco legal do saneamento, a Cagece e as Microrregiões celebraram os termos de atualização de contrato de prestação regionalizada, bem como revisaram recentemente as metas contratuais intermediárias e progressivas, viabilizando o caminho para o cumprimento das metas de universalização de atendimento: 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Além do atendimento às metas finais de universalização, entrou em vigor em 2025 a Resolução nº 12/2025, da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Ceará (Arce), em consonância com a Norma de Referência nº 8/2024 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Estes dispositivos regulamentares dispõem sobre metas progressivas de universalização de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, indicadores de acesso e sistema de avaliação.

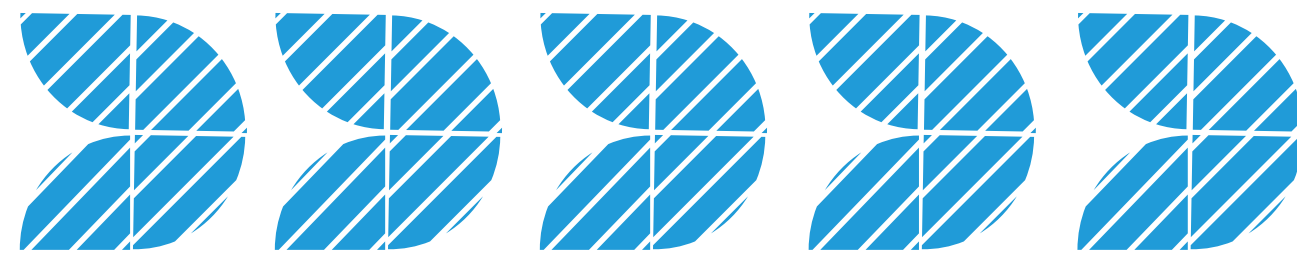
Nesse cenário de atualizações regulamentares o Comitê de Universalização, trabalha em função das diretrizes e estratégias para o desenvolvimento e implantação do plano geral de atendimento. Dentre as principais ações do ano de 2025, destaca-se a consolidação das premissas para metas intermediárias de cobertura e atendimento, visando a inclusão das metas nos contratos, conforme preconiza o normativo em vigor da Arce.





Diante da importância das normas de referência para a prestação dos serviços, a Cagece participa ativamente do processo de elaboração destes dispositivos, ao enviar contribuições nas fases de consulta e audiência públicas, em conjunto com a Câmara Técnica de Regulação (CTR) da Aesbe.

De forma complementar às obrigações contratuais, presta-se contas anualmente aos municípios, microrregiões e à Arce, com a apresentação de relatórios contendo a posição das metas de universalização, informações comerciais, de continuidade, de qualidade, financeiras, de investimentos e de ativos dos sistemas, de acordo com os prazos e condições dos instrumentos negociais.



ESG



Pautada numa visão de negócio integrado e resiliente, a Cagece renovou o compromisso com o Pacto Global, uma iniciativa da ONU que permeia os dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Para tanto, incrementou-se os investimentos na implementação de projetos e práticas ESG, ampliando ações de descarbonização, desenvolvendo a inclusão social e fortalecendo a governança corporativa.

Como forma de monitoramento das iniciativas, o Indicador Ethos ASG é um elemento estratégico fundamental, que contribui para o aprimoramento das práticas de sustentabilidade e está vinculado à participação nos resultados. Compreende questionários distribuídos entre as dimensões Ambiental, Social e de Governança, respondido e revisado pelo Comitê ESG em colaboração com áreas especialistas. O diagnóstico resultante dessa avaliação fundamenta a elaboração de um plano de ação estratégico, voltado a impulsionar o desenvolvimento institucional e a geração de valor compartilhado.

No ciclo de análise 2024-2025, a Cagece obteve nota 6,3, devido principalmente à implantação de boas práticas na dimensão Social.

Além da gestão das práticas ESG, a Companhia mantém-se inserida em eventos e debates relevantes sobre o tema, como a COP 30, junto de líderes mundiais, cientistas e a sociedade civil para discutir e definir ações contra as mudanças climáticas. O foco foram as pautas de saneamento, sustentabilidade e gestão de recursos hídricos no semiárido, buscando alinhar inovações e soluções.



5.1 Gestão Ambiental

A política ambiental define diretrizes, princípios e planos centralizados na sustentabilidade e é formada por sete eixos que se complementam entre si: gestão de resíduos sólidos; reúso e reciclagem de águas; uso responsável de água e energia; emissões de gases de efeito estufa; padrão de qualidade de efluente; educação ambiental e sanitária; e gestão ambiental, fomentando o desenvolvimento e implementação de projetos e práticas alinhados às renomadas instituições como a ONU e o Instituto Ethos.

O Relatório de Sustentabilidade anual é elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que apresenta os resultados e impactos nas áreas sociais, econômicas, ambientais e direitos humanos. O documento na íntegra pode ser consultado em:



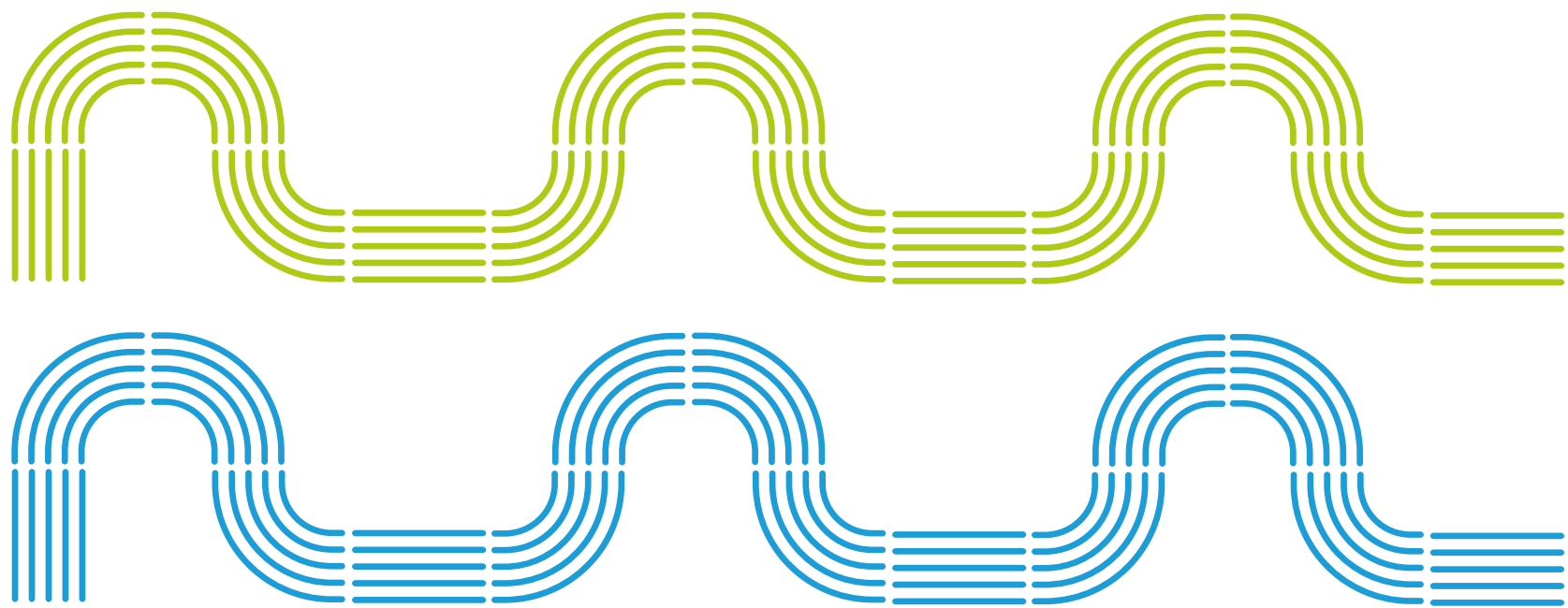
5.1.1 Iniciativas Ambientais

Gerenciamento de Resíduos Sólidos Perigosos

O processo de armazenamento, acondicionamento, coleta e destinação de resíduos perigosos ambientalmente correto, compreende, por exemplo: lâmpadas fluorescentes, produtos químicos, sólidos contaminados com óleo, equipamentos de proteção individual (EPI's), estopas, além de pilhas e baterias, e etc. No ano de 2025, 22,42 toneladas de resíduos sólidos perigosos foram destinados para tratamentos específicos e adequados por empresas devidamente licenciadas.



O comitê ESG tem papel fundamental no fomento das iniciativas ambientais, sociais e de governança, acompanhando a elaboração do relatório de sustentabilidade e os indicadores de forma contínua, em alinhamento com o planejamento estratégico, como por exemplo o percentual de resíduos gerados e destinados ambientalmente correto, monitorado trimestralmente, com o resultado de 93,63% no último ciclo.





Gestão de Resíduos Sólidos de Obras

A maior parte dos resíduos monitorados, 94,66%, foi classificada como classe A, conforme a Resolução do CONAMA nº 307/2002, englobando materiais provenientes de obras de construção, demolição, reformas, reparos de pavimentação e demais intervenções de infraestrutura. As empresas contratadas, reciclaram 53,09% dos resíduos classe A gerados, enquanto outros 38,65% tiveram destinação para aterros de resíduos e 8,24% foram encaminhados a aterros de reservação para uso futuro. O volume restante foi destinado a aterros licenciados e adequados para o recebimento de resíduos da construção civil (RCC).

O êxito desse processo de gestão e controle resultou na conquista da Certificação Lixo Zero pela obra de reabilitação do Interceptor Leste, em Fortaleza.

Biodigestor



Em consonância com as estratégias de continuidade e expansão na destinação mais sustentável dos resíduos orgânicos, o Biodigestor, na sede administrativa recebeu cerca de 1.603,65 kg de restos alimentares. Ainda no referido ano, ocorreu o processo de implantação de mais 07 equipamentos nas sedes das unidades no interior e capital. O equipamento transforma resíduos orgânicos (restos de alimentos) em biogás, que é

utilizado em fogão para preparação de alimentos, e em fertilizante líquido, que é rico em nutrientes e é utilizado nos jardins das unidades.

Logística Reversa

A prática retornou ao ciclo produtivo o equivalente a 256 kg de pneus e 166,2 kg de resíduos de embalagens plásticas de lubrificantes usadas.

Recuperação de Hidrômetros

Em 2025, a iniciativa atingiu a expressiva marca de 63.683 medidores recuperados, evidenciando o impacto positivo de uma abordagem baseada em economia circular. A recuperação em larga escala evitou o descarte de resíduos sólidos, preservando aterros e recursos naturais e reduzindo a necessidade de novos equipamentos.



Coleta Seletiva Solidária



No referido ano, foram doados um montante de 36,5 toneladas de resíduos recicláveis, gerando assim um retorno financeiro à associação de catadores, credenciada junto à Cagece.

Destinação de Óleo Lubrificante Usados ou Contaminados (OLUC)

Foram destinados 1.500 litros de OLUC para rerrefino, por meio de empresa devidamente autorizada.

Programa Óleos de Jeri

A iniciativa consiste no recolhimento de óleo e gordura de cozinha dos estabelecimentos comerciais da Vila de Jericoacoara, por meio de recipientes coletores disponibilizados pela Cagece. O material é acondicionado e direcionado para a Cooperativa de Reciclagem da região, onde são encaminhados para destinação correta. Em 2025 foram coletados cerca de 4.705 litros de óleo.



Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

O inventário de emissões de GEE é desenvolvido a partir dos conceitos e diretrizes estabelecidos pelas especificações de contabilização e quantificação do programa brasileiro *GHG Protocol* e em conformidade com a ISO 14.064-1, considerando as unidades administrativas, ETes e ETAs. Os três últimos inventários: 2022, 2023 e 2024, foram auditados em 2024, com obtenção do selo ouro e publicação no registro público de emissões da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Os escopos 1 e 2 da Companhia apresentaram resultado de 47.763,08 toneladas de CO² emitidas em 2024. Nesse contexto, vem desenvolvendo projetos de mitigação e compensação das emissões dos gases.

Certificado I-REC

A Estação de Tratamento de Água Oeste (ETA-Oeste) manteve a certificação do I-REC (*The International REC Standard*). As fontes de energia elétricas renováveis consumidas foram: hidrelétrica e eólica, resultando num abatimento de cerca de 5.626,79 toneladas de emissões de CO².

Monitoramento de Fumaça Preta

O monitoramento de fumaça preta dos veículos e equipamentos a diesel, utiliza como normatização a resolução CONAMA n° 418/2009, Portaria Ibama n° 85/1996 e NBR n° 6.016/2015, com intuito de identificar e reduzir os impactos na qualidade do ar, bem como controlar as emissões de GEE.

Destaca-se o termo de cooperação técnica firmado com a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Ceará, Piauí e Maranhão (Fetrans) para a realização de testes de fumaça em 346 veículos, dos quais 99,13% atenderam aos parâmetros. A parceria teve início em 2025 e o trabalho de aferição dos carros passará a ser realizado em Fortaleza e no interior do estado, anualmente.

O acompanhamento das obras na RMF e no interior resultou em 666 medições de fumaça preta. Desse total, 98,5% apresentaram conformidade, confirmando a eficácia do monitoramento e a redução de impactos ambientais.

5.2 Responsabilidade Social

O compromisso com a responsabilidade social é estruturado para ir além da prestação de serviços básicos, focando em sustentabilidade, inclusão e educação no âmbito externo e interno. A empresa entende que o saneamento é um direito social fundamental e um motor de desenvolvimento humano, portanto, a política de Responsabilidade Social está em contínuo aprimoramento e alinhada ao planejamento estratégico.

Ao consolidar a Responsabilidade Social como pilar da cultura organizacional, a Cagece busca edificar um legado sustentável, voltado à presente e futuras gerações. Sob essa premissa, estabelece-se um relacionamento estratégico com a sociedade, pautado na implementação de programas sociais de caráter contínuo e estruturante.

Tais iniciativas, transcendem a operação técnica ao promoverem a conscientização para o uso racional dos recursos hídricos, o fomento à universalização do SES's e o pleno exercício da cidadania.

5.2.1 Responsabilidade Social Externa

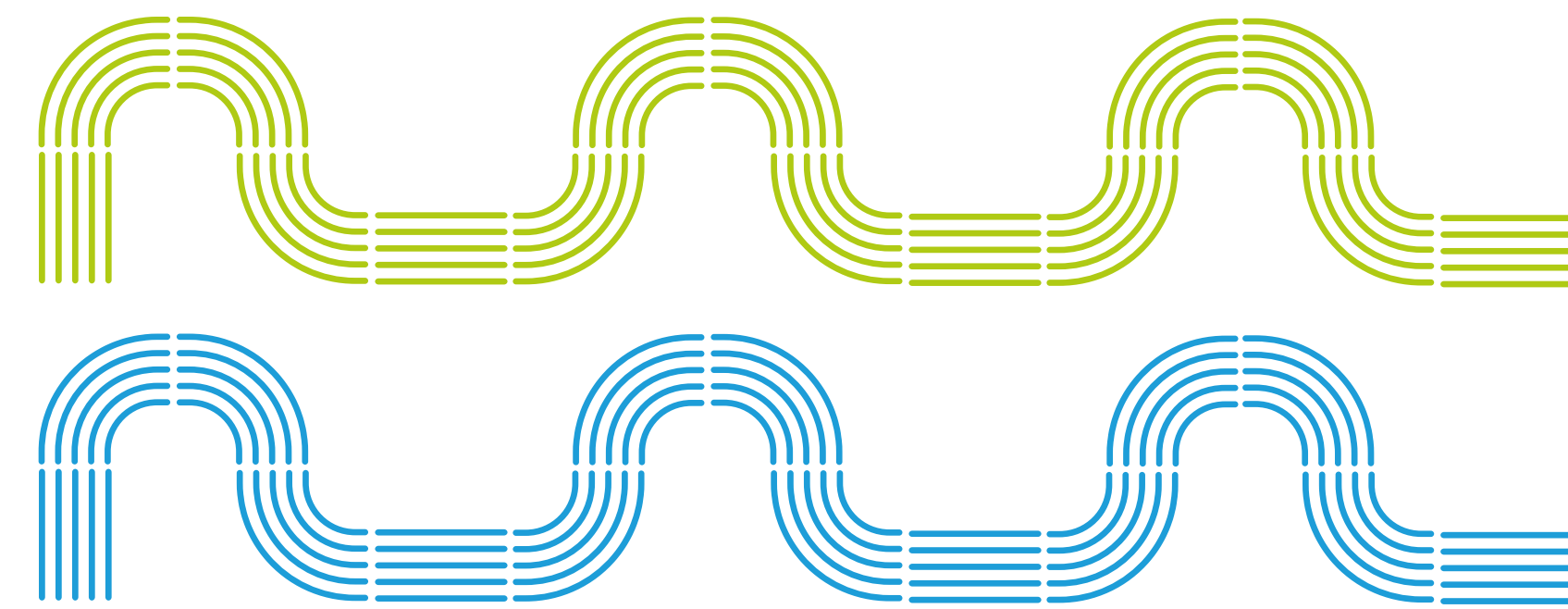
Programa Reciclocidades

Segue avançando em ações de geração de trabalho e renda de mulheres moradoras das comunidades de Fortaleza e RMF, capacitando-as na transformação de resíduos sólidos em produtos para fins de comercialização, e que também promove a

conscientização geral, para que a coleta seletiva seja vista como um comportamento individual e ecológico.

A apresentação da premiada Coleção Mosaico, desfile de moda sustentável, gerou engajamento e divulgação do programa na imprensa e em outros canais de comunicação, favorecendo a ampliação da atuação e da captação de encomendas.

Outro marco foi a renovação da certificação do Selo Verde de Ação Socioambiental junto ao Instituto Chico Mendes, um atesto para toda a população do engajamento voluntário social e ambiental exercido em todas as etapas do Programa.





projeto
RECICLOCIDADES
Cagece



2.350 PESSOAS
sensibilizadas em ações

Foram realizadas 360 oficinas e eventos educativos para a comunidade



976KG DE RESÍDUOS
reciclados diretamente

Impacto ambiental positivo através do reaproveitamento de materiais que seriam descartados.



R\$ 80.302,01 GERADOS
para participantes

As participantes receberam 100% do valor das vendas e serviços realizados.



PRESENÇA CONFIRMADA
em passarelas internacionais

9 convites nacionais para participação do desfile no Circuito Nacional *Fashion Week* (CNFW) de nove estados brasileiros, além do Ceará e Distrito Federal;
2 convites internacionais com participação confirmada: Santander *Fashion Week*, em Bucaramanga – Colômbia e Santiago *Fashion Week*, em Santiago – Chile.

Programa de Apoio aos Empreendimentos



Com foco na sustentabilidade e no desenvolvimento comunitário, objetiva apoiar as comunidades beneficiadas por projetos de infraestrutura, como SAA's e

SES's e outras obras de impacto significativo, realizando um trabalho social, que atende rigorosamente às diretrizes da Portaria do Ministério das Cidades (MCID) nº 75/2025. Promove o diálogo e a construção de soluções conjuntas, garantindo a participação comunitária e o controle social. Essa iniciativa desdobra-se em quatro eixos principais: organização social, educação ambiental, desenvolvimento socioeconômico e gestão social da intervenção. As ações consideram as dimensões social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional da população beneficiária, com o objetivo de promover a participação social, a melhoria da qualidade de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção. A interlocução é realizada através de visitas porta a porta, ações socioeducativas, e por meio dos canais oficiais de comunicação (ramal, *e-mail* e *WhatsApp* corporativo). No ano passado foram realizadas 435 ações socioeducativas e 41.969 visitas porta a porta, atingindo um público aproximado de 151.445 clientes com informação, educação ambiental e sensibilização para adesão e correto uso dos sistemas.

Projeto Sementes

É uma iniciativa inovadora dentre as ações socioambientais, visando fortalecer vínculos, promover autonomia e transformar ambientes, integrando a educação ambiental ativa e contextualizada, bem como criatividade e identidade cultural local. Para tanto, utiliza-se formatos variados: sementes de bolso, para execuções pontuais; formações sementes, oficinas em escolas e espaços vivos para a conscientização. As ações na Escola Maria Zenóbia, que incluíram permacultura urbana, apoio à robótica com sistema de irrigação automatizado, 02 composteiras, 02 canteiros de hortaliças, 01 horta suspensa, coleta seletiva solidária e roda de conversa antirracismo, foram determinantes para a conquista do Selo Escola Sustentável. No ano de 2025, foram realizadas, 04 formações e 01 oficina de educação ambiental.

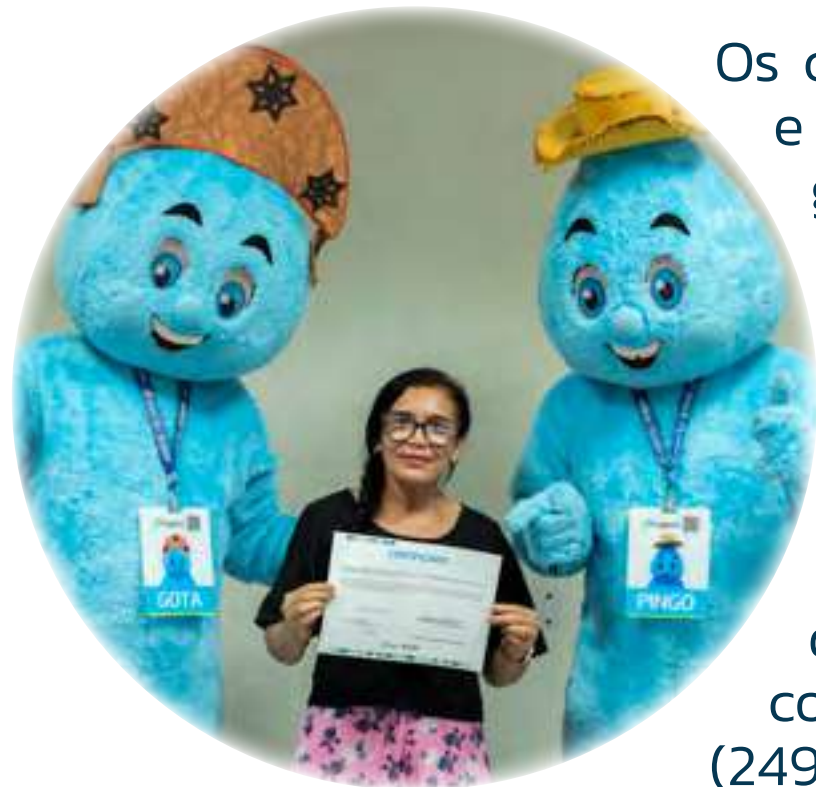


Cooperação Brasil

Dando seguimento à participação na Cooperação Sul-Sul Trilateral entre o Brasil, Angola e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2025, a Cagece passou a integrar uma nova missão de estudos técnicos e sociais para implantação de rede de esgotamento sanitário em Essuatini, África. A credibilidade e a competência técnica já comprovadas, credenciam a Companhia como referência nacional e internacional.



Cagece Capacita



Os cursos profissionalizantes e de qualificação técnica gratuitos ofertados à comunidade geral, registraram um desempenho significativo, com a realização de 44 cursos e a formação de 705 participantes, dos quais, 35,3% dos concludentes, foram mulheres (249 alunas).

No ano de relato, reforçou-se a parceria com a Casa da Mulher Brasileira, ofertando turmas exclusivas assistidas, com o objetivo de levar oportunidades para o desenvolvimento de autonomia financeira e segurança para o rompimento do ciclo de violência doméstica.

Conhecendo Nossa Cagece



Com o propósito central de abrir as portas da instituição para que a sociedade compreenda o ciclo do saneamento, foram realizadas 65 visitas de grupos de estudantes e membros da comunidade, totalizando 1.368 participantes. Entre os equipamentos visitados estão: ETAs Oeste e Gavião, Laboratório de Controle de Qualidade da Água, Oficina de Hidrômetros, Oficina de Eletromecânica e Centro de Controle Operacional (Cecop), na capital e RMF, além das ETAs das Unidades Operacionais em outras cidades do interior do estado.

Cagece Virtual

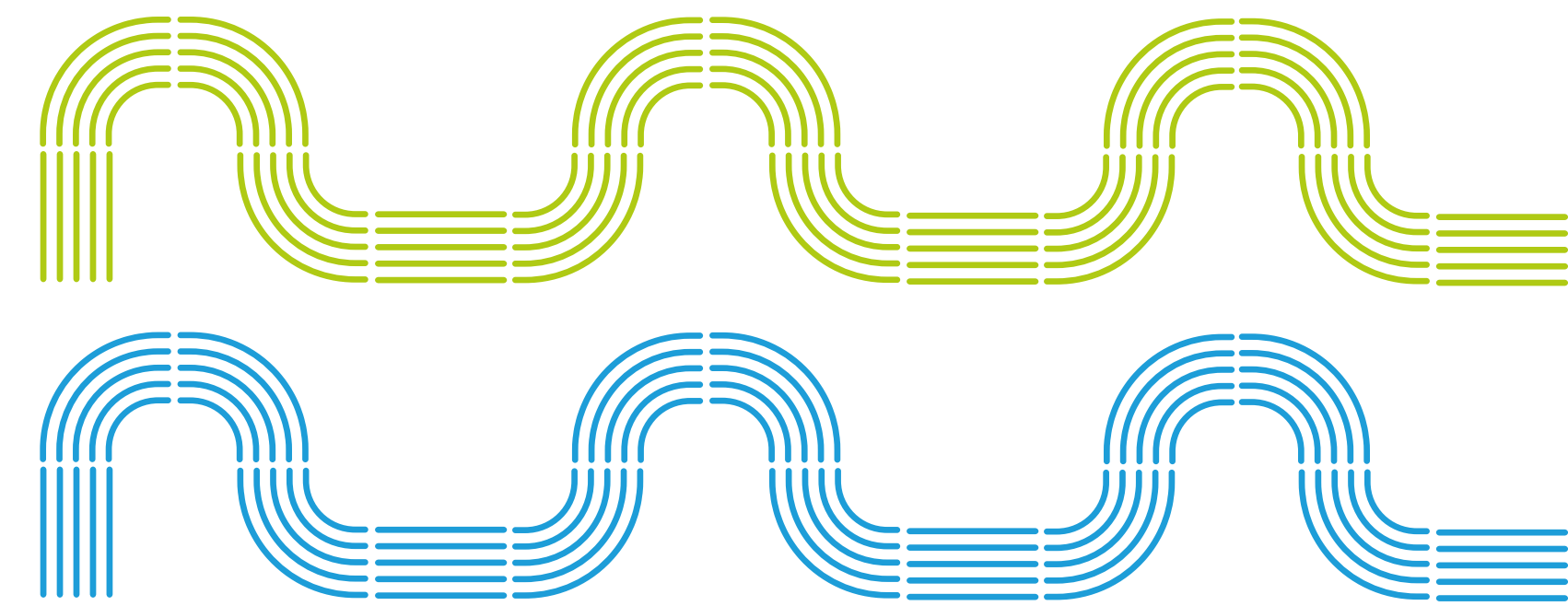
Prática e bastante acessível, é uma importante ferramenta utilizada para fomentar a educação ambiental e fortalecer o reconhecimento da marca Cagece perante a sociedade, por abranger públicos de todas as idades. Um dos pilares fundamentais desse trabalho bem-sucedido é a atuação no Cidade Mais Infância, um programa do estado que abriga um espaço fixo onde crianças de 7 a 12 anos têm a oportunidade de utilizar óculos de realidade virtual para experienciar o processo de tratamento de água. Além da imersão tecnológica, recebem orientações valiosas sobre economia de recursos e aprendem a realizar a separação correta de resíduos sólidos. A experiência culmina com a possibilidade de atuarem como agentes ambientais, replicando e aplicando o conhecimento adquirido sobre o uso responsável da água em diversos outros setores da cidade cenográfica.

Em 2025, foram realizadas 465 apresentações e 10.163 pessoas alcançadas.

Programa Mulheres em Foco

Esta iniciativa busca fortalecer o protagonismo feminino, autonomia e desenvolvimento socioeconômico, abordando o saneamento como uma questão de gênero e justiça social, contribuindo assim, para a integração com o Pacto Global da ONU, impulsionando a equidade.

A metodologia central são as rodas de conversa temáticas e a escuta qualificada. O projeto atua nos eixos de equidade, formação, empoderamento e desenvolvimento socioeconômico com articulação de cursos profissionalizantes, encaminhamentos para mercado de trabalho e para abertura de linhas de crédito para empreendedoras em parceria com instituições como: SINE, Caixa Econômica Federal (CEF), entre outros. O projeto possui atualmente 3 grupos de mulheres e realizou 5 rodas de conversas temáticas, 5 cursos profissionalizantes e 5 oficinas de autocuidado.





Água para Cidadania

Visando a regularização do acesso à água tratada em áreas de vulnerabilidade social, a iniciativa compreende ações de implantação gratuita do sistema e ligações; inclusão tarifária, caracterizando áreas como “Conjunto Social”, com critérios mais inclusivos na tarifa social; e acompanhamento social completo, antes, durante e após a entrega, para garantir a sustentabilidade do sistema e oportunidades de desenvolvimento. Em 2025, foram executados 6 projetos nas seguintes comunidades: Beira Rio, Campo Estrela, Curva da Viúva, Danilo Pinto, Dendê e Tamboril, contemplando 4.553 famílias.

Projeto Esgotamento Legal

Idealizado pelo Ministério Público do Ceará (MPCE), tem como objetivo estimular as interligações dos imóveis à rede coletora de esgoto existente. Contribuindo significativamente para a saúde pública e a universalização do saneamento, combinando o pilar socioeducativo (mobilização, fortalecimento social e educação ambiental) com o pilar de execução (fiscalização), visando garantir a adesão da população beneficiária. A Cagece é parceira institucional, assim como a Arce e Prefeituras, atendendo atualmente os municípios de Horizonte, Maranguape, Itarema, Marco e Aracati, além da localidade de Canoa Quebrada. Em 2025, foram realizadas 5.788 visitas, atendendo 8.543 usuários, e 247 ações socioeducativas, com 12.842 cidadãos participantes.



Voluntariado

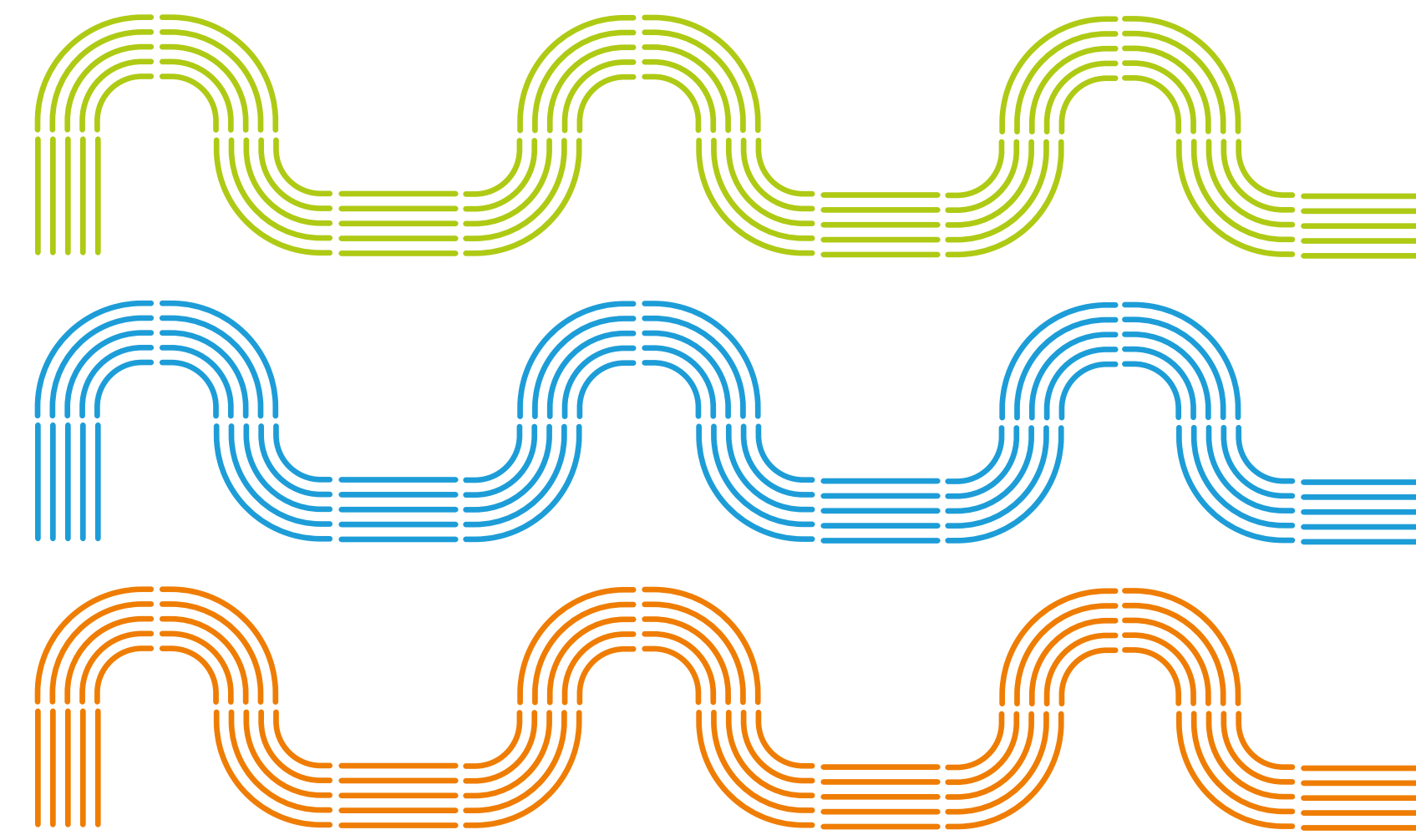


Com o incentivo e apoio às instituições do terceiro setor, por meio do engajamento dos colaboradores em ações voltadas à comunidade, em todo o estado, concluiu 2025 com 63 instituições ativas, 284 voluntários em atividades, 339 ações realizadas e 13.218 horas trabalhadas. Em destaque, alguns dos principais marcos deste ciclo:

- O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) homenageou a Cagece com o troféu “Organização Cidadã”, durante a programação da Semana Nacional do Doador Voluntário de Sangue, pelo desempenho realizado com ações e campanhas contínuas de doação de sangue aos hemocentros durante o ano;
- Realização do Bazar em prol da causa animal, concebido para promover a economia circular e o cuidado com a saúde dos animais. Em sua primeira edição, a iniciativa contou com a mobilização de 16 Unidades de Negócio (UN's), que resultou na arrecadação de aproximadamente 2.078 itens. O montante financeiro gerado foi integralmente revertido para ações prioritárias

de saúde animal, com foco especial na castração e vacinação de animais abandonados nas proximidades da empresa;

- II Corrida Solidária Cagece Lagoa do Opaia, com percurso de 3,5Km e 5Km e participação de atletas de diversas idades e níveis de experiência, contou com 400 inscritos, nas categorias feminina e masculina. Foram arrecadados 500 kg de alimentos, destinados a instituições beneficentes cadastradas.





Trabalho Social e Produção Acadêmica

Considerando a vasta experiência e campo de aplicação da atuação social da Companhia, esta proporciona aos colaboradores oportunidades para o desenvolvimento de estudos científicos com aplicações práticas, contribuindo para o posicionamento da empresa como referência nacional na execução do trabalho social voltado à justiça socioambiental.

No último ciclo, foram aprovados 3 artigos no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e foram publicados 2 artigos na Revista Caderno Pedagógico – Studies Publicações e Editora Ltda, de Curitiba/SP:

A importância do trabalho social para o acesso ao sistema de esgotamento sanitário: a experiência no município de Marco – Ceará.

Projeto Água para Cidadania: saneamento, redução de perdas e concretização de direitos.

Política de saneamento básico no Brasil: uma análise crítica do novo marco legal, seus desdobramentos e a relevância do trabalho social na luta por equidade e justiça socioambiental.

Experiência em responsabilidade social e interação comunitária na implantação de redes de abastecimento de água.

Boas práticas comunitárias: aprendizados sobre o uso sustentável da água com lavadeiras.





Atividades Educativas

As iniciativas de responsabilidade social levam conhecimento e integram pessoas, utilizando o lúdico e o entretenimento educativo, para promover a conscientização ambiental, com foco especial na preservação dos recursos hídricos, no saneamento básico e na sustentabilidade. Dentre as que se destacaram em 2025, estão:



5.2.2 Responsabilidade Social Interna

O compromisso ético com a valorização e o bem-estar dos colaboradores, indo muito além do simples cumprimento de obrigações trabalhistas, reflete-se na manutenção da posição de destaque no prêmio “Lugares Incríveis para Trabalhar 2025”, na categoria de médio porte, especialmente nos temas remuneração, recompensa e carreira.

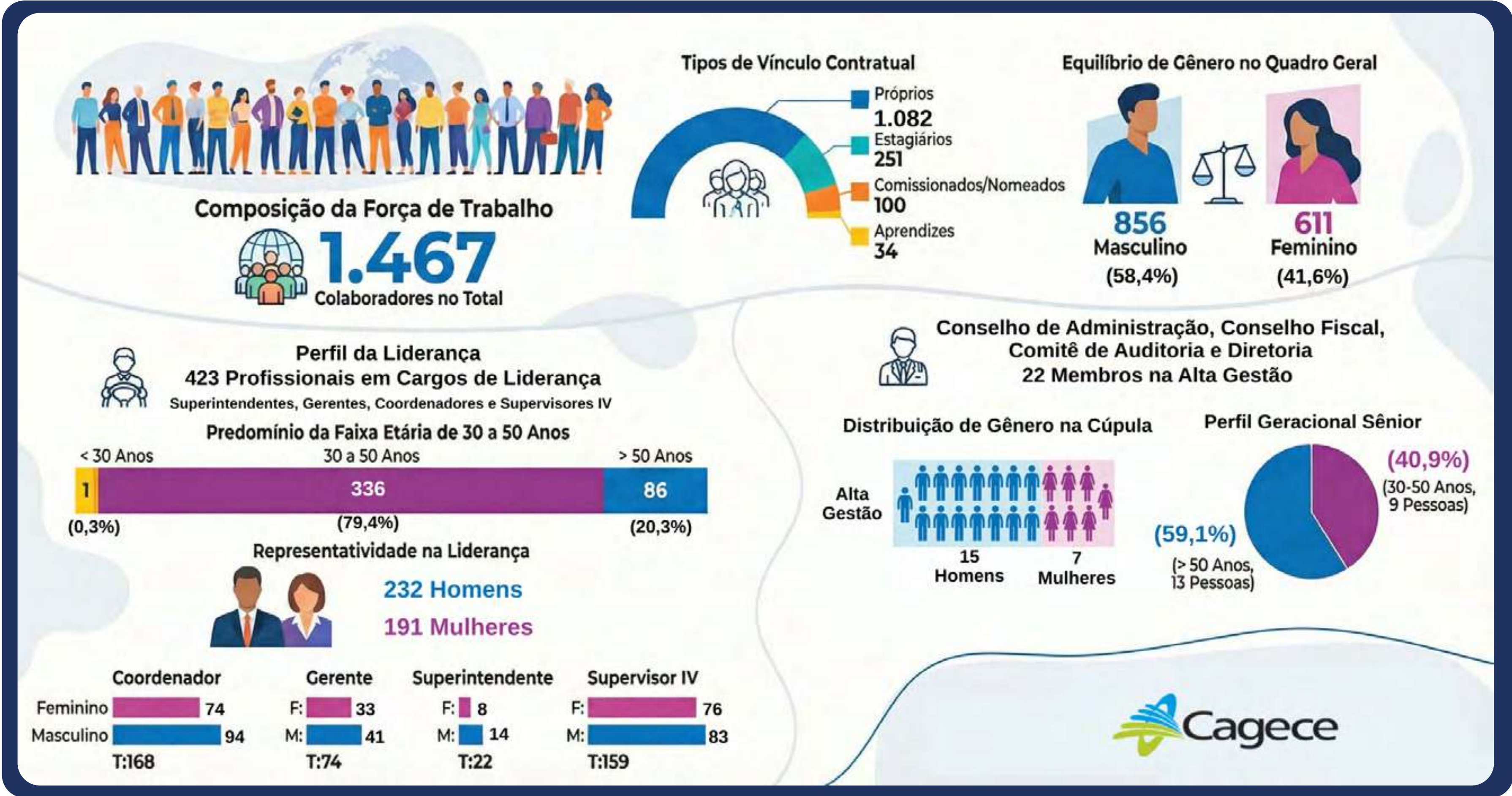
Essa prática fundamenta-se na criação de um ambiente de trabalho saudável, seguro e inclusivo, onde a diversidade é respeitada e o desenvolvimento profissional é incentivado por meio de educação e planos de carreira. O resultado dessa abordagem é a construção de uma marca empregadora forte, que naturalmente atrai e retém talentos, reduz custos com rotatividade e potencializa a produtividade, consolidando a ideia de que a responsabilidade social só é autêntica quando sustentada por uma cultura justa e humanizada.

5.2.3 Gestão de Pessoas

Com um olhar estratégico para o futuro do trabalho e a valorização do capital humano, prima-se pelo fortalecimento da responsabilidade social interna, como forma de potencializar a consecução dos resultados organizacionais e atender as expectativas dos *stakeholders*.

Nesse contexto, investe-se continuamente no desenvolvimento profissional e pessoal da força de trabalho, reconhecendo que pessoas motivadas e engajadas são a chave para garantir a qualidade dos serviços prestados à população.

Força de Trabalho em Números





Em conformidade com as disposições do artigo 7º da Lei Federal nº 15.177/2025, apresenta-se a seguir as informações das práticas de equidade da Companhia:

Tabela 01 - Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos e a evolução comparativa

Níveis hierárquicos	Ano	Total	Mulheres (Qtd)	Mulheres (%)	Evolução (%)
Liderança	2024	405	178	43,95%	-
	2025	423	191	45,15%	7,30%
Não Liderança	2024	1.090	438	40,18%	-
	2025	1.044	420	40,23%	-4,11%

Tabela 02 - Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração e a evolução comparativa

Cargos na administração	Ano	Total	Mulheres (Qtd)	Mulheres (%)	Evolução (%)
Comitê de Auditoria	2024	3	2	66,67%	-
	2025	3	3	100,00%	50,00%
Conselho de Administração	2024	6	2	33,33%	-
	2025	6	1	16,67%	-50,00%
Conselho Fiscal	2024	5	1	20,00%	-
	2025	5	2	40,00%	100,00%
Diretoria	2024	8	1	12,50%	-
	2025	8	1	12,50%	0,00%





Tabela 03 – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual¹, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia e a evolução comparativa

Cargos ou funções similares da Companhia	Ano	Sexo	Remuneração Fixa (%)²	Remuneração Variável (%)²	Evolução Remuneração Fixa	Evolução Remuneração Variável
Cargos na administração						
Comitê de Auditoria	2024	M	50,00%	50,03%	–	–
		F	50,00%	49,97%	–	–
	2025	M	48,73%	60,12%	0,30%	–4,35%
		F	51,27%	39,88%	5,54%	–36,46%
Conselho de Administração	2024	M	49,98%	64,96%	–	–
		F	50,02%	35,04%	–	–
	2025	M	50,08%	59,79%	5,56%	–11,12%
		F	49,92%	40,21%	5,15%	10,81%
Conselho Fiscal	2024	M	49,89%	100,00%	–	–
		F	50,11%	0,00%	–	–
	2025	M	49,87%	100,00%	5,20%	–79,73%
		F	50,13%	0,00%	5,30%	–
Diretoria	2024	M	43,05%	40,50%	–	–
		F	56,95%	59,50%	–	–
	2025	M	44,04%	43,40%	15,67%	39,69%
		F	55,96%	56,60%	11,11%	24,02%
Níveis hierárquicos						
Coordenador	2024	M	54,27%	49,45%	–	–
		F	45,73%	50,55%	–	–
	2025	M	52,13%	51,77%	0,59%	5,19%
		F	47,87%	48,23%	9,63%	–4,15%
Gerente	2024	M	52,48%	50,73%	–	–
		F	47,52%	49,27%	–	–
	2025	M	50,39%	52,69%	6,14%	16,14%
		F	49,61%	47,31%	15,40%	7,36%
Superintendente	2024	M	48,14%	45,71%	–	–
		F	51,86%	54,29%	–	–
	2025	M	46,72%	44,86%	17,48%	20,36%
		F	53,28%	55,14%	24,34%	24,53%
Supervisor IV	2024	M	53,74%	53,59%	–	–
		F	46,26%	46,41%	–	–
	2025	M	47,54%	54,26%	4,73%	4,15%
		F	52,46%	45,74%	34,26%	1,37%

¹Remuneração eventual não se aplica.

²Percentual obtido em relação a remuneração média total.



5.2.4 Capacitação de Pessoas



A valorização dos talentos reafirma o caminho de excelência percorrido e se consolida a cada ano no investimento massivo em capacitação. Foram registradas 116.934 horas de treinamento, resultando em uma média de 103 horas por colaborador, que representa um marco significativo em desenvolvimento.

No decorrer do ano passado, ampliou-se o escopo de investimentos ao patrocinar cursos de pós-graduação para 20 colaboradores, abrangendo especializações, MBAs, mestrados e doutorados, além de cursos de língua estrangeira. Também fomentou ativamente a participação dos colaboradores em eventos de grande relevância nacional e internacional, como congressos, fóruns e feiras do setor de saneamento.

Ao prover oportunidades reiteradas de crescimento e aprendizado, a empresa fortalece significativamente a capacidade de retenção de talentos, mitigando a rotatividade de pessoal e fomentando positivamente a cultura organizacional. Esta estratégia de retenção é reconhecida como crucial para garantir a continuidade das operações e o sucesso a médio e longo prazo.

Segue o quadro resumo das capacitações:

Horas de Treinamento	116.934
Média de horas de capacitação por empregado	103
Empregados contemplados com cursos de pós-graduação	20

5.2.5 Bem-Estar e Desenvolvimento Humano

Promover a qualidade de vida está na essência da Cagece, e o cuidado com a saúde dos colaboradores é parte fundamental, demonstrado através de diversas iniciativas, como o incentivo às práticas que fomentam a saúde física e mental. Dentre as mais relevantes:

Dia do Desafio – Circuito Sesc

Um momento para refletir sobre a importância dos cuidados com a saúde do corpo, mente e espírito, que ocorreram respectivamente em 3 oportunidades, e contou com o total de 177 participantes;

Treino Funcional na Praia

Por intermédio do Espaço *Fitness*, promoveu o 1º Treino Funcional na Praia, o Funcional *Beach*, da Cagece. A concentração ocorreu às 6h30, na faixa de areia, da Av. Beira Mar, da cidade de Fortaleza. Na oportunidade, foram trabalhados exercícios cardiovasculares combinados com atividades de resistência muscular em forma de circuito, além de exercícios abdominais e de coordenação motora.





Palestras e Serviços de Saúde

A promoção da saúde no ambiente de trabalho conta com palestras educativas e serviços especializados, como a Semana da Saúde do Trabalhador (SESAT) e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), integrando saúde, segurança e conscientização, para o bem-estar organizacional. Mais do que atender as normas, essas iniciativas atuam preventivamente na mitigação de riscos e no fortalecimento da cultura de cuidado.

A SESAT contemplou os colaboradores nas unidades da capital e do interior, e disponibilizou cursos, palestras, a realização de exames, massagens, serviços de vacinação, dentre outros. Com destaque para a palestra: "Gestão de Tempo e Gestão Financeira".

A SIPAT contou com uma programação diferenciada, com palestras transmitidas por plataformas virtuais, abrangendo temas relevantes como o enfrentamento do assédio e da discriminação no ambiente de trabalho, o etarismo, entre outros. Ofertou também um variado leque de serviços como: serviços odontológicos, massoterapia, limpeza de pele, além de promover feirinha de artesanato e apresentação cultural.

Programa de Assistência Social ao Colaborador (PASC)

Alinhada às práticas de bem-estar é realizado o acompanhamento social, através de atendimento individualizado, bem como atividades em grupo, visitas domiciliares e hospitalares, campanhas e palestras educativas, dentre outras. Mantém-se uma programação anual, abrangendo todas as unidades de negócio da capital, as quais são visitadas semanalmente por uma assistente social. Em 2025, foram realizados 604

atendimentos sociais, 159 plantões sociais, 64 visitas domiciliares e 10 visitas hospitalares. Além disso, foram promovidas 177 rodas de conversa sobre temas diversos: uso racional de medicamentos, empoderamento feminino e os desafios da mulher no mercado de trabalho, de forma presencial e virtual.



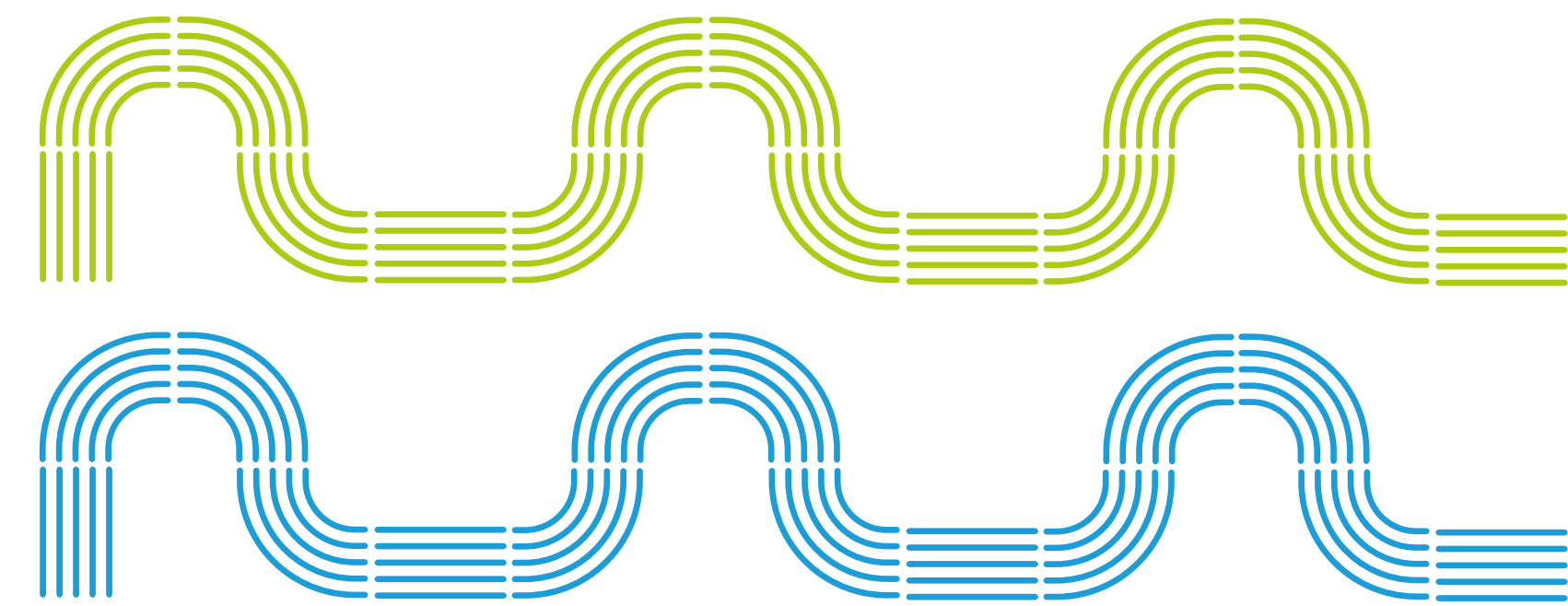
Projeto Colo para Famílias Atípicas

Voltado ao acolhimento de famílias com membros neurodivergentes, o projeto oferece um espaço fixo de escuta e cuidado, uma vez por mês, de forma preferencial. O programa é totalmente inclusivo, aberto a colaboradores próprios, terceirizados, aprendizes e estagiários. Além do suporte direto, são promovidas palestras abertas ao público geral, visando a sensibilização e a disseminação de conhecimentos sobre saúde mental. Em 2025, cerca de 337 pessoas participaram do projeto.

Aconselhamento Psicológico



Conduzido por profissional de psicologia, é um recurso disponível aos colaboradores. O foco central é a promoção do bem-estar emocional através da escuta qualificada, oferecendo suporte na gestão da ansiedade e na estruturação do pensamento. Além de auxiliar na tomada de decisões, o serviço assegura o direcionamento adequado por meio de encaminhamentos especializados, quando necessário.





Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA)

Compreendendo que a pré-aposentadoria é um período de grandes transformações, a empresa oferece conhecimento e reflexões sobre temas relevantes aos colaboradores, visando preparar o terreno para o futuro, e acima de tudo, a construção de um novo e significativo projeto de vida. Para tanto, os assuntos escolhidos objetivam subsidiar a preparação pós-carreira, tais como: gestão das finanças pessoais e familiares, legislação previdenciária, envelhecimento bem sucedido, gestão do ócio, retorno ao lar, empreendedorismo, projeto de vida e outros.

Grupos Institucionais AA

Serviço social que busca a identificação e captação de colaboradores que necessitem da assistência dos grupos Alcoólicos Anônimos (AA), bem como o acompanhamento das reuniões.

Neste último ciclo, a Cagece foi convidada a participar de uma reunião de um grupo externo, aberto ao público, para apresentar a experiência com os dois grupos institucionais de AA, Água Viva e Nova Vida, e elucidar como se dá o trabalho de acompanhamento e assistência social junto aos colaboradores.

Natal Solidário

Campanha anual de arrecadação de mantimentos e produtos natalinos, doados por colaboradores de todas as unidades, para a montagem de cestas alimentícias destinadas aos colaboradores que atuam nos serviços gerais. Em 2025, foram arrecadados 2.383 kg de alimentos.

Outras Atividades que Integram e Promovem o Clima Organizacional

As iniciativas mencionadas são complementadas por outras frentes que integram os times e promovem o diálogo, corroborando para um clima organizacional positivo, onde a cultura de resultados floresce naturalmente. Dentre estes:

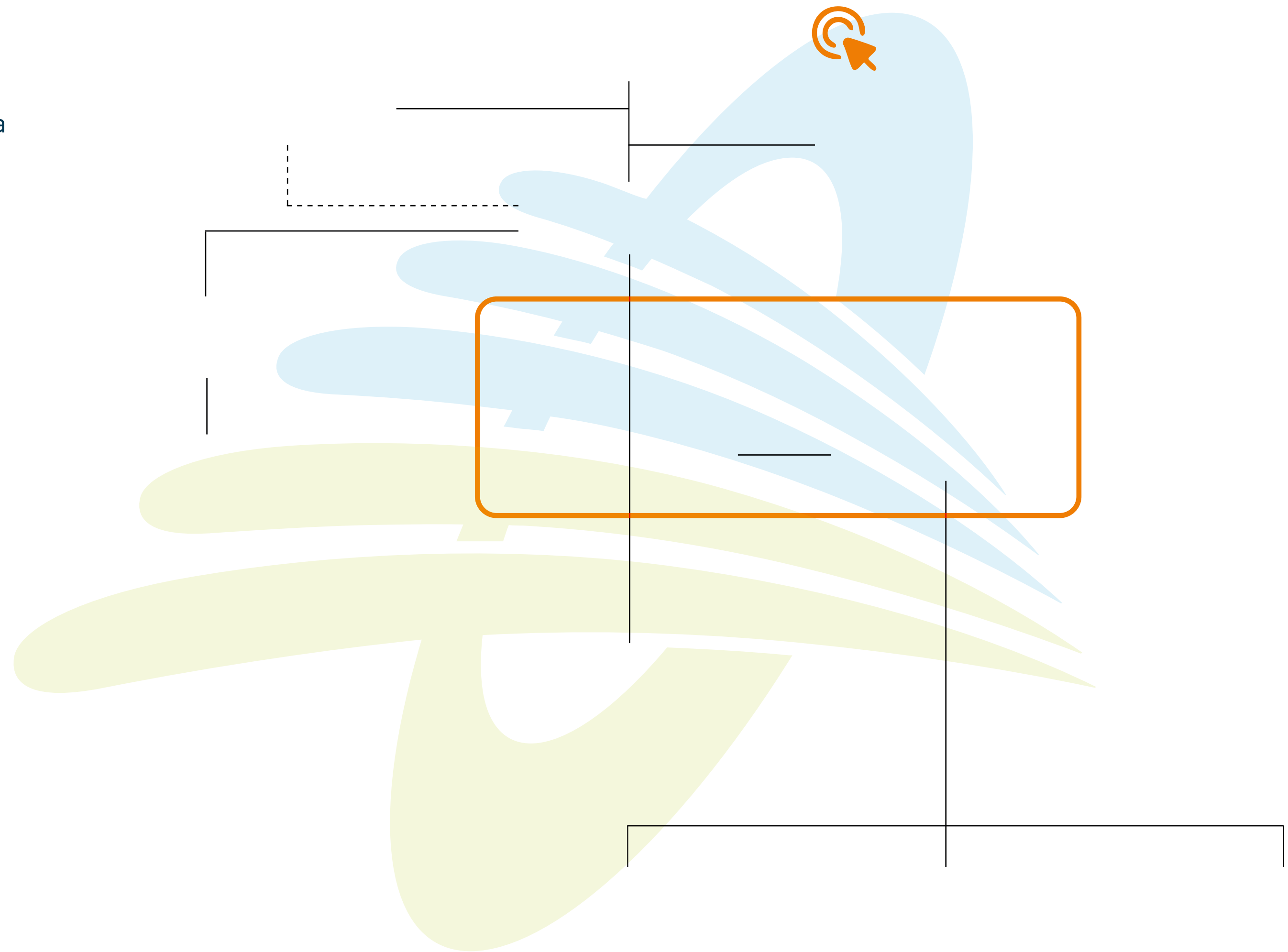
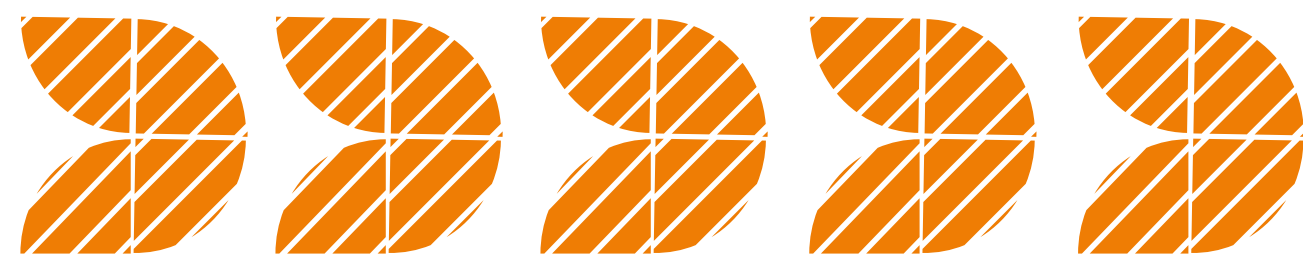
- Programa de Defesa da Mulher (Prodem);
- Oficina de Gestantes;
- Banco de Sangue;
- Campanha de Vacinação;
- Coluna Viva Bem (CVB);
- Programa de Estágio e Jovem Aprendiz;
- Colo de Mãe.





5.3 Governança Corporativa

Orientado pela busca da excelência e pelo compromisso com a transparência, sustentabilidade, equidade, responsabilização (*accountability*) e integridade, o sistema de governança da Companhia é estruturado em agentes e instrumentos que asseguram o alinhamento com as melhores práticas de mercado e a conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016.



O monitoramento do sistema é realizado por meio do Indicador de Maturidade de Governança Corporativa, fundamentado no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (CBGC) e demais práticas internacionais de referência, compreendendo 64 itens. Em 2025, alcançou a aderência de 89,83%, dentre práticas mantidas e alcançadas no ciclo, mantendo-se no nível avançado de maturidade, abaixo representado pelas categorias:



Com vistas a seguir em processo de evolução, a Companhia associou-se ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), uma rede de referência nacional e internacional, como forma de promoção e incentivo da boa governança no ecossistema, possibilitando a participação em discussões e capacitações especializadas.

Dentre essas oportunidades destacam-se:

- Reunião de Associados Capítulo Ceará, promovido pela Coordenação local do IBGC, que contou com um painel formado por profissionais de empresas de consultoria, construção civil e da Cagece, falando sobre experiências da jornada de governança corporativa e a atuação enquanto *Governance Officer*, para os demais associados e convidados.
- Palestra sobre “Governança como alicerce das finanças sustentáveis”, mediada pela Coordenadora Geral do Capítulo Ceará para gestores da Superintendência Executiva da Presidência, durante a reunião mensal de avaliação de resultados.



- Visita técnica de associados e convidados do IBGC à Cagece, com foco nas iniciativas ESG. Contou com apresentações sobre a implementação de práticas de governança, gestão de risco e integridade, e as estratégias e desafios para alcançar todos os níveis da organização; as ações de responsabilidade social e a importância destas para a sociedade e o negócio; os principais projetos sustentáveis como coleta seletiva solidária, a destinação adequada de resíduos, implantação de biodigestores, soluções baseadas na natureza e a compostagem na ETA Jaburu. Além disso,

os convidados do evento puderam conhecer um pouco mais de perto alguns desses projetos por meio de visita aos stands do Cagece Virtual, Programa Reciclocidades, Semente de Bolso e o Programa de Voluntariado. Com a participação de profissionais de diversas empresas relevantes, o momento representa um reconhecimento da trajetória positiva da Companhia.

- Participação no encontro promovido pelo Capítulo Ceará, do IBGC, em comemoração aos 30 anos da instituição, sob o tema ‘Entre Gerações e Estratégias: a Governança que Conecta’. O evento promoveu o intercâmbio de experiências entre especialistas, destacando a importância da diversidade de perfis e modelos de gestão para a evolução da governança no cenário nacional.



Programa de Integração



Processo fundamental para o nivelamento de informações sobre a Companhia, funciona como treinamento inicial e norteador sobre informações do negócio, atuação estratégica e posicionamento no setor de saneamento; principais instrumentos de governança, estatuto social, regimentos internos, código de conduta e integridade; gestão de riscos e contingências, dentre outras informações relevantes. Em 2025 o programa foi realizado para novos membros eleitos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário.

Treinamento da Alta Gestão

Em conformidade com as exigências legais e as melhores práticas de governança, investe-se no desenvolvimento da alta liderança. Em 2025, os membros dos Conselhos, Diretorias, Comitês (Auditoria e ESG) e gestores estratégicos participaram de capacitações focadas em dois eixos centrais: “O papel do administrador frente às mudanças climáticas”, conduzida pelo Dr. Guarany Osório, referência nacional sobre o assunto; e “Governança e eficácia dos controles internos:

da gestão de riscos à tomada de decisão na era da automação” facilitada por Marcelo Zenker, palestrante com vasta experiência no mercado.

Seguro D&O

Em linha com a previsão legal, as boas práticas de mercado e o suporte necessário para a gestão, é disponibilizado o Seguro D&O (*Directors and Officers*) para aqueles que tem poderes para atuar em nome da Cagece. Como forma de proteção para tomadas de decisão feitas de boa-fé e no melhor interesse da organização.

5.3.1 Gestão de Riscos da Organização

Como um elemento essencial da governança, focado na identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de ameaças aos objetivos estratégicos, a gestão apoia-se nas diretrizes e competências fixadas na **política institucional** , e alinhado aos padrões internacionais do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management* (COSO ERM), às normas ABNT NBR ISO 31000:2018, 31010:2021 e 31.073:2022, e Modelo de Três Linhas do Instituto de Auditores Internos (IIA).

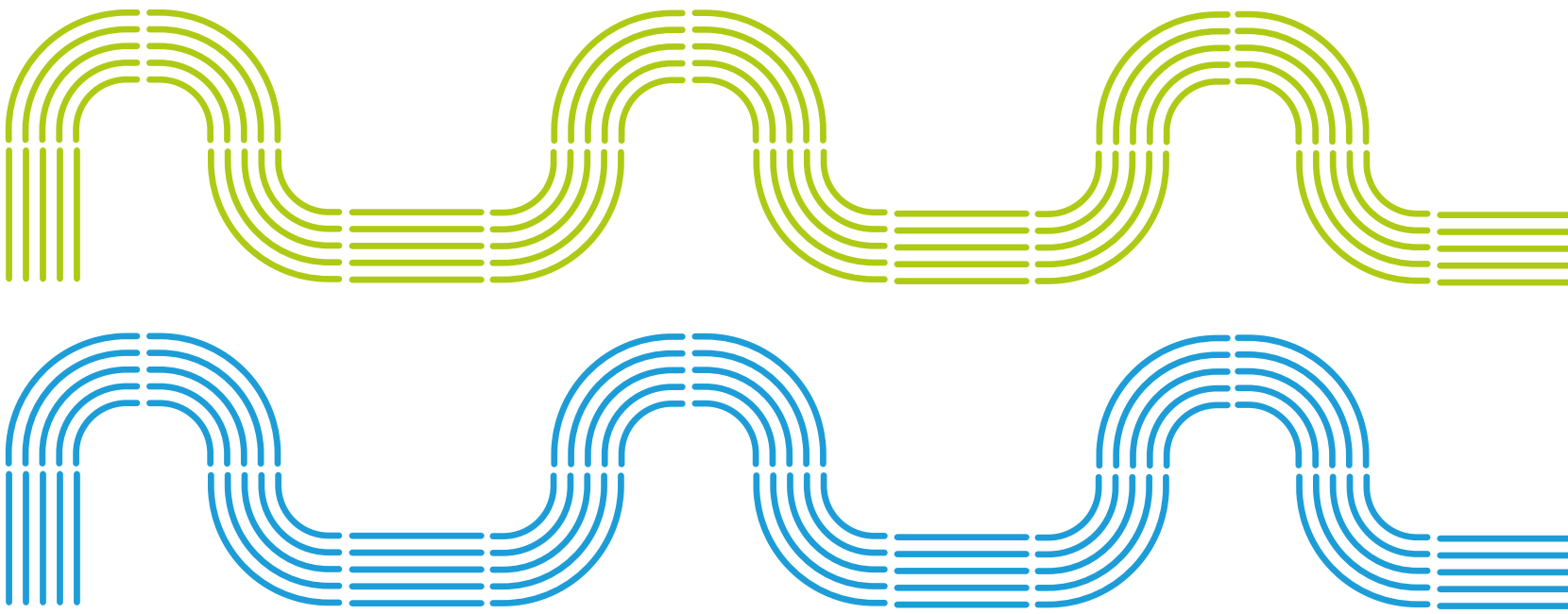
O fomento da cultura de gestão de riscos conta com diversas estratégias, como comunicações nos meios internos e externos, reuniões periódicas com as unidades e treinamentos contínuos, priorizando, os agentes de governança, que representam as unidades organizacionais na atuação da primeira linha.

Considerando a necessidade de engajamento dos colaboradores sobre a perenidade das ações, a capacitação tem sido utilizada como ferramenta fundamental. Além dos treinamentos virtuais obrigatórios, anualmente é realizado o Fórum GRC.

Fórum GRC



Em sua sétima edição, o Fórum GRC reúne os agentes de governança, alta gestão, gestores táticos e operacionais para um momento de partilha e reflexão, este ano o tema “Do papel ao digital: Reestruturando processos com foco em controles internos e governança”, contou com especialista do mercado, PhD. Antonio Brasiliano, promovendo conhecimento e análises importantes. Foi realizado em formato híbrido, ou seja, no auditório com transmissão ao vivo no canal do *Youtube* da Companhia, a fim de alcançar também os *stakeholders* e demais interessados da sociedade.





Fórum Permanente de Controle Interno



A convite da Controladoria Geral do Estado (CGE), a Companhia participou mais uma vez da programação do Fórum, com a apresentação da Gerente de Governança, Riscos e Conformidade, no painel: “Riscos e controles: Ferramentas essenciais para a gestão moderna”. Além do modelo e metodologia, as práticas de gestão de riscos foram os destaques, especialmente os

dashboards de gestão de processos, riscos, controles que o sistema implantado proporciona. Esses momentos de partilha proporcionam relevantes reflexões e evidenciam o protagonismo da Cagece dentre os órgãos da administração direta e indireta do Estado.



5.3.2 Programa de Integridade

Um dos principais instrumentos de integridade, o Código de Conduta e Integridade (CCI), foi atualizado para o período de 2025 a 2028, abordando de forma mais detalhada e específica as orientações relacionadas a assédio moral, assédio sexual e discriminação no ambiente de trabalho.



Visando a efetividade dos controles busca-se a revisão e aprovação de outros instrumentos, como políticas institucionais, atribuições, processos, dentre outros. Dentro desse contexto, em 2025, foram revisadas e aprovadas as seguintes políticas pela alta gestão: Qualidade, Comunicação, Distribuição de Dividendos, Gestão de Riscos, Transações entre Partes Relacionadas, Contratação de Serviços Extra Auditoria, Divulgação de Informações e Preservação do Sigilo, Segurança da Informação, Divulgação de Fato ou Ato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários.

Ainda sobre os pilares gestão de riscos, controles internos e instrumentos de integridade, iniciou-se, em 2025, a implantação de um sistema de mineração de requisitos legais, a fim de tratar a exposição da Companhia ao risco de descumprimento legal e regulamentar.

Com mais um ciclo de implementação, o programa reafirma a promoção da integridade em níveis de alcance interno e externo, corroborando para fortalecer a confiança dos colaboradores, clientes e parceiros, culminando na transparência e integridade dos serviços oferecidos à sociedade.

Fato que tem respaldado os pedidos de visitas técnicas e de *benchmark*, sobre as práticas de integridade, como o realizado com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, associados e convidados do IBGC, como mencionado anteriormente.



A ferramenta utiliza-se de inteligência artificial para pesquisar dentre as bases públicas selecionadas, a taxonomia aplicada ao negócio, resultando na apresentação de dispositivos a serem observados. Confirmando-se a pertinência, as áreas relacionadas a cada documento devem apresentar a evidência de atendimento ou a construção de um plano de ação para adequação dos controles internos. Neste período inicial de testes foram reportados 62.392 documentos, destes 100 de possível interesse e 9 encaminhados para a área de gestão de pessoas e área de universalização. Estima-se que conforme o sistema avançar na implantação, além da otimização dos controles, os outros pilares também serão beneficiados, como a comunicação e orientação de uso dos respectivos instrumentos.

Em linha com o que já foi reportado neste relatório, o pilar de Comunicação e Treinamento é priorizado dentre as práticas de fomento da cultura ética. Nesse contexto, foram realizadas diversas capacitações, além dos treinamentos virtuais obrigatórios, como:

Gestão de *Compliance* para a equipe da integridade em conformidade com o Decreto Estadual nº 9.203/2017 e a Lei Federal (nº 12.846/2013), além dos treinamentos virtuais obrigatórios e as ações da semana da integridade, detalhadas no item seguinte.

Caravana da Superintendência Executiva da Presidência (SEP), com os agentes de integridade e colaboradores das unidades de negócio, foram orientados sobre as diretrizes da gestão de riscos, Programa de Integridade, riscos de fraude e corrupção, as condutas



esperadas e vedadas do CCI, e o uso do canal de denúncias.

Semana da Integridade

O evento anual alusivo ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, realizado em dezembro, consolidou-se como um meio de aprendizado e reflexões sobre temas fundamentais de integridade.

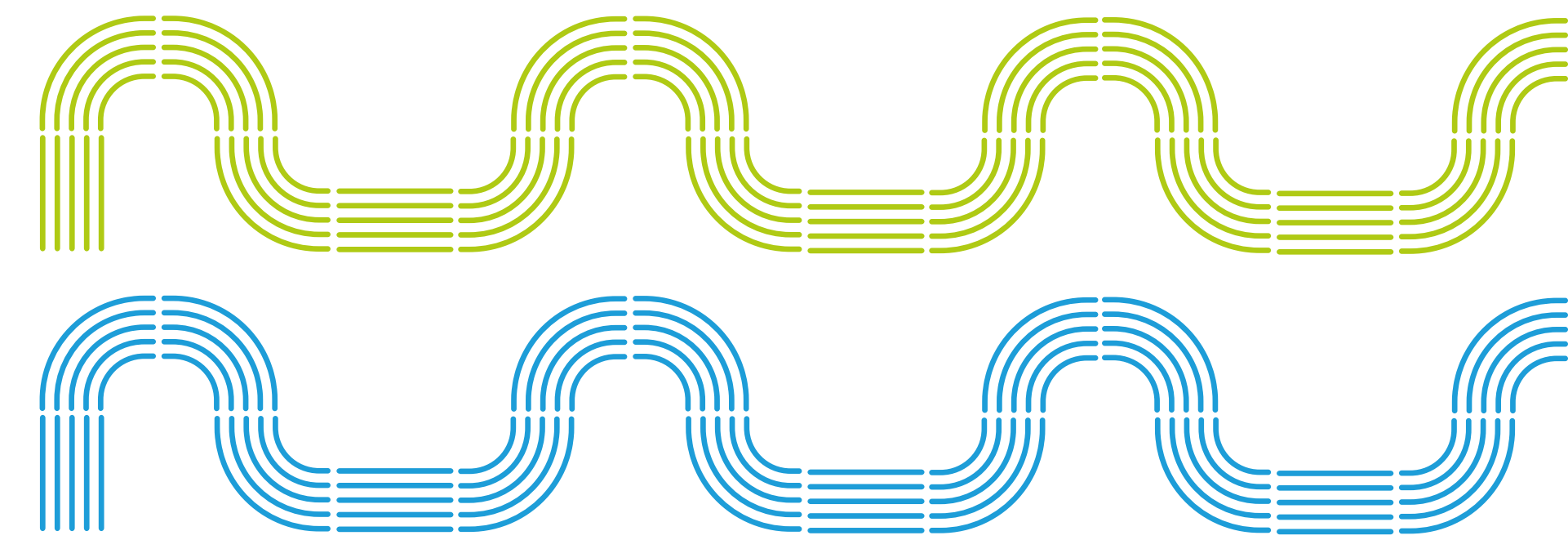


Em uma semana repleta de conhecimento e experiências, entre os dias 8 a 12 de dezembro, foram desenvolvidas ações diversificadas, com vistas a alcançar o maior número de pessoas internas e externas.

Nos dias que antecederam a semana, foram realizadas visitas em diversas unidades para a divulgação da programação e início da abordagem dos temas da semana de forma lúdica, por meio de brincadeiras como amarelinha, entre os colaboradores. Além de vídeos educativos e bem-humorados, interpretados pela personagem “Integriane”, criada especialmente para adequar a linguagem do público alvo. A

divulgação nos meios internos visa reforçar a importância da conduta ética entre os colaboradores.

A abertura da semana foi realizada pelo Vice Presidente do Conselho de Administração Ricardo Eleutério, seguida da palestra virtual, transmitida pelo *Youtube*, com o tema: “O papel do representante dos empregados no conselho de administração” ministrada por Eduardo Benini, Conselheiro de Administração certificado por experiência pelo IBGC.





Se posicionando sobre o impacto das ações dos colaboradores no dia a dia para o futuro da Companhia, a especialista de sistemas de *compliance* e integridade, Letícia Sugai, conduziu a palestra “Cultura da Integridade: práticas do presente que moldam o futuro”, que foi precedida pela participação do Diretor das Unidades de Negócio do Interior, Carlos Salmito, também com transmissão pelo canal oficial da empresa no *Youtube*.



A programação contou ainda com um *videocast*, divulgado no mesmo canal, sobre a relação entre a integridade e universalização do saneamento básico. A conversa, mediada pela jornalista Érica Bandeira, teve a participação da presidente da Comissão Setorial de Ética Pública (CSEP), Abigail Lino, a coordenadora de Conformidade da GRC, Leiliane Araújo e a superintendente de Auditoria Interna, Viviane Vasconcelos.



Por fim, o concurso de Boas Práticas de Integridade realizado em parceria com o Comitê de Conformidade, buscou identificar, reconhecer e disseminar ações que fazem parte do dia-a-dia dos colaboradores e que contribuem para o fomento da cultura de integridade. Os relatos recebidos foram analisados sob os critérios de clareza, coesão e objetividade; níveis de alcance das práticas, ou seja, quanto às práticas impactaram pessoas, processos e cultura; disseminação da prática e relevância desta para os valores éticos e de responsabilidade no ambiente de trabalho. Sendo premiadas três histórias, que retrataram postura íntegra, fortalecimento da confiança, ambiente acolhedor e responsabilidade compartilhada.





Canais de Denúncia

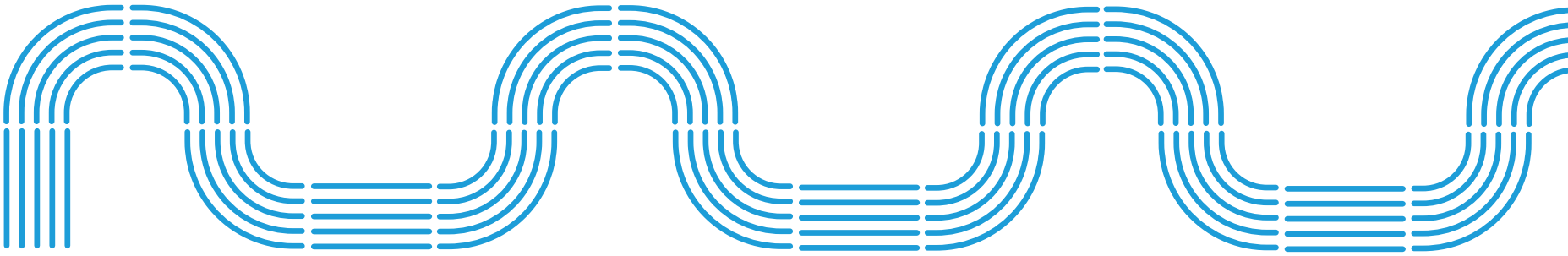
Reforçando o compromisso com a transparência e a ética, a Cagece disponibiliza mecanismos de denúncia voltados à detecção de condutas inadequadas e ao descumprimento de normas vigentes. Em conformidade com a Lei Federal nº 13.460/2017, esses canais estão abertos a todos os *stakeholders* para o relato de fraudes, assédios e atos de corrupção, conforme detalhado abaixo:



Due Diligence

Conforme demanda do comitê de elegibilidade e oportunidades de novos negócios, são realizadas *Due Diligence* de Integridade, visando verificar antecedentes, conformidade com as normas e regulamentações vigentes e a responsabilidade empresarial.

Alinhada ao princípio da transparência e acesso às informações, os relatórios e documentos de governança atualizados são disponibilizados no site institucional: **instrumentos de governança**  garantindo livre acesso à informação para todos os seus *stakeholders* e a sociedade.



Negócios





6.1 Água e Esgoto

O processo que envolve o percurso da água até chegar à população cearense preza pela continuidade do abastecimento e qualidade da água fornecida. Iniciando-se com a captação hídrica, que pode ser superficial, a partir de corpos d'água como rios e açudes, ou subterrânea, através de poços, a água é transportada até as 153 ETA's, onde passa por rigorosos processos físico-químicos para atingir os padrões de potabilidade exigidos pela legislação. Após o tratamento, a água potável é direcionada para os reservatórios, de onde é distribuída por meio da rede, até alcançar as residências e estabelecimentos dos clientes.

No âmbito do SES, a coleta e tratamento de esgoto, se inicia nas ligações prediais dos usuários. O esgoto coletado é conduzido por redes coletoras e direcionado para os coletores-tronco, infraestruturas de maior porte, que direcionam o fluxo para as ETEs. Nessas estações, processos biológicos e químicos removem os poluentes. Esse tratamento permite que o efluente seja descartado de forma ambientalmente responsável e em conformidade com as normas e leis vigentes.

A cobertura do abastecimento de água residencial em Fortaleza alcança 99,55%, e no Ceará, o índice é de 99,18%, beneficiando cerca de 5,73 milhões de cearenses com água tratada em casa.

A cobertura do SES residencial alcança 73,68% na capital e 51,51% em todo o estado, atendendo atualmente 3,02 milhões de pessoas pela rede de esgoto da Companhia.

Índice de Cobertura (%)



Extensão de Rede (mil km)



A partir do ano 2023, observa-se uma ascendência consistente nos Índices de Cobertura Residencial, em função dos investimentos contínuos em novos projetos de ampliação e implantação de redes de água e esgoto. São mais de 19,61 mil quilômetros de rede de distribuição de água (RDA) e mais de 6,34 mil quilômetros de rede coletora de esgoto (RCE). A adoção de Parcerias Público-Privadas (PPP), em modelos de concessão administrativa de 30 anos, segue sendo uma das principais estratégias para a universalização do saneamento. Uma PPP já está em curso em 24 municípios nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, e está em andamento um novo Projeto Estratégico de Prospecção de PPPs de Esgoto para mais 127 municípios.





O número de ligações e economias ativas também segue em ritmo de crescimento, ano após ano, e o impacto positivo é refletido no volume faturado, conforme gráficos a seguir:

Número de Ligações Ativas



Número de Economias Ativas



Volume Faturado (mil m³)



O atendimento à população é assegurado por Unidades de Negócio e núcleos operacionais e comerciais que dão suporte aos serviços de água e esgoto.





Certificações ISO

Das unidades que compõem a estrutura da Companhia, 27 detêm certificações internacionais. Tais selos de qualidade atestam a eficiência operacional e o foco na melhoria dos processos e a busca constante da satisfação dos clientes.



Assegurando a continuidade da excelência no atendimento à população cearense, em 2025, foram renovadas a certificação ISO 9001, dentre áreas operacionais e administrativas:



15 Lojas de Atendimento Presencial
Localizadas na RMF e no interior do Estado



6 Estações de Tratamento de Água
Localizadas na RMF, Crateús, Russas, Tianguá e Massapê



4 Laboratórios de Controle de Qualidade
3 laboratórios regionais (Itapipoca, Russas e Quixadá) e 1 laboratório central em Fortaleza



1 Laboratório de Hidrometria
Localizado em Fortaleza



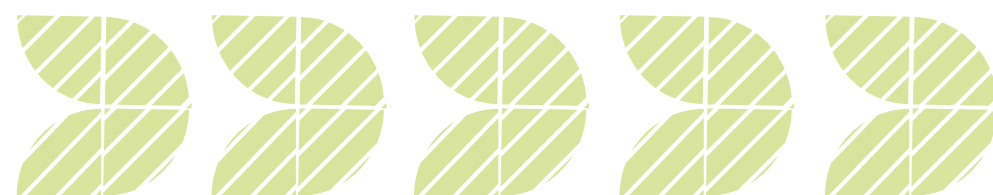
1 Unidade de Negócio da Capital

O Laboratório de Hidrometria e Laboratório Central de análises físico-químicas, além das certificações ISO 9001, também possuem acreditação na norma ISO/IEC 17025:2017, em função dos rigorosos critérios de controle de qualidade dos processos de instrumentação técnica e calibração.

A disseminação das ferramentas da qualidade integra as certificações ISO, acreditações ISO/IEC e os programas internos de Gerenciamento da Rotina do Dia a Dia (GRD) e 5S, que repercutem na excelência e na continuidade dos serviços prestados à população cearense.

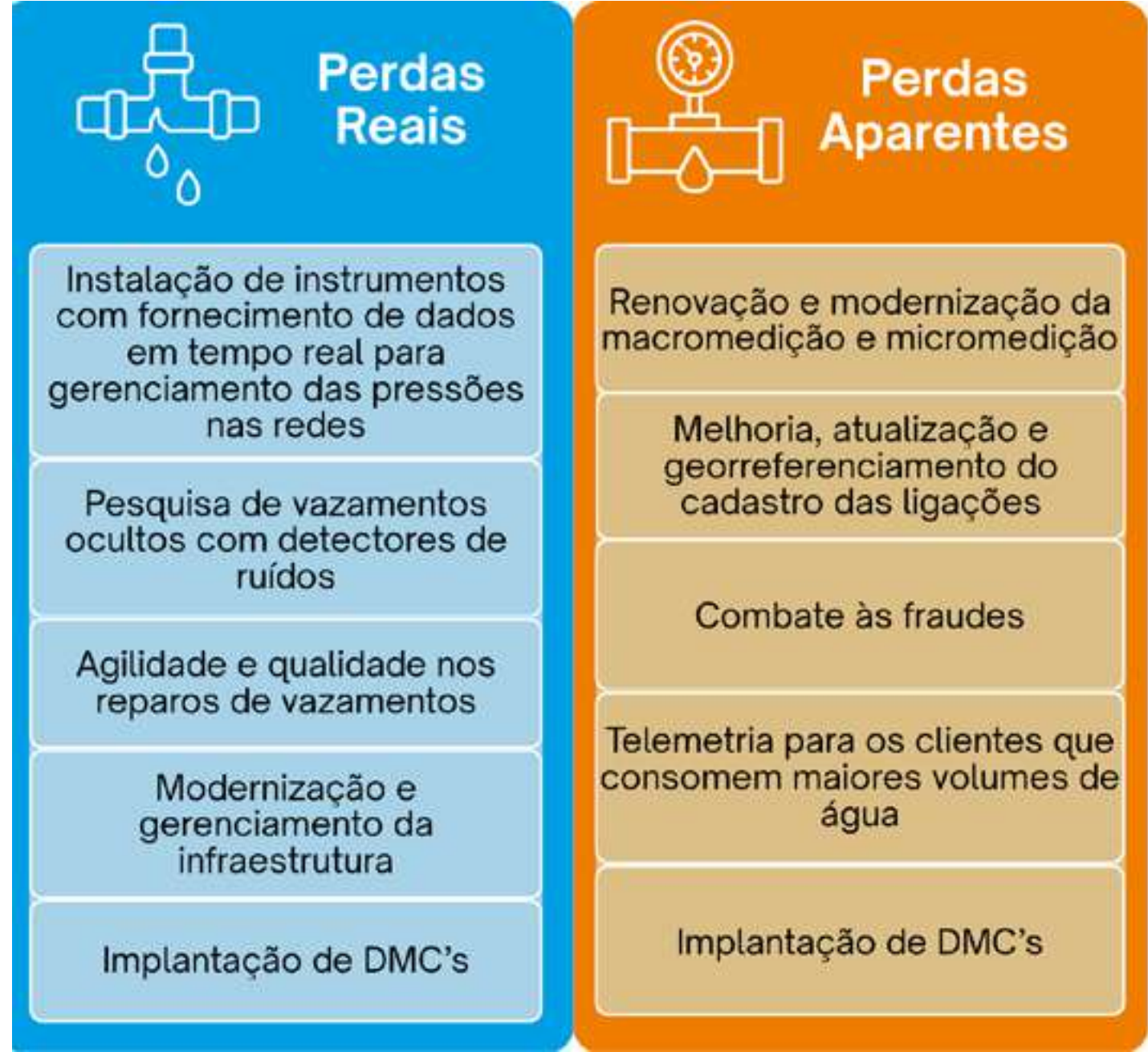
Gestão de Perdas

A eficiência operacional traz a redução de perdas de água para o centro das ações estratégicas. Tal posicionamento é sustentado por investimentos constantes no âmbito do programa de monitoramento e controle de perdas, abordado no capítulo 8, e do acompanhamento de indicadores como o Índice de Perdas por Ligação (IPL) e o Índice de Perdas na Distribuição (IPD). Em 2025, a Companhia registrou um Índice de Perdas na Distribuição (IPD) de 41,72%. A composição desse índice revela que 65,36% referem-se a perdas reais (vazamentos e extravasamentos), enquanto 34,64% derivam de perdas aparentes (fraudes, falhas cadastrais e submedição de hidrômetros). No mesmo período, o Índice de Perdas por Ligação (IPL) consolidou-se em 282 l/lig.dia.





A gestão de perdas de água compreende ações rigorosas para mitigar perdas reais e aparentes, conforme detalhadas no quadro a seguir. Essas iniciativas visam resultados sustentáveis a médio e longo prazo, fortalecendo a segurança operacional dos sistemas e a preservação dos recursos hídricos.



O combate às perdas reais foi intensificado através de varreduras preventivas nas redes de abastecimento, em todos os turnos, por equipes especializadas distribuídas em todo o estado, essas ações alcançaram a marca de 5.380 km de rede pesquisada em 2025, permitindo a identificação e o tratamento de 15.569 vazamentos. Quanto às ações de combate a irregularidades, o exercício de 2025 contabilizou a inspeção de 223.694 imóveis. Dentre estes, 4.327 apresentaram inconformidades que foram prontamente regularizadas, totalizando um volume recuperado de 3.276.900 m³.

DMC's

É um projeto premiado e com resultados relevantes, que setoriza os maiores sistemas, transforma a rede em áreas menores, mais facilmente gerenciáveis, e assim, adquire alta performance no monitoramento da pressão e vazão, permitindo a identificação e o reparo de anomalias com rapidez, reduzindo o tempo de resposta a vazamentos e estabilização de pressão. O resultado é uma operação otimizada, que concilia a economia de recursos com o aumento da eficiência na distribuição de água.

A operação de 29 DMCs nos sistemas Messejana e Castelão, consolidou avanços significativos na gestão de perdas em Fortaleza e RMF. Através da otimização das pressões de rede em 2025, conseguiu reduzir em 11% o índice de vazamentos nesses setores, alcançando a marca de 3.063.254 m³ em volume recuperado.

Segue em andamento, a implantação de 45 novos DMC's, em Fortaleza, nos setores hidráulicos Aldeota, Vila Brasil, Expedicionários e Floresta, com recursos do Banco Mundial. Em 2025, destaca-se o início da 3ª e última fase, que engloba a apuração por performance. A estimativa é de que haja uma redução de 20% no volume de perdas desses setores.

Estações Piezométricas EPZ's

Consiste no monitoramento da continuidade do abastecimento de água, que atualmente conta com aproximadamente 1.000 equipamentos realizando medições instantâneas de pressão na rede de distribuição. Em 2025, foram adquiridos mais 120 novos equipamentos com perspectiva de incrementar mais 120 no corrente ano.

Além de cumprirem os requisitos dos órgãos reguladores, as EPZ's consolidam-se como instrumentos de gestão da eficiência do abastecimento de água nos municípios, e ainda subsidiam estudos técnicos voltados à otimização e melhoria contínua dos sistemas.





Renovação do Parque de Hidrômetros

Como mencionado anteriormente, o Laboratório de Hidrometria possui certificação norma ABNT ISO/IEC 17025:2017, e em 2025 celebrou 10 anos desde a primeira acreditação. Isso demonstra a conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação e possui capacidade técnica para a verificação e manutenção de hidrômetros.

Com o objetivo de melhorar a precisão da medição e gerar impacto direto na redução das perdas de água, mitigando ineficiências decorrentes do desgaste natural dos equipamentos, a Companhia mantém o programa de renovação e modernização do parque de hidrômetros, uma iniciativa já consolidada e essencial para otimizar o desempenho da micromedição.

Em 2025 foram executadas 280.260 substituições de hidrômetros em todo o estado, contemplando as diversas tecnologias de medição, como velocimétrica, volumétrica e ultrassônica. Esse volume representa 15% do parque de medidores em operação, traduzindo-se em ganhos robustos de eficiência, melhoria significativa na precisão da medição e avanço consistente nas estratégias de combate às perdas.

Telemetria



O avanço na modernização da medição de consumo é realizado por meio da implementação de telemetria para grandes clientes. Tecnologia que permite a leitura remota e em tempo real dos hidrômetros, amplia a eficiência operacional e otimiza o processo de detecção de vazamentos, anomalias e possíveis fraudes, proporcionando aos clientes o acompanhamento do próprio consumo pelo aplicativo da Companhia.

“

Eficiência que empodera o consumidor, disponibilizando o controle direto do consumo na palma da mão.

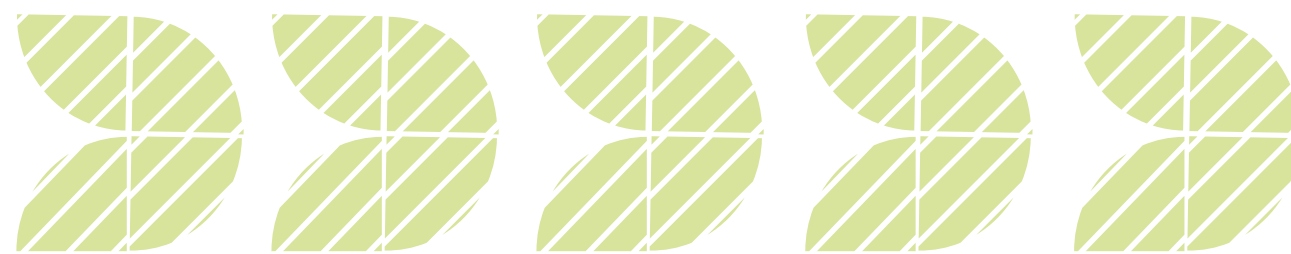
Atualmente, 2.000 ligações de água já operam com telemetria nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Eusébio e Caucaia. Em 2025, 133 clientes passaram a acessar diretamente as informações de consumo via celular. Paralelamente, os dados coletados são integrados e monitorados continuamente pelos sistemas corporativos.

Esta funcionalidade consolida-se como agente da transformação digital, viabilizando uma gestão inteligente da água, visto que provê precisão e agilidade na tomada de decisões, gerando valor direto ao cliente e elevando a performance operacional do sistema de abastecimento.

6.2 Relacionamento com clientes

A gestão da relação com clientes é condição essencial para a sustentabilidade de qualquer negócio, e a Cagece mantém-se atenta a este fator, priorizando a satisfação dos usuários no mapa estratégico.

Ao longo dos anos tem-se buscado a modernização dos canais de relacionamento, sendo que atualmente, a maioria das demandas pode ser resolvida digitalmente, além de manter o atendimento presencial à disposição dos clientes.



Em destaque, os principais canais de atendimento da Cagece:

Atendimento Virtual

Estes canais são ideais para demandas objetivas e com pronta resposta, como emissão de segunda via, consulta de débitos, registro de ocorrências simples, dentre outras.



Assistente Virtual Gesse ☀️



App Cagece ☀️



Central de Atendimento

Presente no portal institucional, é uma ferramenta à base de IA que, a partir de uma base de conhecimento, visa fornecer respostas eficazes, simulando uma conversa humana.

Disponível para Android e iOS, é a forma mais prática e segura de demandar serviços e acompanhar o histórico de consumo.

Disponibiliza o número 0800 275 0195, 24 horas por dia para solicitações e reclamações.

Atendimento Presencial

Modalidade tradicional de relacionamento, que conta com as unidades físicas para casos que exigem a entrega de documentos ou uma negociação mais complexa.



Lojas de Atendimento



Vapt Vupt



Núcleos comerciais e operacionais

Espalhadas por diversos bairros de Fortaleza e municípios do interior, das quais, 15, possuem certificação ISO 9001.

Os balcões de atendimento têm posicionamento relevante na central de serviços públicos integrados. Atualmente conta com unidades na Capital e em cidades como Sobral e Juazeiro do Norte.

Nos demais municípios operados é disponibilizada uma estrutura física para recebimento e tratamento das demandas dos clientes.



Ouvidoria

Como segunda linha de atendimento, para situações que não foram sanadas nas opções anteriores, os usuários podem enviar sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias, referentes aos diversos serviços prestados, por meio:



**Central de
Atendimento:
0800 275 0195**



**Telefone: (85)
3101.1918**



**Atendimento
Presencial:
Shopping RioMar
Fortaleza**

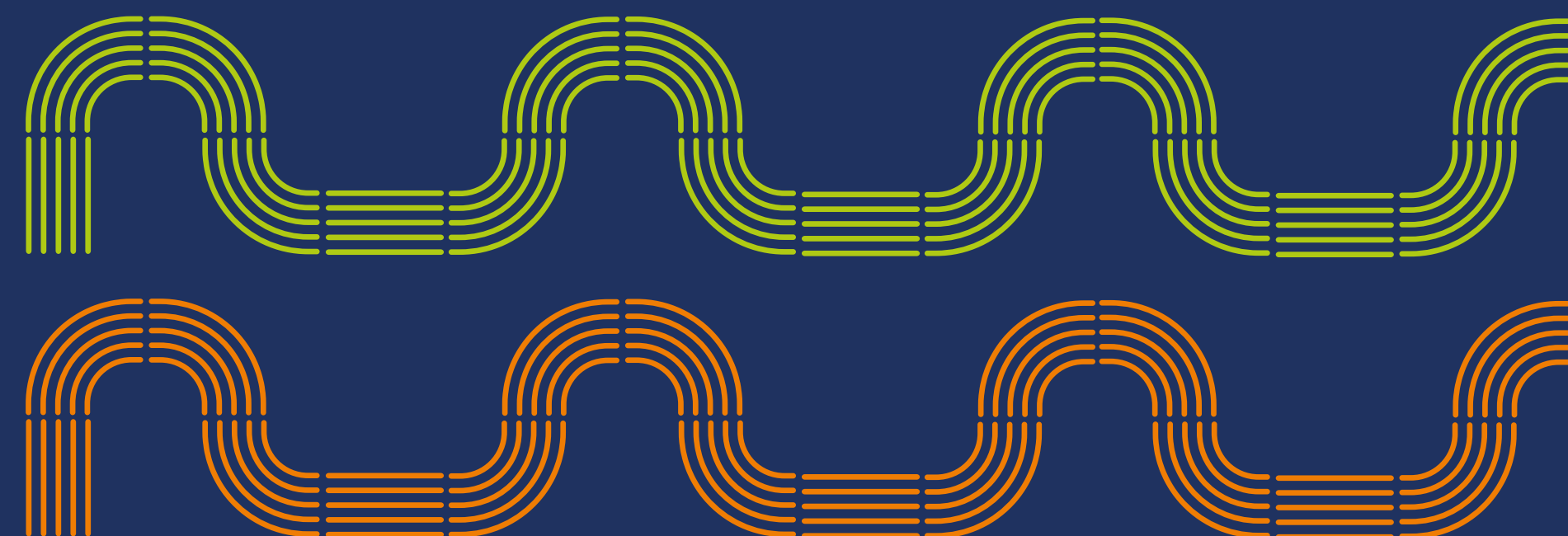




Num processo contínuo de interação com os usuários, em 2025, a ampliação da presença digital da Cagece, alçou a comunicação como instrumento estratégico para fortalecimento do relacionamento com os clientes. Este direcionamento visou intensificar a conexão da marca com a população cearense, demonstrando de forma clara, o impacto positivo da atuação no estado.

Buscou-se alinhar à análise dos principais cenários que impactam a Companhia, direcionando a linguagem e os pilares de conteúdo para maximizar o posicionamento institucional e o engajamento social. Dentro desse contexto, os principais conteúdos abordados em 2025, foram: a Parceria Público-Privada (PPP), firmada para universalizar o esgotamento sanitário até 2033; projetos como o Reciclocidades, que mostram a inclusão, empoderamento e apoio a famílias vulneráveis; investimentos em inovação para otimizar serviços e reforçar a sustentabilidade hídrica, entre outros.

O êxito da estratégia digital é perceptível, e ratifica a importância dos pilares de atuação, que se concentram em gerar pertencimento por meio do conteúdo, utilizar as redes sociais de forma assertiva, aplicar a análise de dados para monitorar tendências, gerenciar crises, manter um diálogo constante, e portanto, relacionar cada vez mais a marca Cagece, como detentora da confiança da sociedade cearense e dos demais *stakeholders*.





6.2.2 Estrutura Tarifária



Prover mecanismos que facilitem o acesso dos clientes aos serviços inclui também, disponibilizar informações referentes à estrutura tarifária. Na Companhia, esta é segmentada em oito tipos de tarifas: Residencial (Social, Popular e Normal), Comercial (Popular e II), Industrial, Pública e Entidade Filantrópica, de

acordo com o tipo de economia/categoria. Essa diversificação visa equilibrar a remuneração dos serviços entre os diferentes perfis de consumo, inclusive os da categoria Social, para incentivar o uso consciente de água e alinha-se às melhores práticas de sustentabilidade.

O detalhamento referente a estrutura tarifária, está disponível no site institucional.



É importante ressaltar que a definição e aprovação das tarifas aplicadas a cada categoria é de competência da Arce, agência reguladora do estado, a qual estabelece metodologia, critérios e procedimentos para realização das revisões tarifárias e reajustes anuais dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio da Resolução nº 274/2020. A revisão do valor médio das tarifas deve acontecer a cada 04 anos, ou por meio de revisões extraordinárias, caso ocorram eventos supervenientes neste período.

Por meio da Resolução nº 25/2025, a Arce autorizou a revisão de 9,73% para as tarifas de água e esgoto, com a aplicação do percentual, a tarifa média dos serviços de água e esgoto passa a ser de R\$ 6,90/m³ (seis reais e noventa centavos por metro cúbico).

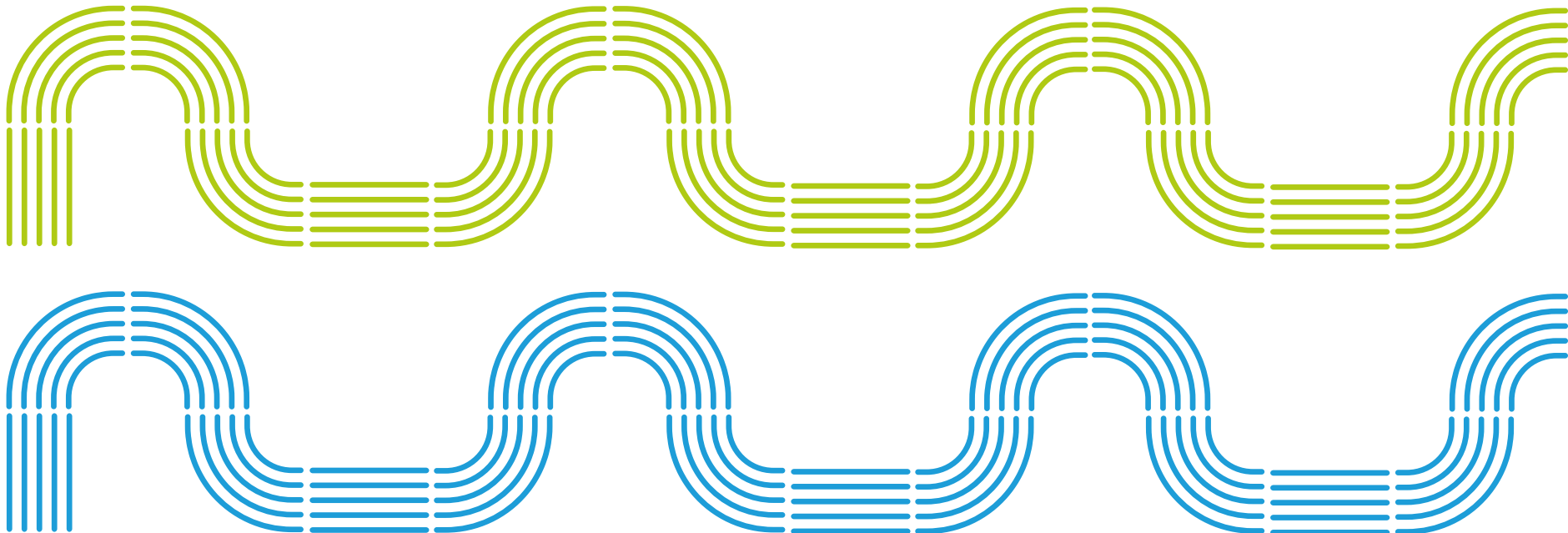
A revisão tarifária é realizada com base nos custos incorridos. Nesse processo, são consideradas despesas e custos de exploração, amortização e depreciação, remuneração de capital investido e direitos e obrigações reconhecidos.

A revisão e os reajustes desempenham um papel crucial na viabilização dos investimentos necessários para a universalização, continuidade e qualidade dos serviços.

6.2.3 Pesquisa de Satisfação

A fim de aferir os caminhos utilizados para o alcance da excelência no atendimento e comunicação, é aplicada periodicamente uma pesquisa de satisfação junto ao cliente, com vistas à avaliar a percepção sobre os serviços e a imagem institucional.

Em 2025, o levantamento abrangeu 116 municípios e 73 setores comerciais da RMF, contemplando localidades com mais de 2.000 economias ativas de água. Ao todo, foram aplicados 5.390 questionários, distribuídos entre as Unidades de Negócio, com amostra de 385 respondentes por unidade. O índice geral de satisfação atingiu 76,5%, com destaque para o grupo Imagem, que alcançou 84,3%. Os demais resultados foram: serviço de água, com 74,4%; serviço de esgoto, com 73,2%; e atendimento, com 75,8%; evidenciando uma avaliação positiva e consistente.





6.3 Parcerias

6.3.1 Sociedades de Propósito Específico (SPE's)

Alinhada às diretrizes de mercado do planejamento estratégico, a Cagece promove o aprimoramento institucional por meio de novos modelos de negócio. O formato de SPE tem se consolidado como uma estrutura eficaz para a viabilização de novos empreendimentos, a captação de expertise e capital privado.

O modelo é fundamental para a governança e mitigação de riscos dos projetos, consolida a confiança do mercado e gera transparência financeira por meio de uma gestão independente e dedicada. Com atividades restritas ao escopo do empreendimento, essas entidades asseguram um fluxo de caixa exclusivo, o que se traduz em operações mais ágeis, processos competitivos e uma economia de escala que reduz custos a longo prazo. Participações da Companhia estabelecidas sob este modelo estratégico:



UTILITAS

Resultante da união entre a Cagece (15%), PB Construções S.A. (25%), GS INIMA Industrial S.A. (30%) e a Construtora Marquise S.A (30%), está em operação desde 2021, tem como objetivo principal fornecer serviços e utilidades industriais essenciais ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), com foco na área de saneamento, incluindo o gerenciamento de resíduos sólidos, fornecimento de água industrial e tratamento de esgoto. Vale ressaltar que até o momento, o volume total de efluente tratado atingiu aproximadamente 21.900.000 m³.

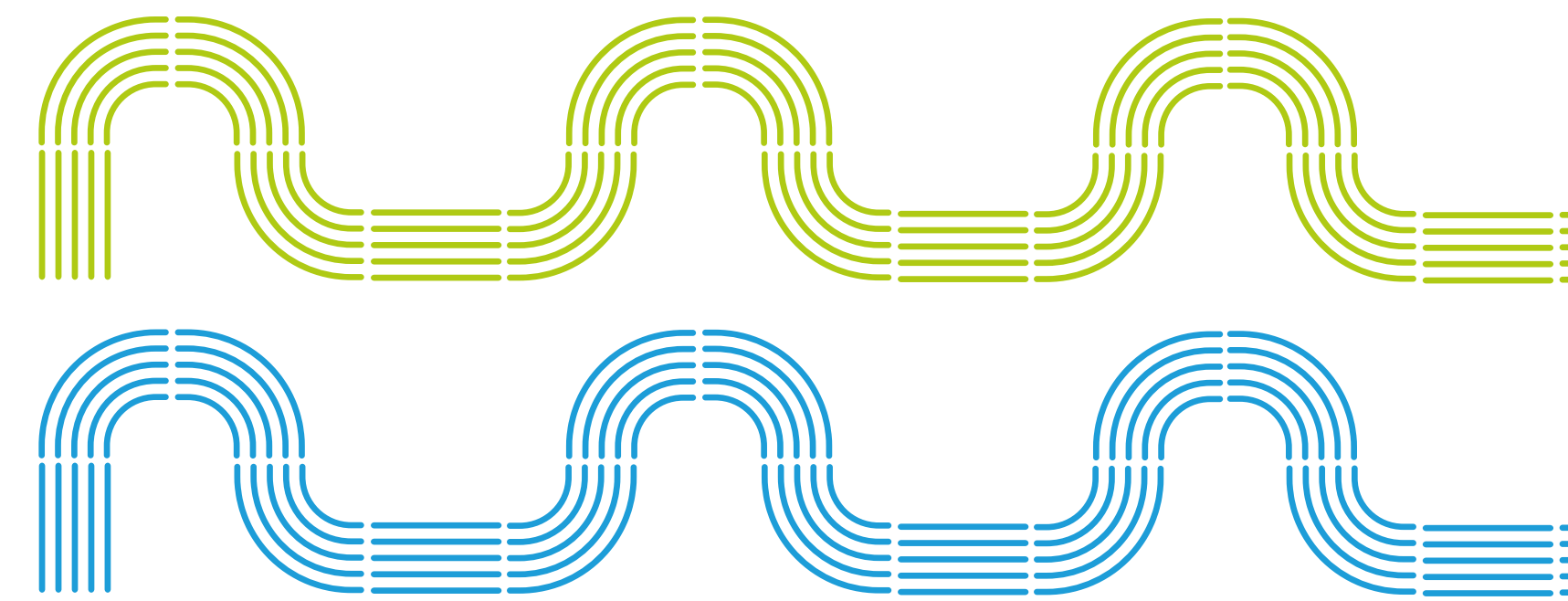
Em uma visão de expansão para o Hidrogênio Verde (H2V) em alinhamento com a transição energética do Ceará, fechou-se um pré-contrato com o CIPP para a construção da central de utilidades de desmineralização da água de reúso, intitulada UTL-H2V, na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) 2. A proposta é fornecer diversas qualidades de água para o novo Hub de H2V. Esta unidade já conta com projeto básico, além da Estação de Produção de Água de Reúso (EPAR), que está com a licença prévia em fase final de avaliação.

VSA

Formada entre a Cagece e a Vicunha Serviços, presta serviços de coleta, tratamento e disposição de efluentes industriais nos municípios de Pacajus e Horizonte. O sistema atual inclui uma Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) industrial que utiliza processos de tratamento biológicos e físico-químicos, com capacidade de 50 m³/h, e potencial de expansão para 100 m³/h.

Em uma nova etapa do negócio está em andamento a implantação de uma EPAR equipada com tecnologia de dupla filtração para o polimento dos efluentes domésticos tratados na ETE do município de Horizonte. A capacidade inicial será de 60 m³/h, podendo expandir para até 130 m³/h.

Os empreendimentos da VSA têm o potencial de gerar significativos benefícios ambientais, econômicos e sociais para a região, através do tratamento eficiente e seguro dos efluentes industriais, reduzindo o lançamento em corpos hídricos. Além disso, a reutilização de parte do efluente doméstico de Horizonte contribui para o aumento das reservas de água bruta nos reservatórios da Cogerh, reforçando a segurança hídrica da RMF, especialmente para consumo humano.





SANE Energia

Fruto da parceria estabelecida entre a Cagece e a Goener Participações S/A, possui o propósito de gerar energia, gerir utilidades e promover eficiência energética. Este empreendimento reforça a posição da Companhia no mercado de geração de energia de fontes renováveis, visando atender o autoconsumo, com potencial para fornecimento de energia para clientes.

O projeto de geração distribuída contempla a instalação de sete usinas fotovoltaicas com potência instalada de 10 megawatts (MW) e produção média anual de 21.600 megawatts-hora (MWh).



Em 2025, foram incorporadas ao sistema as usinas de Itapipoca, Acopiara e Massapê I, as usinas remanescentes têm previsão de entrada em operação ao longo de 2026. Em parceria com outras empresas, estão em fase de implantação e exploração centrais geradoras de energia fotovoltaica em Jaguaruana, cada uma com capacidade instalada de 67,87 MW.

Essa SPE representa uma solução economicamente vantajosa e sustentável, pois utiliza fontes renováveis, minimiza as perdas por transmissão, propiciando maior independência e redução de custos energéticos para a Companhia. Com perspectiva de crescimento, está posicionada para explorar o desenvolvimento de outras fontes de energias renováveis.



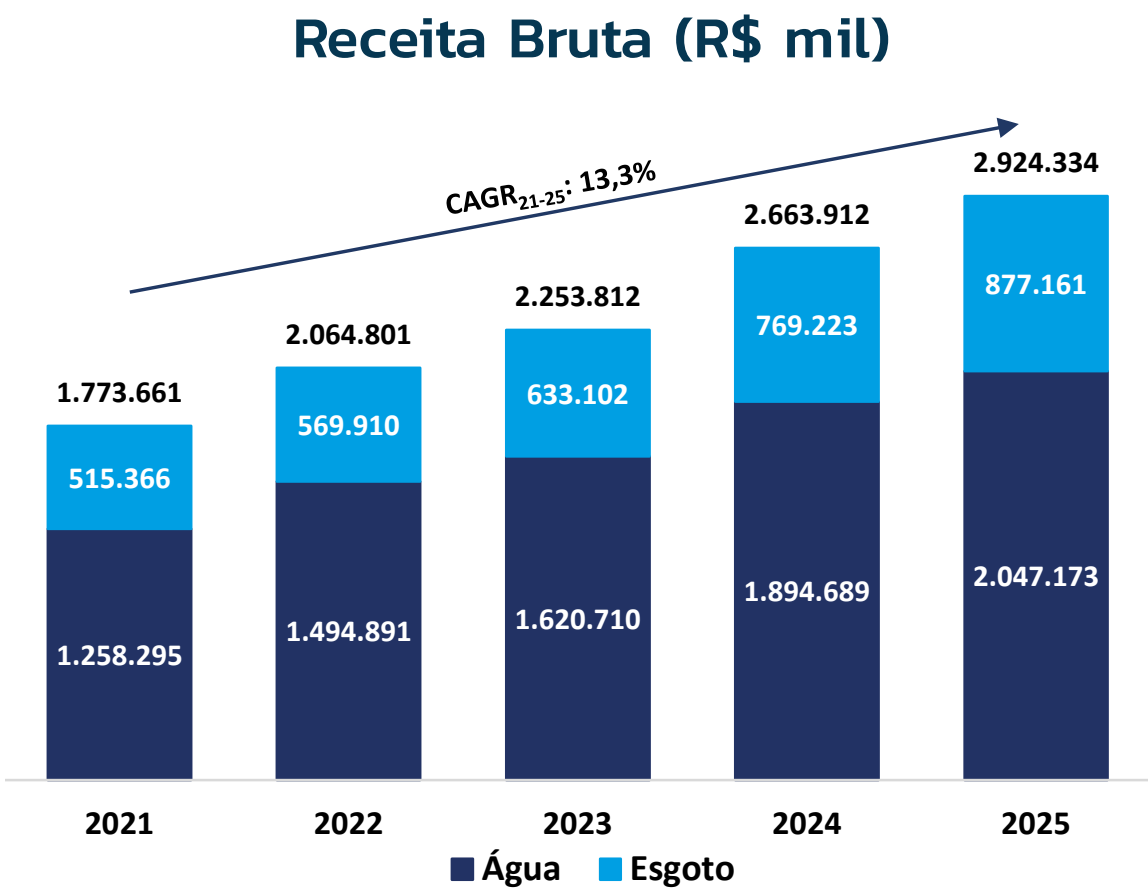
Financeiro





7.1 Receita Bruta e Receita Líquida

A Receita Bruta da Companhia ao longo dos últimos 5 anos apresentou um crescimento médio anual (CAGR¹) de 13,3%, atingindo R\$ 2.924,3 milhões em 2025.



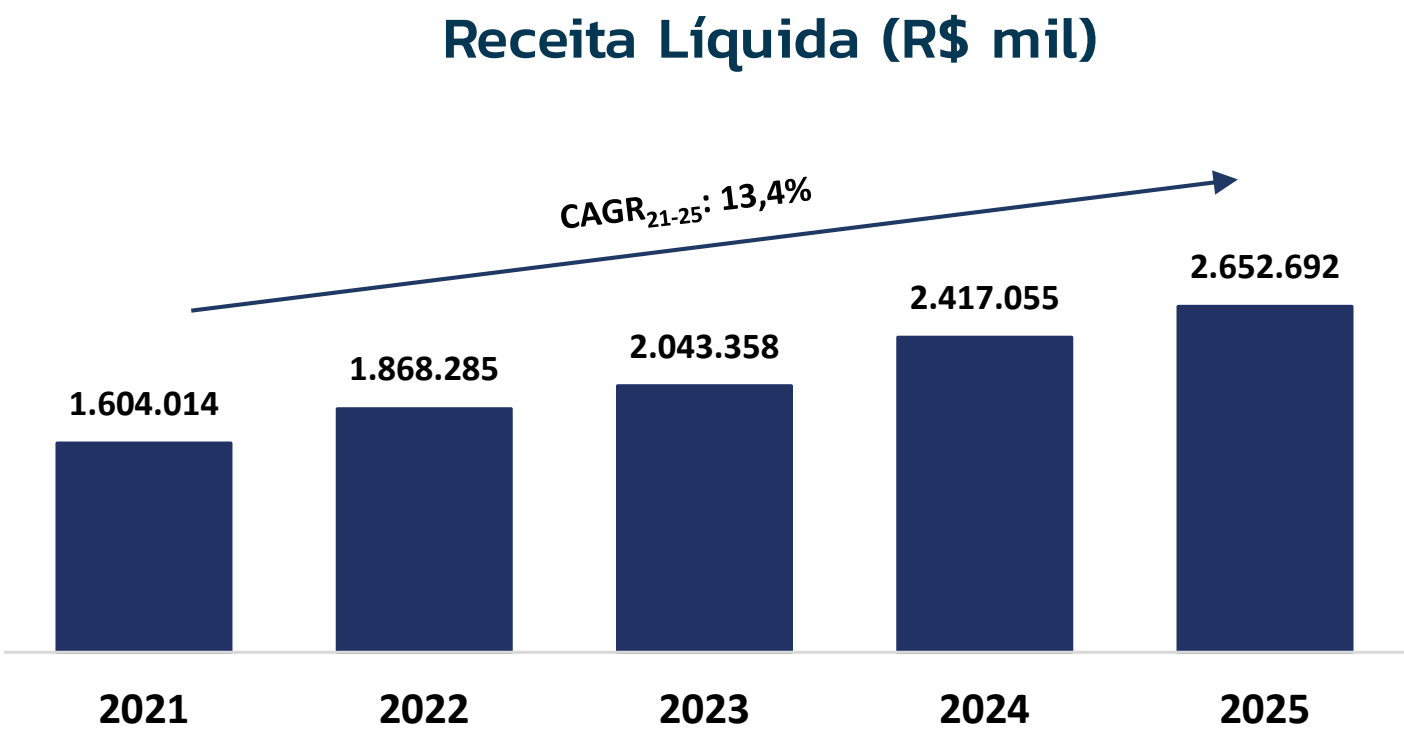
Obs: As Receitas de Construção foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.
¹CAGR – Compound Annual Growth Rate

Abertura da Receita Bruta (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	%AV	2024	%AV	% AH 2025 x 2024	Var.Abs 2025 x 2024
Receita Direta	2.854.950	107,6%	2.607.360	107,9%	9,5%	247.590
Água	1.988.830	75,0%	1.846.948	76,4%	7,7%	141.882
Esgoto	866.120	32,7%	760.412	31,5%	13,9%	105.708
Receita Indireta	69.384	2,6%	56.552	2,3%	22,7%	12.832
Água	58.343	2,2%	47.741	2,0%	22,2%	10.602
Esgoto	11.041	0,4%	8.811	0,4%	25,3%	2.230
Receita Bruta	2.924.334	110,2%	2.663.912	110,2%	9,8%	260.422
Impostos (PIS / COFINS)	-271.642	-10,2%	-246.857	-10,2%	10,0%	-24.785
Receita Líquida	2.652.692	100,0%	2.417.055	100,0%	9,7%	235.637

Obs.: As Receitas de Construção (R\$719.963 – 2024; R\$ 774.024 – 2023) foram desconsideradas da análise pelo efeito nulo no resultado.

No comparativo 2025 *versus* 2024, a Receita Bruta apresentou um crescimento de 9,8%, devido principalmente aos seguintes efeitos: (i) complemento da revisão extraordinária (+8,0%) em vigor a partir de 05 de agosto de 2024; (ii) revisão extraordinária (+9,73%) em vigor a partir de 05 de novembro de 2025; (iii) incremento no volume faturado consolidado (+3,2%) no comparativo anual.

Já a Receita Líquida atingiu R\$ 2.652,7 milhões, 9,7% superior à obtida em 2024, com crescimento médio anual de 13,4% ao longo dos últimos 5 anos.



A Receita Direta dos Serviços de Água registrou acréscimo de 7,7% no comparativo 2025 *versus* 2024. A categoria “Residencial”, que representou 78,2% do total da rubrica em 2025 atingindo R\$ 1.554,6 milhões, apresentou um crescimento de 7,7% em relação a 2024, pelo efeito combinado do incremento na tarifa média efetiva (+6,1%) e volume faturado (+1,5%).

As demais categorias em conjunto (“Comercial”, “Industrial” e “Pública”) representaram 21,8% da receita em 2025, obtendo um incremento de 7,8% devido aos efeitos da tarifa média efetiva (+5,3%) e do volume faturado (+2,4%). No quadro a seguir é apresentada uma abertura da rubrica por categoria:

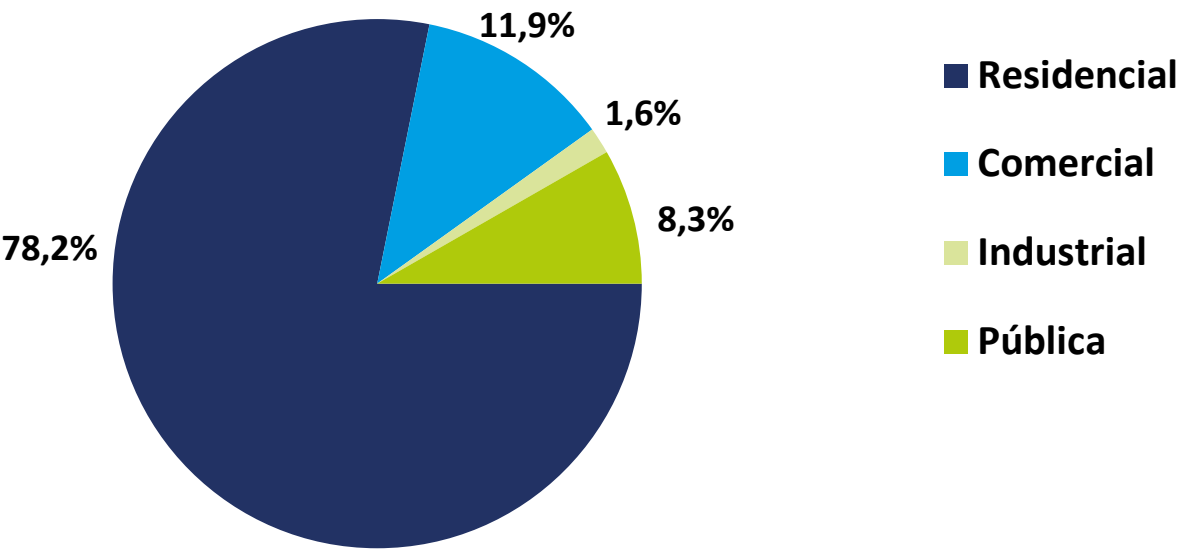




Receita Direta dos Serviços de Água (em R\$ mil)						
Categoria	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x2024
Residencial	1.554.643	78,2%	1.444.064	78,2%	7,7%	110.579
Comercial	237.236	11,9%	216.329	11,7%	9,7%	20.907
Industrial	32.218	1,6%	33.456	1,8%	-3,7%	-1.238
Pública	164.733	8,3%	153.099	8,3%	7,6%	11.634
Total	1.988.830	100,0%	1.846.948	100,0%	7,7%	141.882

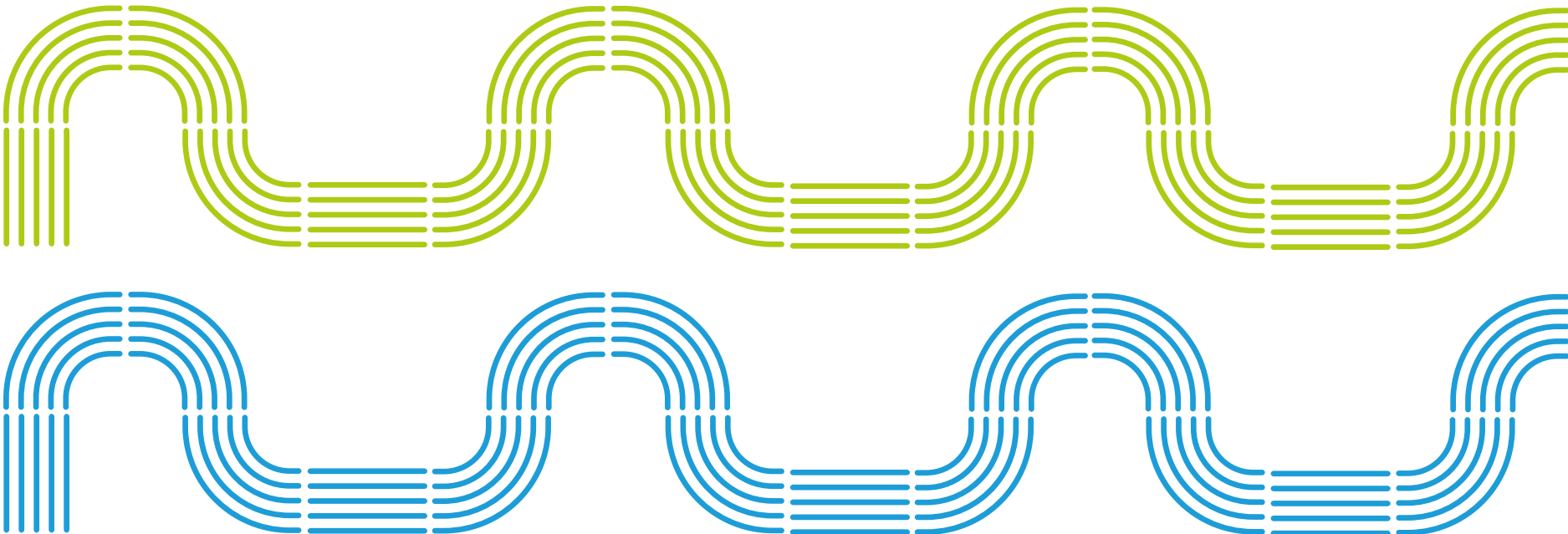
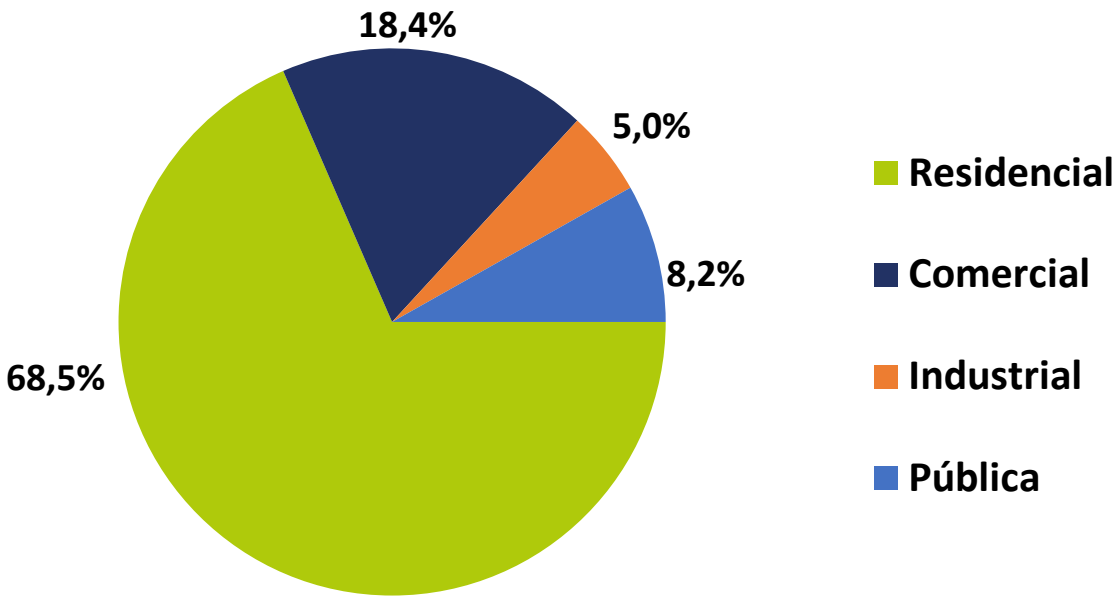
Receita Direta dos Serviços de Esgoto (em R\$ mil)						
Categoria	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x2024
Residencial	593.150	68,5%	525.154	69,1%	12,9%	67.996
Comercial	158.941	18,4%	137.708	18,1%	15,4%	21.233
Industrial	43.285	5,0%	38.417	5,1%	12,7%	4.868
Pública	70.744	8,2%	59.133	7,8%	19,6%	11.611
Total	866.120	100,0%	760.412	100,0%	13,9%	105.708

Receita Direta de Água - 2025



A Receita Direta dos Serviços de Esgoto apresentou um aumento de 13,9% no comparativo 2025 *versus* 2024. A categoria “Residencial” foi responsável por 68,5% atingindo R\$ 593,1 milhões em 2025, um crescimento de 12,9% em relação a 2024, pelo efeito combinado do incremento na tarifa média efetiva (+6,4%) e volume faturado (+6,2%). As demais categorias (“Comercial”, “Industrial” e “Pública”) foram responsáveis por 31,5%, com crescimento consolidado no comparativo anual de 16,0% devido aos efeitos da elevação do volume faturado (+15,8%) e tarifa média efetiva (+0,2%).

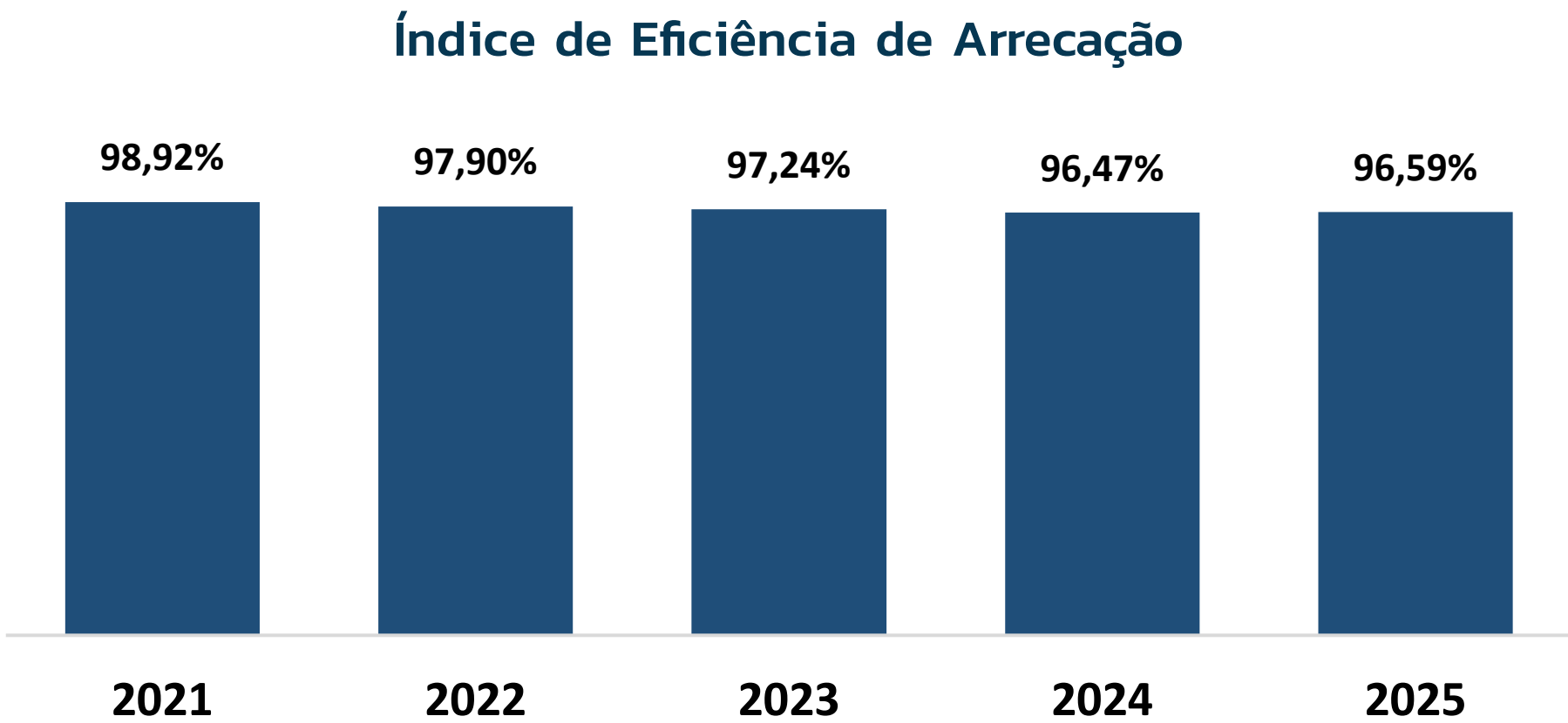
Receita Direta de Esgoto - 2025





7.2 Eficiência da Arrecadação

A eficiência da arrecadação dos serviços representa a possibilidade de crescimento sustentável, garantia de retorno das receitas e geração de caixa. No comparativo de 2025 *versus* 2024, este índice teve um crescimento de 0,1 ponto percentual, alcançando 96,59% em 2025.



7.3 Custos e Despesas

Custos e Despesas (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH	Var.Abs
Serviços	749.831	28,3%	674.354	27,9%	11,2%	75.477
Pessoal	474.032	17,9%	426.170	17,6%	11,2%	47.862
Insumos	369.578	13,9%	361.596	15,0%	2,2%	7.982
D&A	266.711	10,1%	251.820	10,4%	5,9%	14.891
PECLD	91.484	3,4%	75.224	3,1%	21,6%	16.260
Custos e Despesas Gerais	70.347	2,7%	60.689	2,5%	15,9%	9.658
Tributária	56.668	2,1%	56.847	2,4%	-0,3%	-179
Materiais	34.533	1,3%	35.821	1,5%	-3,6%	-1.288
Concessão	22.665	0,9%	21.455	0,9%	5,6%	1.210
Transporte	10.520	0,4%	10.497	0,4%	0,2%	23
Causas judiciais	5.011	0,2%	5.171	0,2%	-3,1%	-160
Honorários da administração	4.249	0,2%	4.357	0,2%	-2,5%	-108
Resultado da equivalência patrimonial	1.420	0,1%	510	0,0%	178,4%	910
Outras rec./desp. oper.	-909	-0,0%	-9.556	-0,4%	-90,5%	8.647
Custos e Despesas Operacionais	2.156.140	81,3%	1.974.955	81,7%	9,2%	181.185

Os Custos e Despesas consolidados totalizaram R\$ 2.156,1 milhões em 2025, registrando um crescimento de R\$ 181,2 milhões (+9,2%) no comparativo 2025 *versus* 2024 decorrente principalmente dos seguintes fatores:

- I. Em “Serviços” houve um acréscimo de R\$ 75,5 milhões (+11,2%) em comparação a 2024, decorrente de:
 - a) Aumento nos serviços terceirizados em R\$ 35,8 milhões, em virtude de readequação de quadros e reajustes contratuais ocorridos em 2025;
 - b) Incremento de R\$ 27,7 milhões relativos aos contratos de PPP referente aos efeitos da contraprestação variável e dos serviços de verificador independente;
 - c) Aumento de R\$ 7,2 milhões nos serviços de manutenção de água;



II. A rubrica “Pessoal” apresentou um acréscimo de R\$ 47,9 milhões (+11,2%) devido à combinação dos efeitos de maior saída de colaboradores pelo Plano de Reconhecimento de Serviços Prestados (PRSP IV) em 2025 e reajuste salarial ocorrido em novembro de 2025, de 5,53%, retroativo a maio;

III. As “Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa” (PECLD) tiveram um incremento de R\$ 16,3 milhões (+21,6%) no comparativo 2025 x 2024 devido ao aumento na constituição da PECLD em R\$ 7,5 milhões e redução de pagamentos e renegociações em R\$ 8,7 milhões;

IV. A rubrica “D&A” apresentou um incremento de R\$ 14,9 milhões (+5,9%), devido majoritariamente aos seguintes fatores:

- a) Aumento de R\$ 19,6 milhões do intangível devido ao incremento da base de ativos da Companhia;
- b) Incremento de R\$ 10,7 milhões no ativo financeiro, em virtude dos efeitos da mudança da taxa *wacc* na atualização a valor presente de bens do ativo financeiro em 2025;
- c) Redução de R\$ 16,7 milhões em contrato de arrendamento;

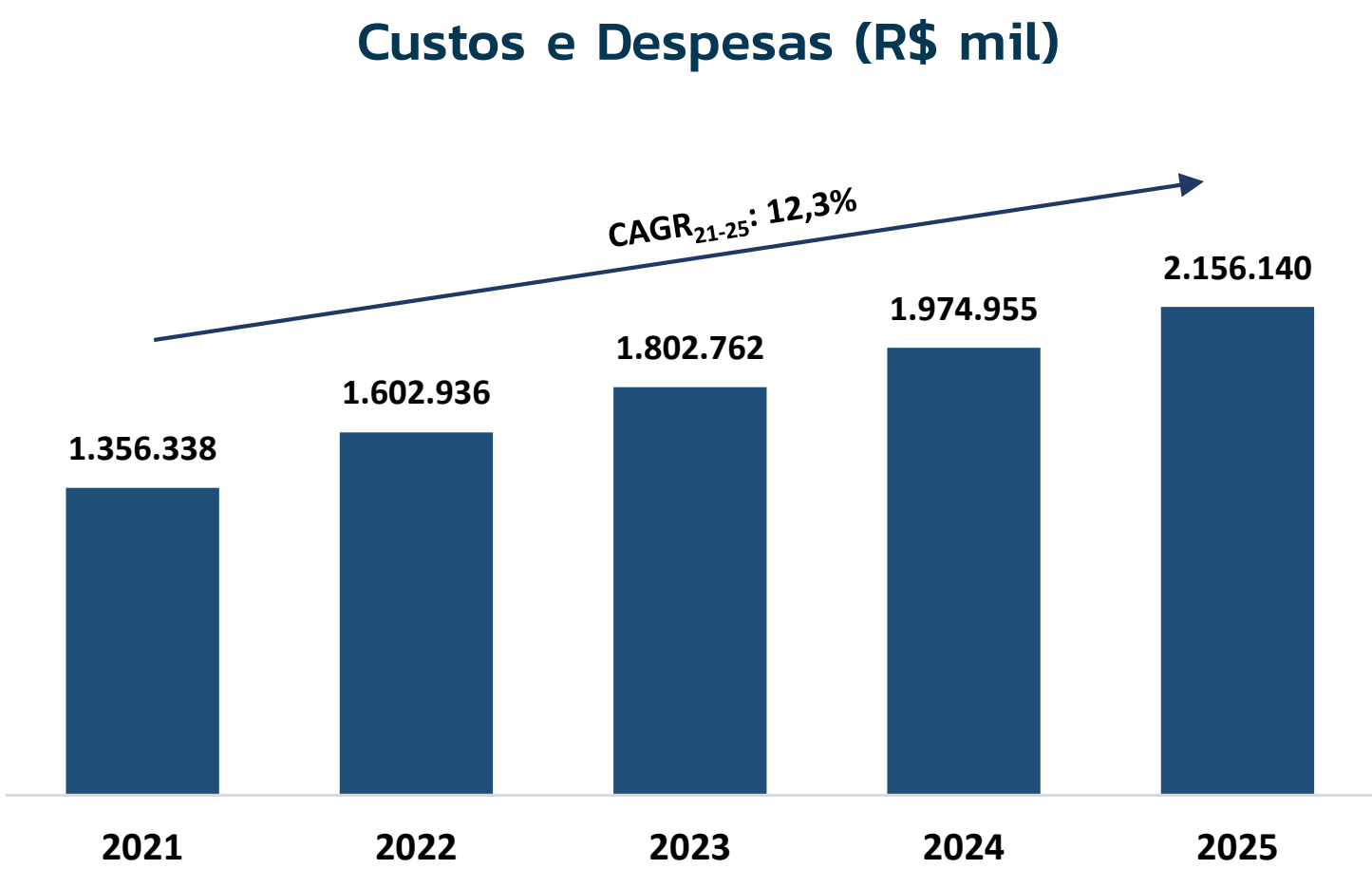
V. A rubrica “Custos e Despesas Gerais” apresentou um incremento de R\$ 9,7 milhões (+15,9%) em virtude principalmente do aumento nas despesas com licenças de softwares, materiais inservíveis e despesas relacionadas à Dessal do Ceará;

VI. As “Outras receitas e despesas” apresentaram uma redução de receita de R\$ 8,6 milhões (−90,5%) no comparativo anual principalmente devido à maior despesa de baixa de imobilizado e menor recebimento de outras receitas em 2025;

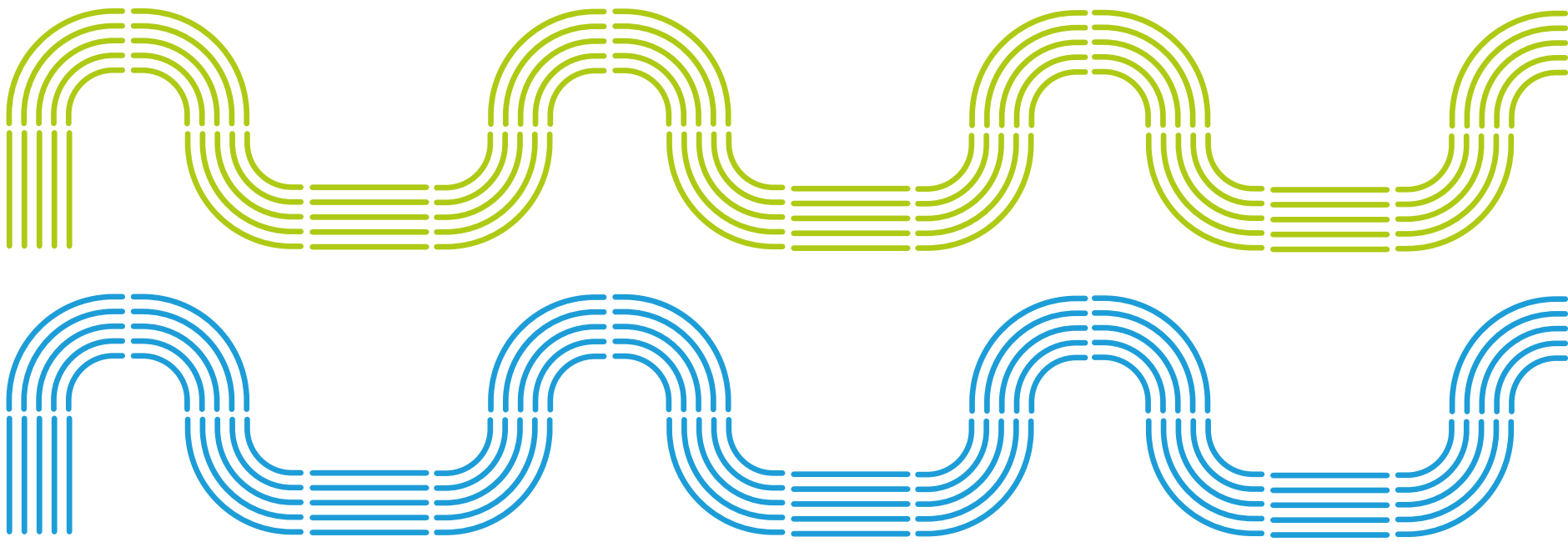
VII. A rubrica “Insumos” apresentou aumento de R\$ 8,0 milhões no comparativo do 2025 x 2024, devido ao efeito combinado de:

- a) Incremento de R\$ 12,2 milhões em energia decorrente do efeito combinado do maior provisionamento e maior incidência de bandeiras tarifárias na conta de energia em 2025;

- b) Aumento de R\$ 4,2 milhões nos gastos com água bruta, em função do reajuste tarifário aplicado pela Cogerh em julho de 2024 e agosto de 2025, atenuado pelo efeito mix de volume captado de água;
- c) Redução de R\$ 8,4 milhões em serviço e material de tratamento em função da melhor qualidade de água bruta captada em 2025 e de desconto contratual com fornecedor.



O gráfico acima apresenta a evolução dos Custos e Despesas para os últimos 5 anos, que registra um crescimento médio anual igual a 12,3%, inferior ao crescimento médio anual da Receita Líquida (13,4%) no mesmo período de análise.



7.4 Resultado Financeiro

No ano de 2025 a receita financeira atingiu R\$ 147,1 milhões, enquanto a despesa financeira totalizou R\$ 398,2 milhões, gerando em consequência uma despesa financeira líquida de R\$ 251,1 milhões, superior em R\$ 132,0 milhões à despesa financeira líquida obtida em 2024, que totalizou R\$ 119,1 milhões. Essa variação foi decorrente principalmente do crescimento de R\$ 194,9 milhões nas despesas financeiras no comparativo 2025 x 2024 em decorrência principalmente de:

- I. Aumento nas Receitas Financeiras em R\$ 62,9 milhões em decorrência principalmente de:
 - a) Maiores rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 24,1 milhões, em virtude da elevação da taxa de juros do período e do maior saldo médio de disponibilidades em 2025;
 - b) Incremento de R\$ 19,2 milhões de variação cambial ativa, decorrente principalmente do reconhecimento da valorização do real frente ao euro nos meses de setembro, outubro e novembro de 2025;
 - c) Aumento de receita de atualização do ativo financeiro em R\$ 10,7 milhões, decorrente da elevação da taxa *wacc* em 2025;
 - d) Aumento de R\$ 8,5 milhões em variação monetária ativa decorrente principalmente de atualização de crédito de imposto a recuperar e atualização de contingências judiciais.

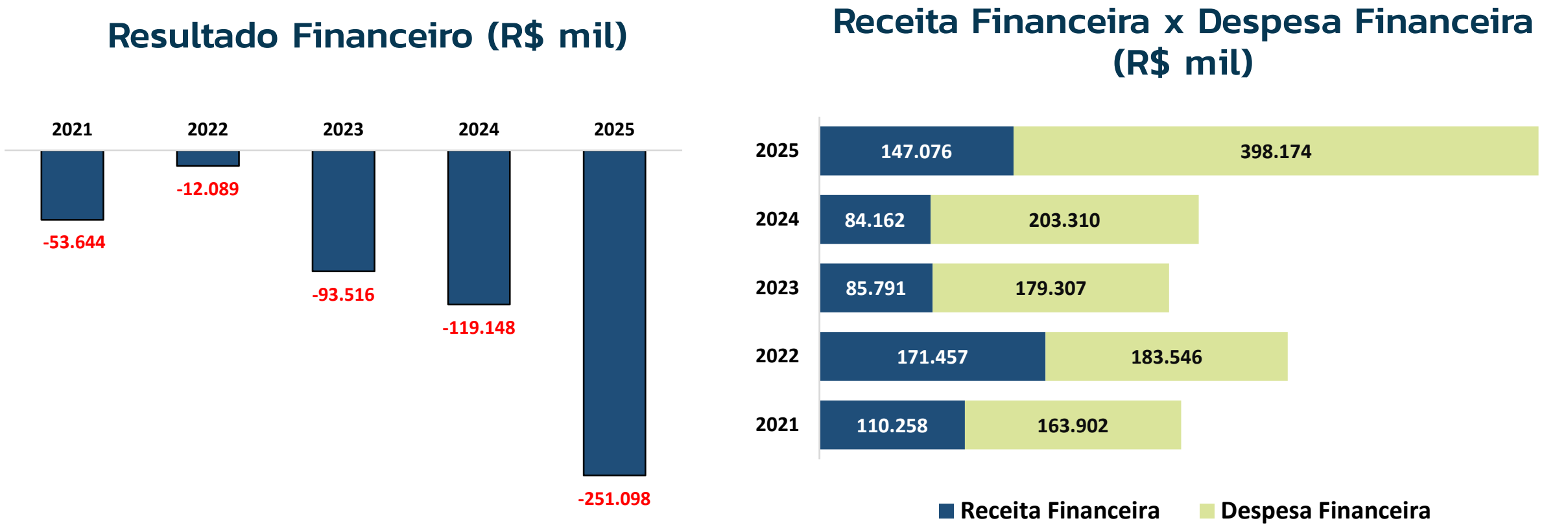
- II. Aumento de R\$ 194,9 milhões nas Despesas Financeiras majoritariamente em virtude de:
 - a) Aumento na atualização monetária passiva no valor de R\$ 95,8 milhões, em virtude substancialmente de juros da remuneração do investimento da PPP de esgoto, da revisão do processo de classificação das contas de juros e atualização monetária e do comissionamento de financiamentos;
 - b) Elevação de juros de debêntures no valor de R\$ 61,8 milhões devido aos efeitos do maior patamar de taxa de juros no comparativo 2025 x 2024 e pagamento do resgate antecipado da primeira emissão de debêntures no 9M25;
 - c) Incremento de R\$ 45,8 milhões no consolidado das contas de variação cambial passiva e *swap*, principalmente em virtude do reconhecimento da desvalorização do real frente ao euro no mês de dezembro de 2025 e efeito acumulado do *swap* desde a contratação.



Resultado Financeiro (Em R\$ mil)

Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x 2024
Receitas Financeiras	147.076	5,5%	84.162	3,5%	74,8%	62.914
Rendimentos de aplic. financeiras	85.241	3,2%	61.155	2,5%	39,4%	24.086
Juros recebidos de clientes	23.824	0,9%	20.868	0,9%	14,2%	2.956
Variação cambial ativa	19.177	0,7%	0	0,0%	NA	19.177
Atualização monetária ativa	14.089	0,5%	5.574	0,2%	152,8%	8.515
Receita de atualiz. do ativo financeiro	11.363	0,4%	638	0,0%	1681,0%	10.725
(-) PIS/Cofins s/ rec. financeira	-6.618	-0,2%	-4.073	-0,2%	62,5%	-2.545
Despesas Financeiras	-398.174		-203.310	-8,4%	95,8%	-194.864
Debêntures	-160.464	-6,0%	-98.695	-4,1%	62,6%	-61.769
Atualização monetária passiva	-117.655	-4,4%	-21.894	-0,9%	437,4%	-95.761
Juros de financiamentos	-64.872	-2,4%	-72.137	-3,0%	-10,1%	7.265
Variação cambial passiva	-32.294	-1,2%	0	0,0%	NA	-32.294
Swap	-13.467	-0,5%	0	0,0%	NA	-13.467
Incentivo à aposentadoria	-6.117	-0,2%	-4.453	-0,2%	37,4%	-1.664
Juros de arrendamento	-3.204	-0,1%	-5.760	-0,2%	-44,4%	2.556
Despesa financeira de tributos	0	0,0%	-38	-0,0%	NA	38
Outras	-101	-0,0%	-333	-0,0%	-69,7%	232
Resultado Financeiro	-251.098	-9,5%	-119.148	-4,9%	110,7%	-131.950

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do Resultado Financeiro ao longo dos últimos 5 anos.

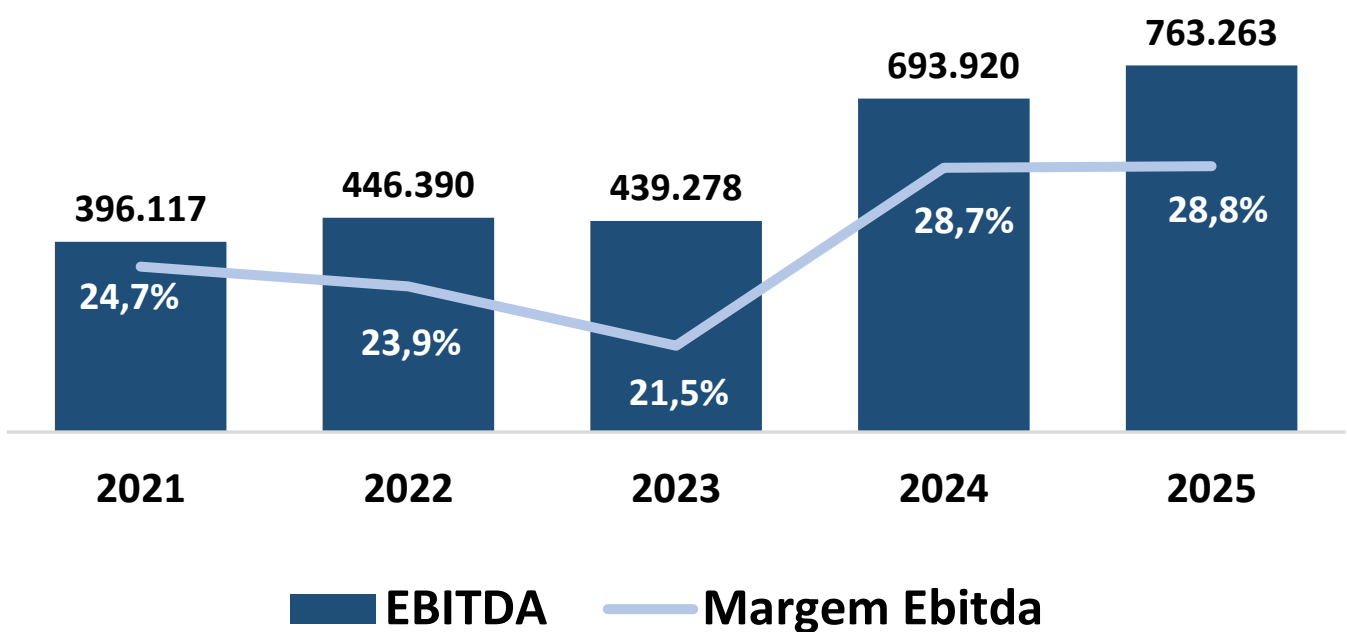




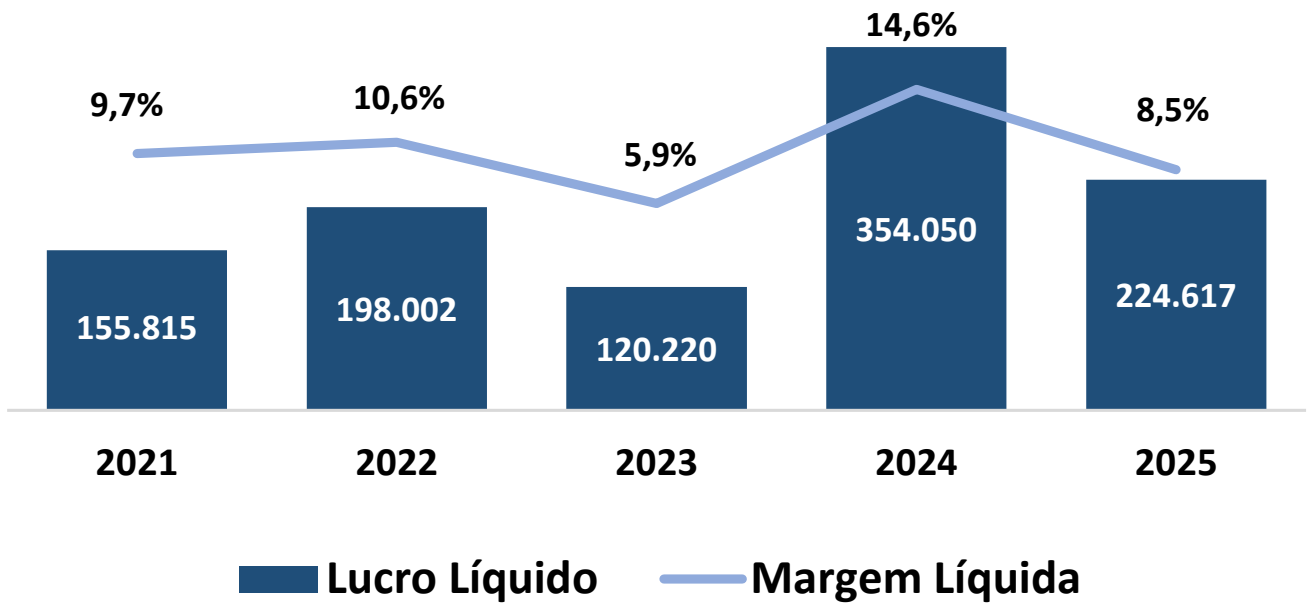
7.5 EBITDA e Lucro Líquido

Como resultado da confrontação de Receitas, Custos e Despesas, apresentamos na sequência a evolução do EBITDA, Lucro Líquido e respectivas margens nos últimos 5 anos.

EBITDA (R\$ mil) e Margem EBITDA (%)



Lucro Líquido (R\$ mil) e Margem Líquida (%)



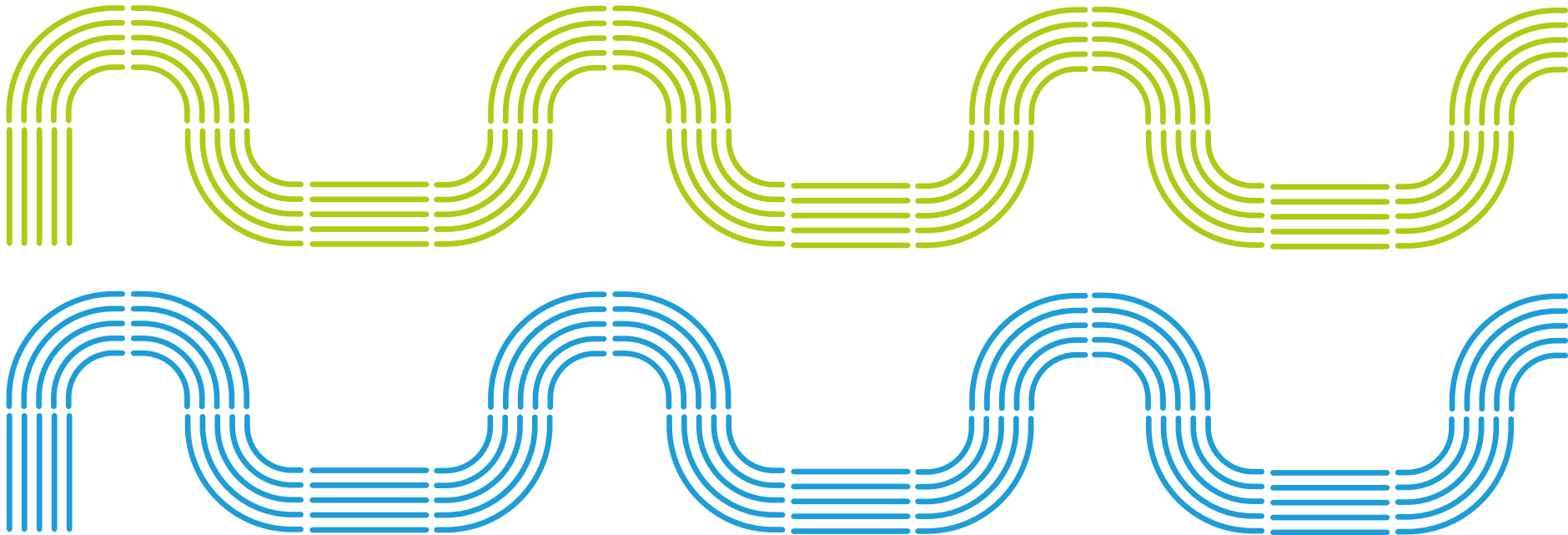
A seguir apresentamos o quadro comparativo 2025 x 2024 referente à apuração do EBITDA, com abordagens partindo do Lucro Líquido e da Receita Líquida, respectivamente:

Lucro Líquido e EBITDA (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x2024
Lucro Líquido	224.617	8,5%	354.050	14,6%	-36,6%	-129.433
(-) IRPJ/CSLL	20.837	0,8%	-31.098	-1,3%	NA	51.935
(-) Resultado Financeiro	251.098	9,5%	119.148	4,9%	110,7%	131.950
(-) D&A - Custos	250.652	9,4%	219.712	9,1%	14,1%	30.940
(-) D&A - Despesas	16.059	0,6%	32.108	1,3%	-50,0%	-16.049
EBITDA	763.263	28,8%	693.920	28,7%	10,0%	69.343

Receita Líquida e EBITDA (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x2024
Receita Líquida	2.652.692	100,0%	2.417.055	100,0%	9,7%	235.637
Custos Operacionais	-1.336.981	-50,4%	-1.241.092	-51,3%	7,7%	-95.889
D&A - Custos	250.652	9,4%	219.712	9,1%	14,1%	30.940
Despesas Operacionais	-819.159	-30,9%	-733.863	-30,4%	11,8%	-85.296
D&A - Despesas	16.059	0,6%	32.108	1,3%	-50,0%	-16.049
EBITDA	763.263	28,8%	693.920	28,7%	10,0%	68.343

Em consequência dos fatores apresentados, em 2025 o Ebitda totalizou R\$ 763,3 milhões, um crescimento de 10,0% em comparação com 2024. A margem Ebitda atingiu 28,8% em 2025, apresentando crescimento de 0,1 p.p. em relação ao ano anterior.

O Lucro Líquido totalizou R\$ 224,6 milhões, um decréscimo de 36,6% em relação ao exercício anterior. A margem líquida reduziu 6,2 p.p., atingindo 8,5% ao final de 2025.

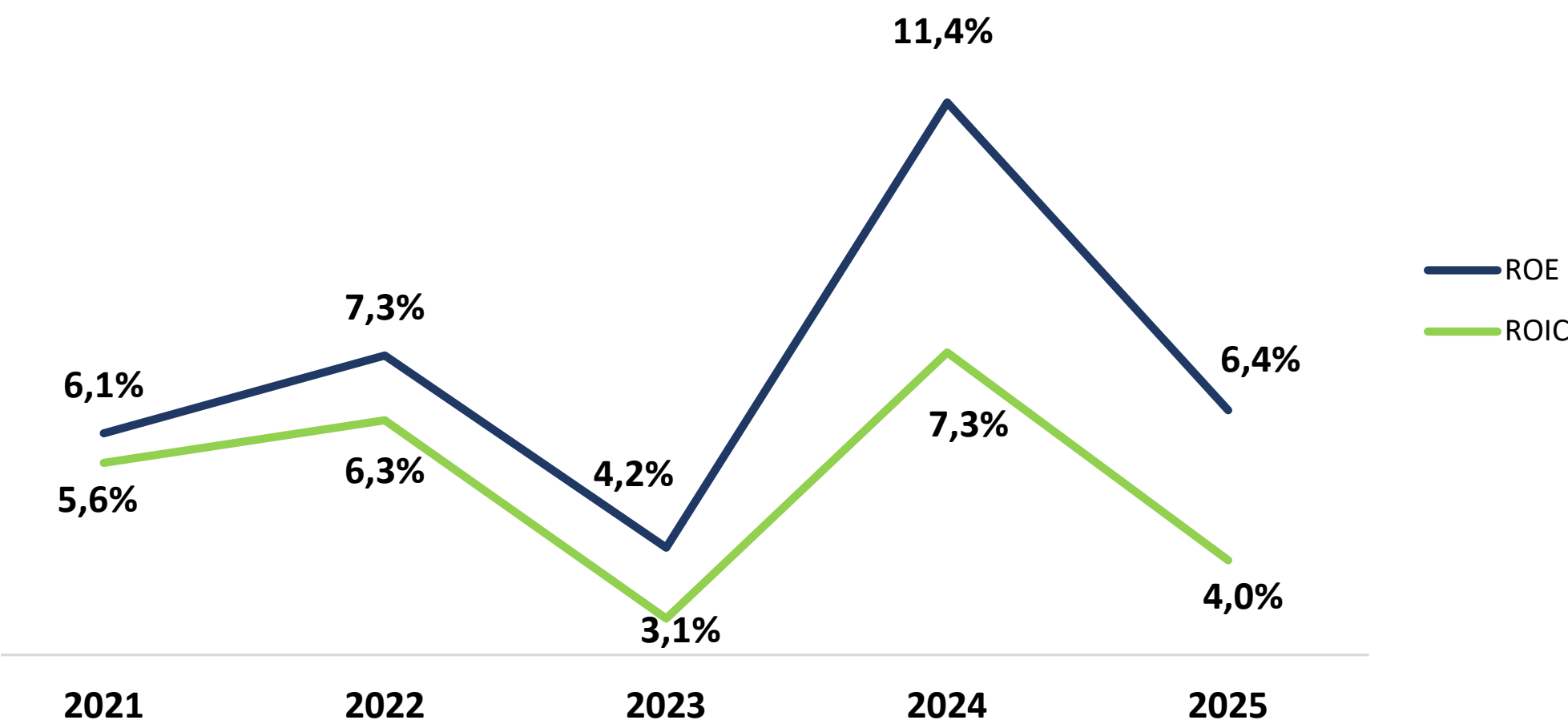




7.6 Rentabilidade

O ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) atingiu 6,4% em 2025 (*versus* 11,4% em 2024), enquanto o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) obtido foi da ordem de 4,0% em 2025 (*versus* 7,3% em 2024).

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e ROIC (% a.a.)

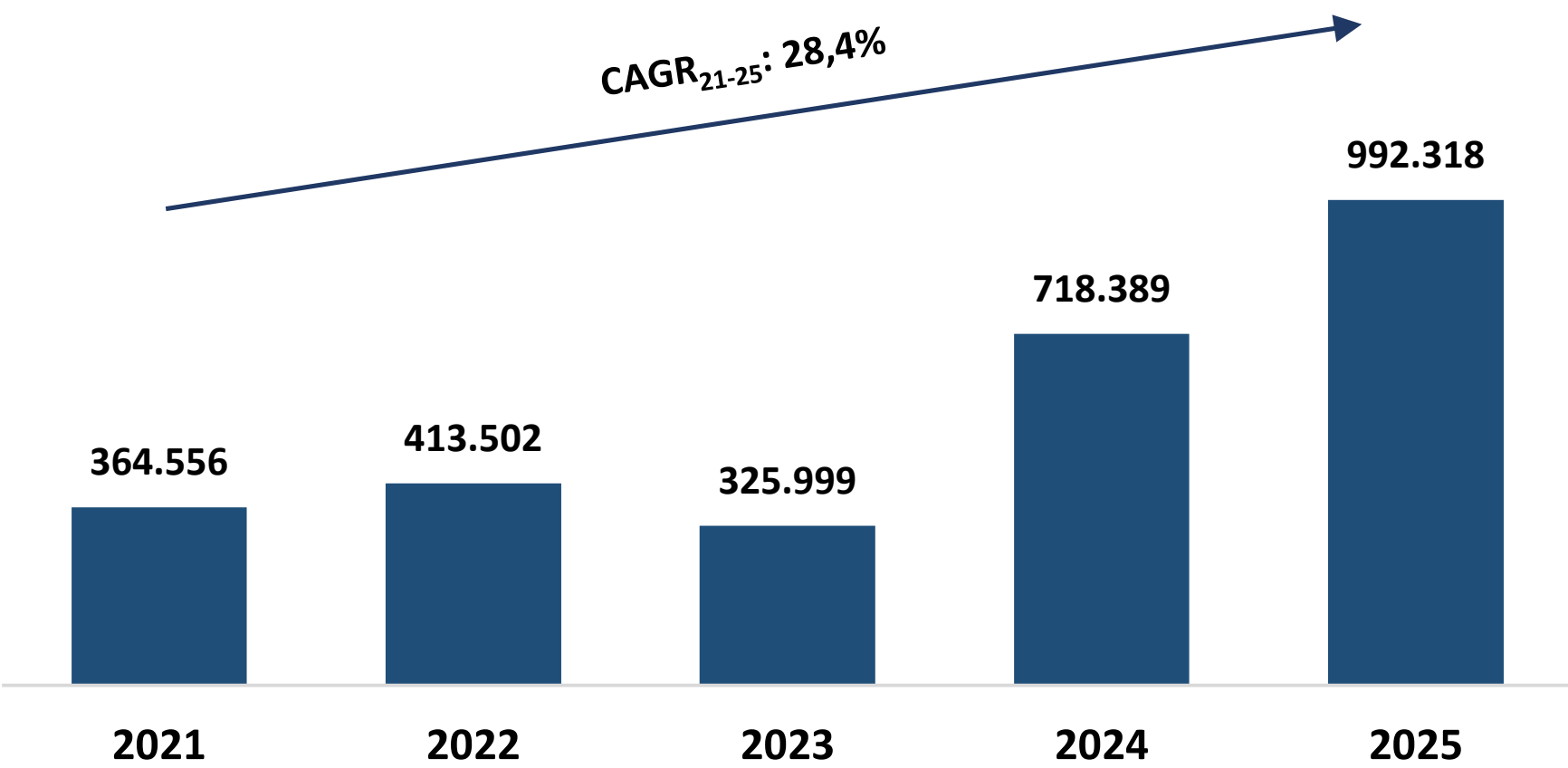


Nota: O ROE foi calculado a partir do Lucro Líquido/Patrimônio Líquido Médio e o ROIC foi calculado a partir do Lucro Líquido/(Patrimônio Líquido Médio + Dívida Líquida Média).

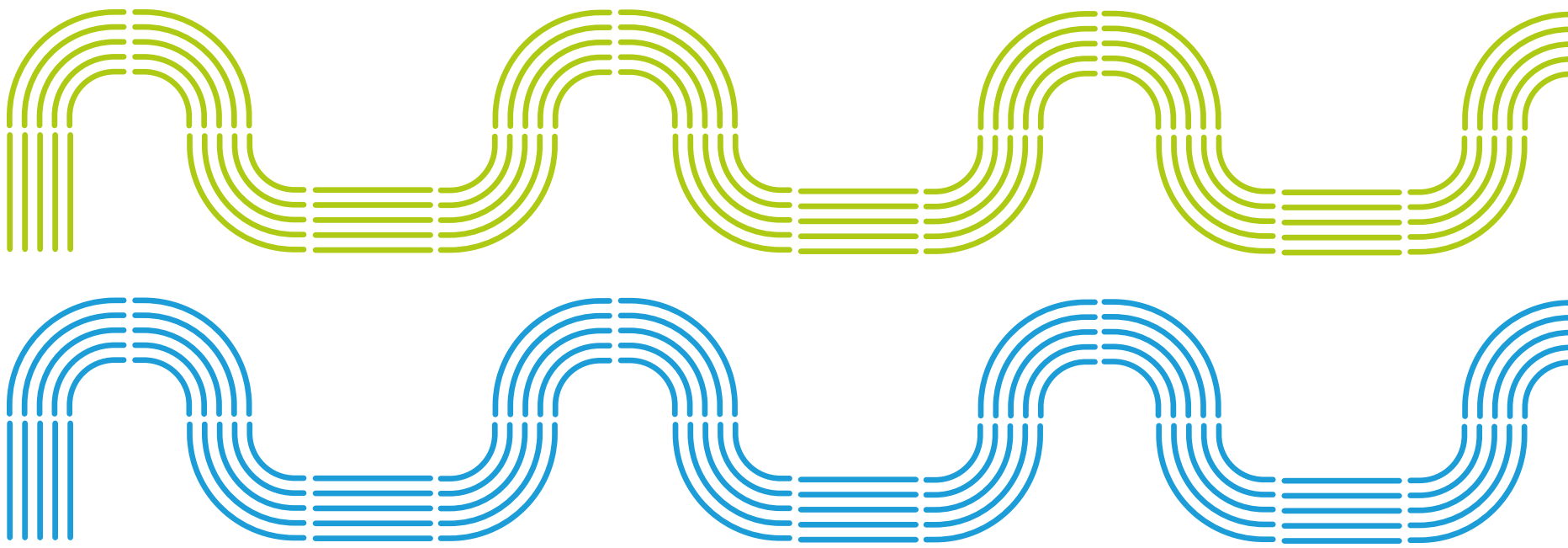
7.7 Fluxo de Caixa e Geração de Caixa Operacional

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do caixa operacional líquido e do fluxo de caixa acumulado. A geração de caixa operacional líquida atingiu R\$ 992,3 milhões em 2025, um crescimento de 38,1% em relação ao ano de 2024.

Geração de Caixa Operacional Líquida (R\$ mil)

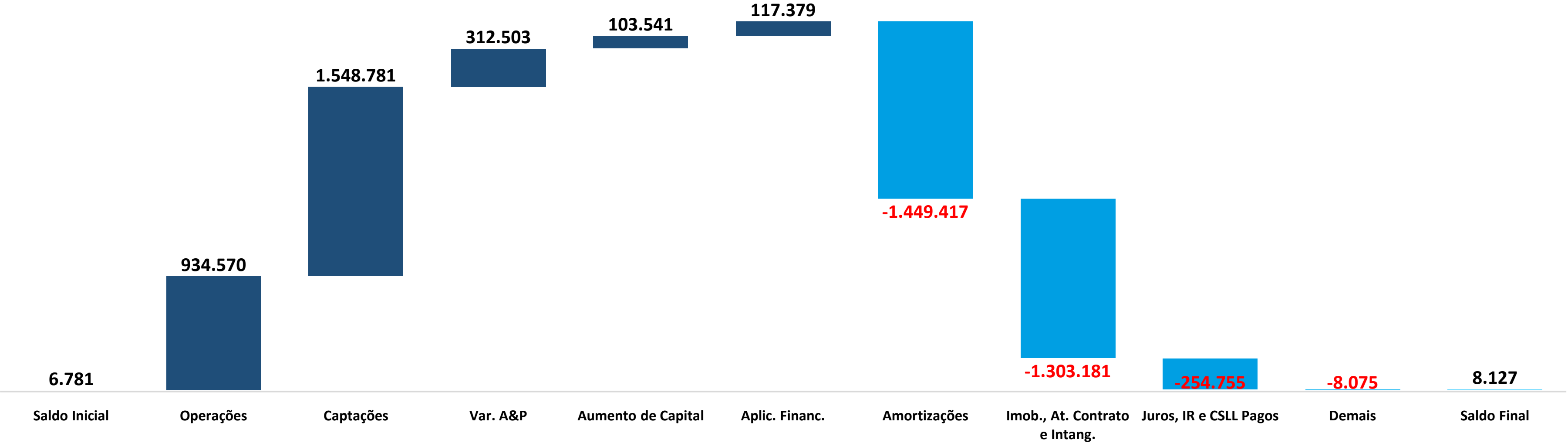


Nota: A geração de caixa operacional líquida é decorrente do caixa gerado nas operações adicionado aos impactos de variações nos ativos e passivos, juros pagos, IRPJ e CSLL pagos.

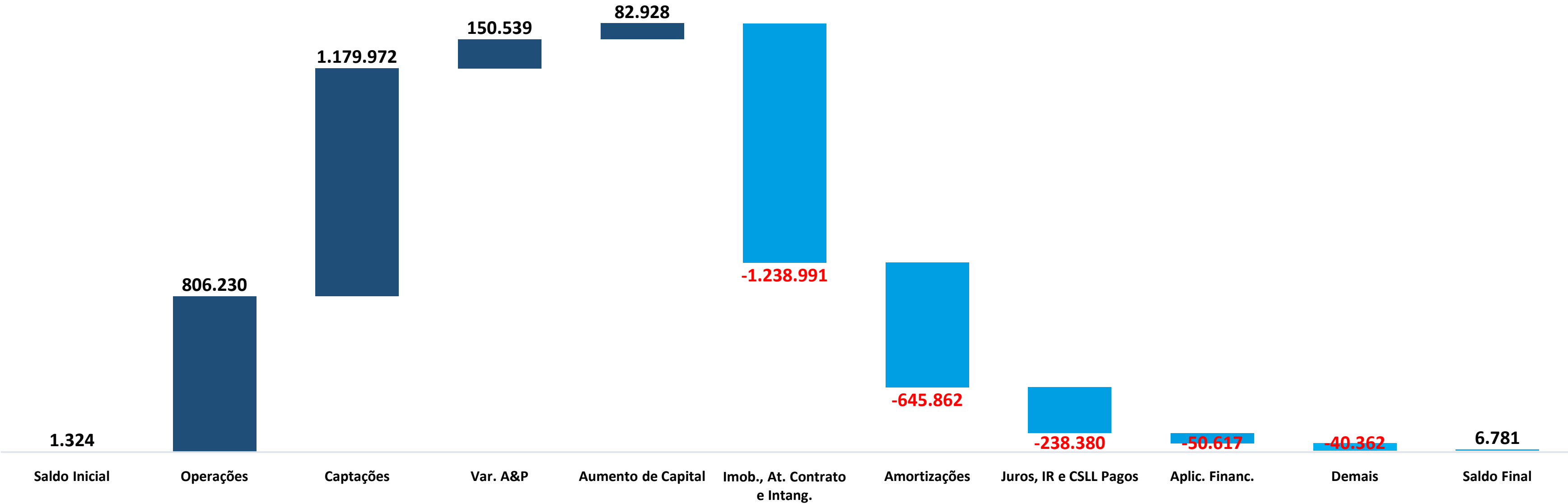




Fluxo de Caixa - 2025 (R\$ mil)



Fluxo de Caixa - 2024 (R\$ mil)





7.8 Captação de Recursos

Com o objetivo central de garantir a continuidade do negócio e os recursos necessários para cumprir as metas de universalização do saneamento até 2033, a Cagece avançou na estratégia de fortalecimento da estrutura de capital e alongamento do perfil da dívida. O ano foi marcado por avanços no mercado de capitais, parcerias internacionais e aporte de capital próprio.

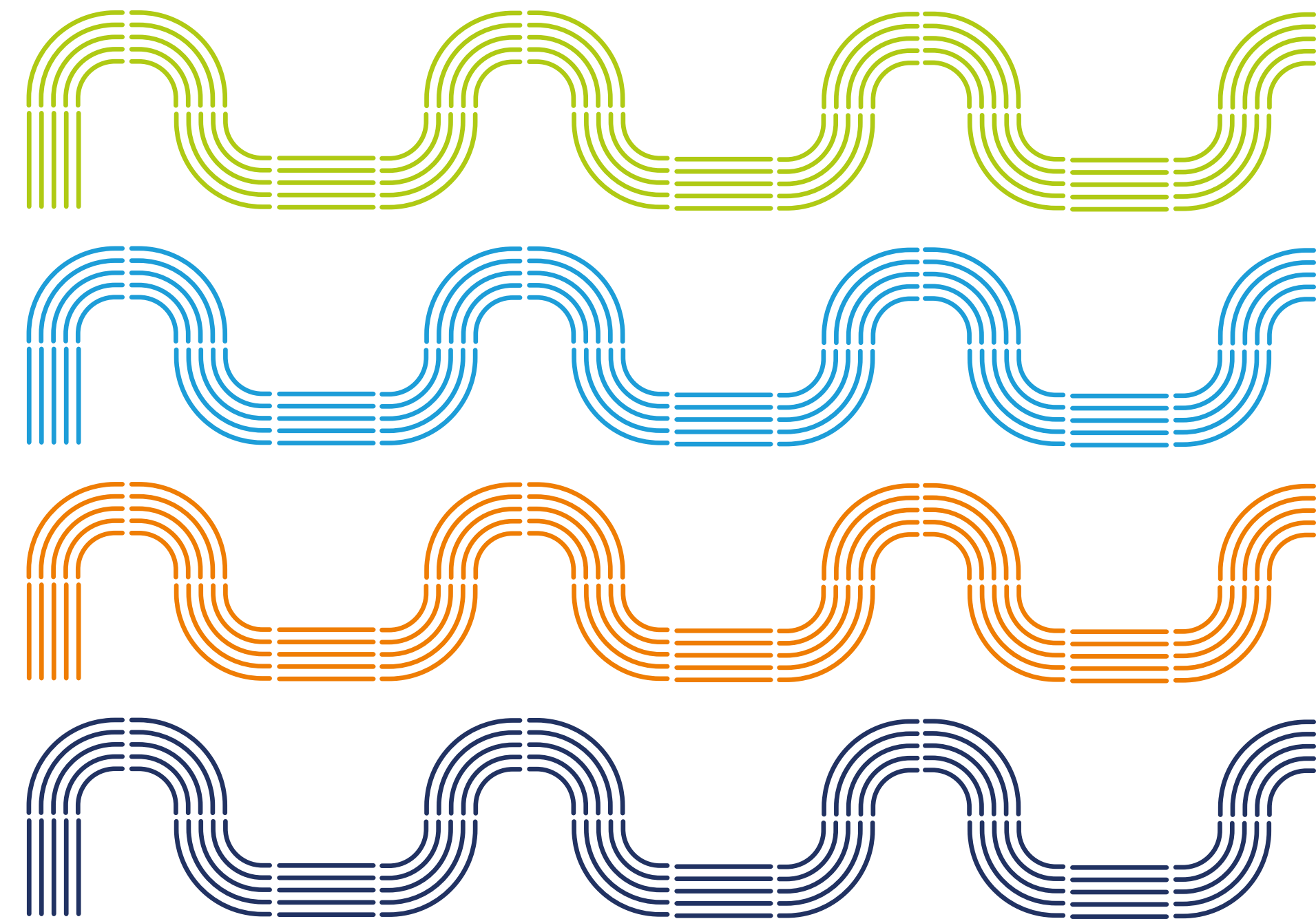
A Companhia realizou, em agosto de 2025, a contratação de sua 3ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em duas séries, de espécie quirografária. Foram emitidas um total de 400.000 debêntures de valor nominal, na data da emissão, de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 400.000 mil, sendo: R\$ 300.000 mil para a Primeira Série, com remuneração em CDI + 1,37 % ao ano e vencimento em agosto de 2032; R\$ 100.000 mil para a Segunda Série com remuneração em CDI + 1,70% ao ano e vencimento em agosto de 2035.

Os recursos líquidos obtidos com esta emissão foram destinados ao pagamento antecipado (parcial ou total) de obrigações financeiras de curto e médio prazo com o Banco ABC do Brasil, Bocom BBM, Banco do Brasil, Banco Alfa e terceira parcela de principal referente à primeira série da primeira emissão de debêntures, sendo que saldos remanescentes foram direcionados ao reforço de caixa, garantindo liquidez para as operações correntes.

Em 2025 foi celebrado ainda um contrato de financiamento junto à AFD no valor de € 200.000 mil euros, com desembolsos previstos em três tranches. A primeira tranche, no valor de € 120.000 mil euros, foi desembolsada em agosto 2025, sendo os recursos utilizados para liquidação do saldo devedor remanescente referente às duas séries da 1ª Emissão de Debêntures. As duas tranches seguintes, de € 40.000 mil euros cada, tem desembolsos previstos para 2026 e 2027. O financiamento possui prazo total de 15 anos e tem como propósito reforçar a sustentabilidade corporativa e atingir as metas de universalização de água e coleta e tratamento de esgoto.

Atualmente, também possui contratos de financiamento junto ao BNB e Caixa Econômica que totalizam R\$ 730,9 milhões, dos quais ainda estão disponíveis para desembolso R\$ 233,0 milhões na posição de 31 de dezembro de 2025.

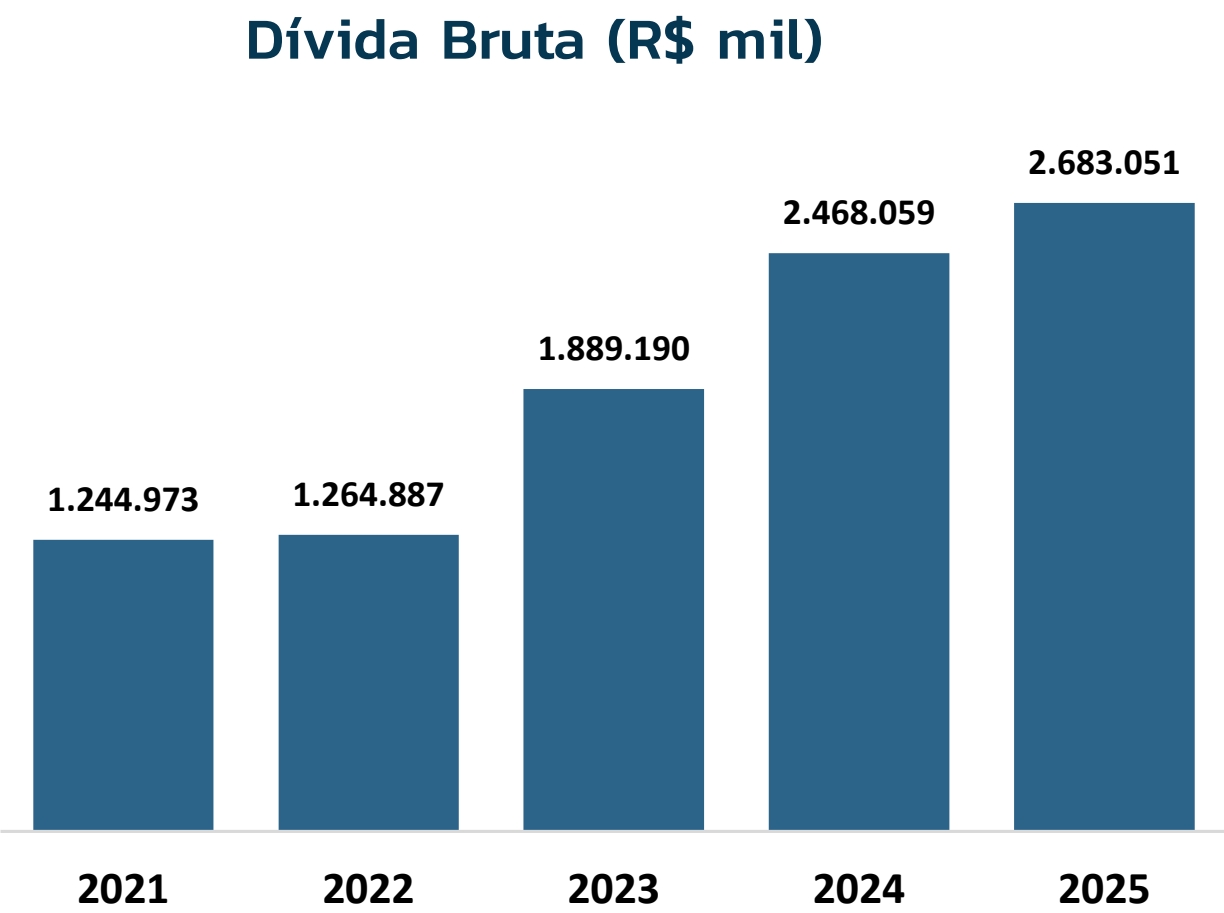
Em 2025, a Companhia recebeu aportes do seu acionista controlador, o Estado do Ceará. Ao longo do ano foram integralizados R\$ 90,1 milhões. Esse valor faz parte de um cronograma total de R\$ 500 milhões originados de linha de crédito contratada pelo Estado junto ao BNDES. Os recursos aportados no exercício de 2025 destinaram-se exclusivamente à execução do Plano de Investimentos.



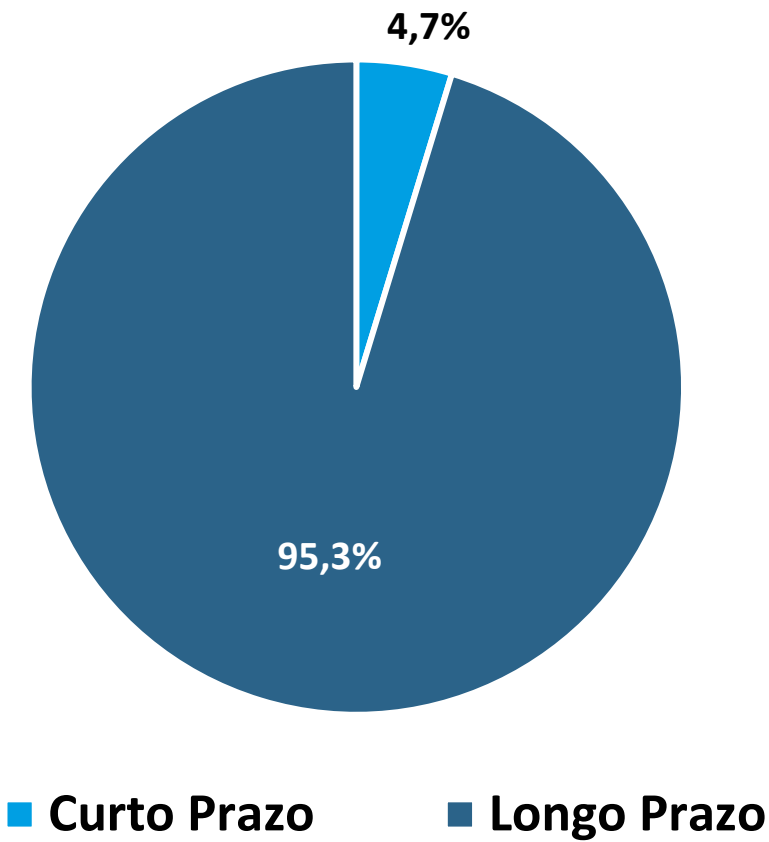


7.9 Endividamento

A Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 2.683,1 milhões em 2025, um crescimento de R\$ 215,0 milhões em relação a 2024.

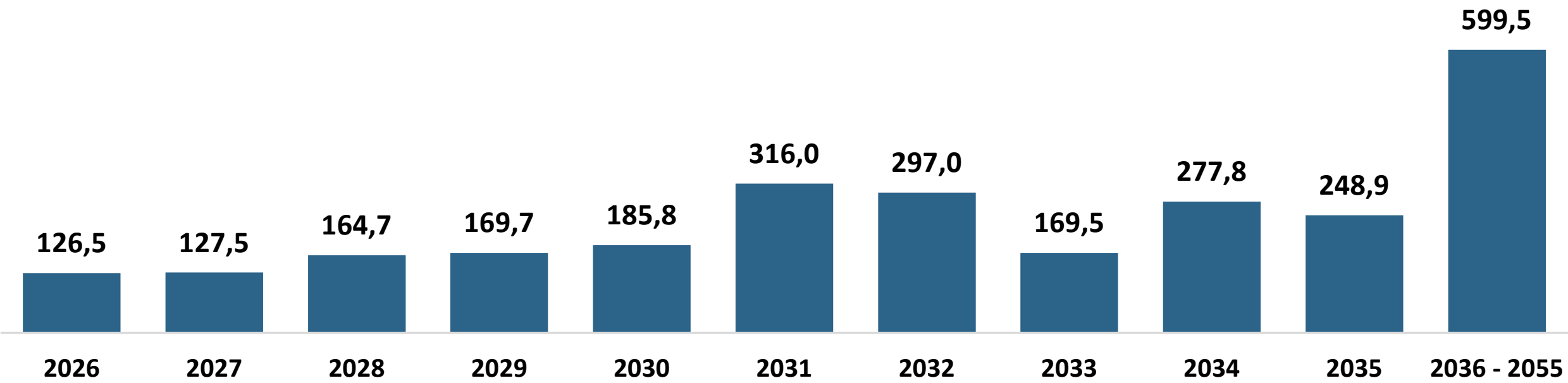


Dívida Bruta - 31/12/2025



Dívida Bruta (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x2024	Var.Abs 2025x2024
Moeda nacional						
Debêntures	1.134.791	42,3%	1.548.443	62,7%	-26,7%	-413.652
BNB	513.218	19,1%	331.057	13,4%	55,0%	182.161
Caixa Econômica Federal	142.521	5,3%	124.675	5,1%	14,3%	17.846
BID	111.496	4,2%	138.369	5,6%	-19,4%	-26.873
Banco Alfa	0	0,0%	125.786	5,1%	NA	-125.786
Banco ABC	0	0,0%	100.403	4,1%	NA	-100.403
Banco do Brasil	0	0,0%	65.737	2,7%	NA	-65.737
Notas Comerciais	0	0,0%	33.589	1,4%	NA	-33.589
Subtotal em Moeda Nacional	1.902.026	70,9%	2.468.059	100,0%	-22,9%	-566.033
Moeda Estrangeira						
AFD	781.025	29,1%	0	0,0%	NA	781.025
Subtotal em Moeda Estrangeira	781.025	29,1%	0	0,0%	NA	781.025
Dívida Bruta	2.683.051		2.468.059	100,0%	8,7%	214.992
Circulante	126.517	4,7%	478.213	19,4%	-73,5%	-351.696
Não Circulante	2.556.534	95,3%	1.989.846	80,6%	28,5%	566.688

Dívida Bruta 2025 (R\$ milhões) - Breakdown

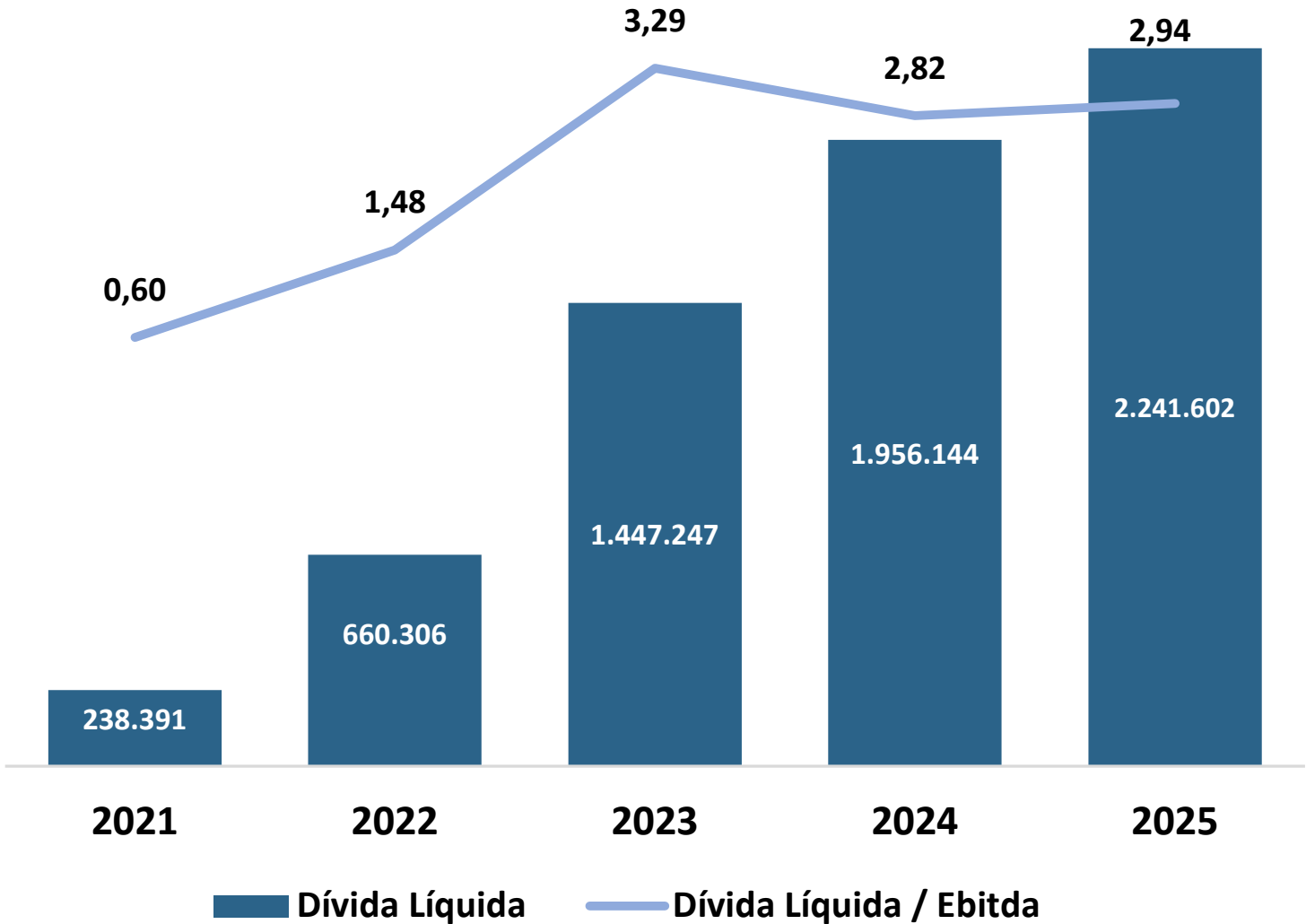




Ao final de 2025, a Dívida Líquida totalizou R\$ 2.241,6 milhões, um crescimento de R\$ 285,5 milhões (+14,6%) no comparativo 2025 x 2024. Em decorrência, o Índice de Alavancagem atingiu 37,85% e a Dívida Líquida por Ebitda LTM resultou em 2,94.

Dívida Líquida e Capitalização (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH 2025x 2024	Var.Abs 2025 x 2024
Dívida Bruta	2.683.051	45,3%	2.468.059	46,8%	8,7%	214.992
(-) Disponibilidades*	441.449	7,5%	511.915	9,7%	-13,8%	-70.466
Dívida Líquida	2.241.602	37,8%	1.956.144	37,1%	14,6%	285.458
(+) Patrimônio Líquido	3.681.182	62,2%	3.317.678	62,9%	11,0%	363.504
Capitalização	5.922.784	100,0%	5.273.822	100,0%	12,3%	648.962
Índice de Alavancagem	37,85%		37,09%		0,02 p.p.	
Ebitda LTM	763.263		693.920		10,0%	68.343
Dívida Líquida / Ebitda LTM	2,94		2,82			0,12

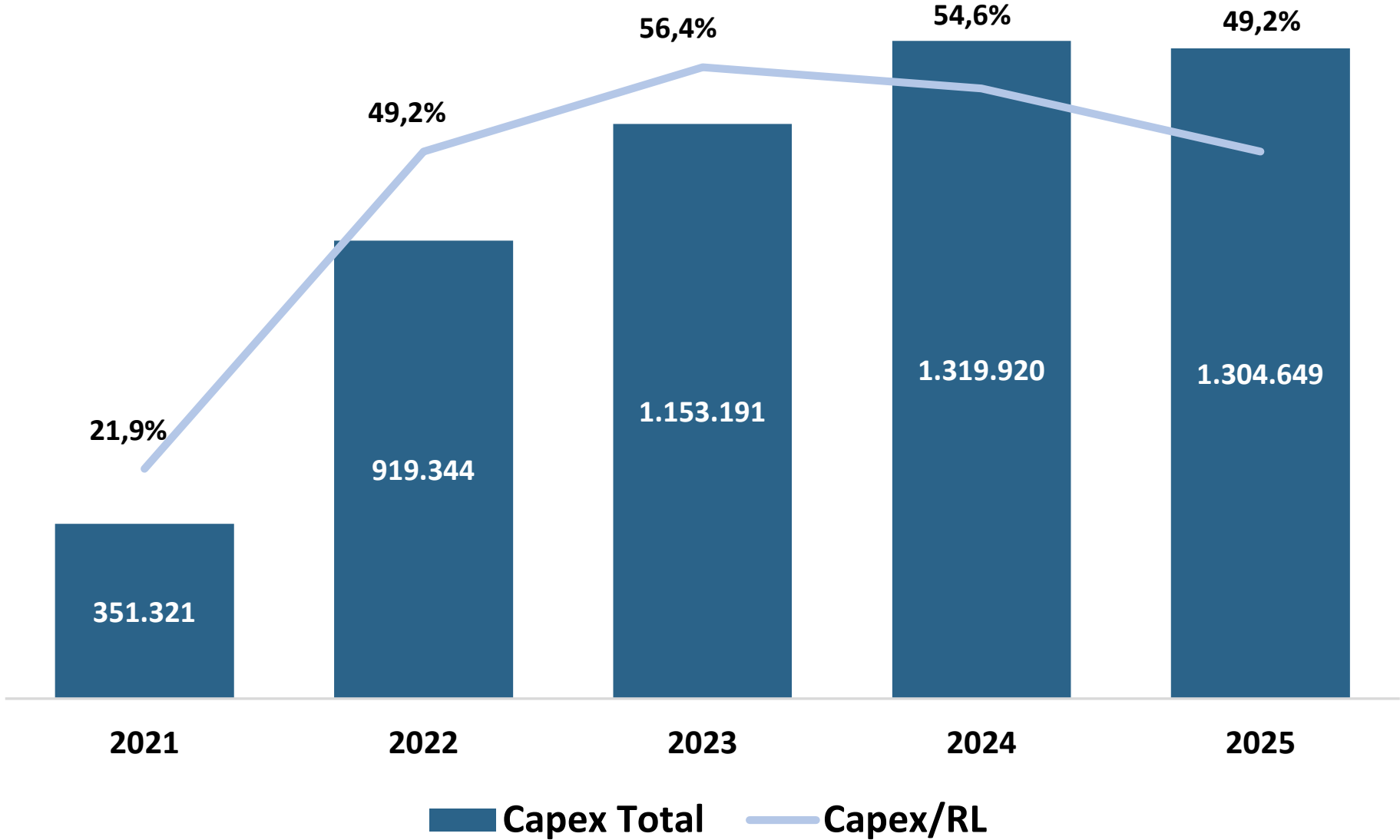
Dívida Líquida (R\$ mil) e Dívida Líquida por Ebitda



7.10 Investimentos

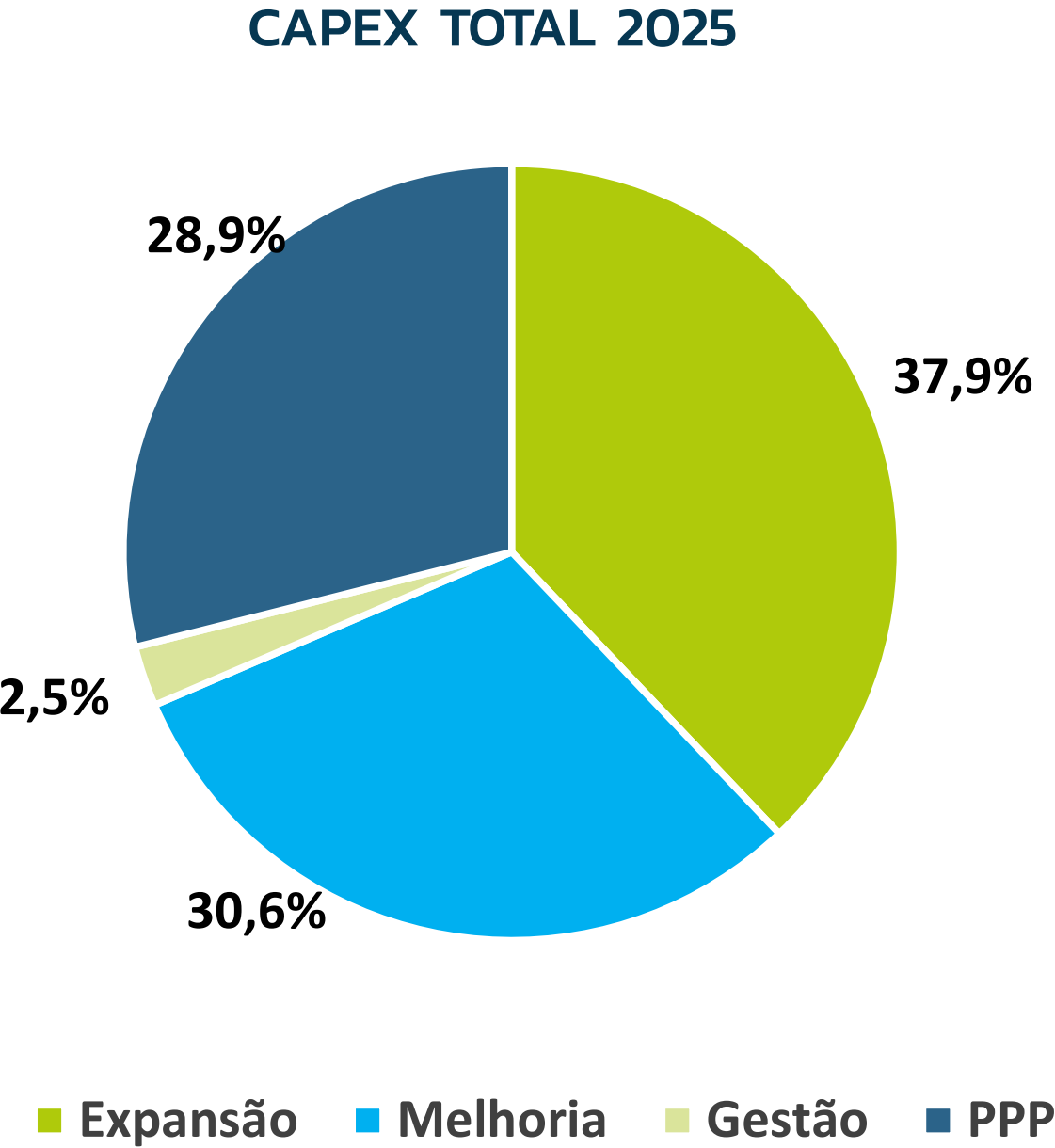
Os investimentos no ano de 2025 totalizaram R\$ 1.304,6 milhões, representando um decréscimo de 1,2% em relação aos R\$ 1.319,9 milhões referentes a 2024, dos quais R\$ 494,5 milhões (37,9% do total) para expansão da cobertura, R\$ 339,9 milhões (30,6% do total) para melhorias operacionais, R\$ 377,5 milhões (28,9% do total) em bens decorrentes da PPP e R\$ 32,7 milhões (2,5% do total) investimentos em gestão.

CAPEX (R\$ mil) e CAPEX / Receita Líquida (%)





CAPEX (Em R\$ mil)						
Descrição	2025	% AV	2024	% AV	% AH	Var. Abs 202x 2024
ÁGUA	532.963	40,9%	517.384	39,2%	3,0%	15.579
Expansão	250.519	19,2%	302.986	23,0%	-17,3%	-52.467
Melhoria	282.444	21,6%	214.398	16,2%	31,7%	68.046
ESGOTO	313.087	24,0%	384.580	29,1%	-18,6%	-71.493
Expansão	225.033	17,2%	279.709	21,2%	-19,5%	-54.675
Melhoria	88.053	6,7%	104.871	7,9%	-16,0%	-16.818
ÁGUA/ESGOTO	48.355	3,7%	82.889	6,3%	-41,7%	-34.534
Expansão	18.982	1,5%	62.557	4,7%	-69,7%	-43.575
Melhoria	29.373	2,3%	20.332	1,5%	44,5%	9.041
GESTÃO	32.702	2,5%	31.047	2,4%	5,3%	1.655
CAPEX CAGECE	927.107	71,1%	1.015.900	77,0%	-8,7%	-88.793
CAPEX PPP	377.542	28,9%	304.020	23,0%	24,2%	73.522
CAPEX TOTAL	1.304.649	100,0%	1.319.920	100,0%	-1,2%	-15.271



8

Perspectivas do
Negócio



8.1 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Sob a premissa de que o saneamento e a inovação são peças indissociáveis, que impulsiona a eficiência, coordena-se o desenvolvimento das pesquisas, distribuídas em cinco linhas de atuação: água, esgoto, energias renováveis, economia circular e automação, em um amplo ecossistema envolvendo universidades, fornecedores, instituições do estado e de fomento; a gestão da inovação corporativa através do fomento à cultura, pactuação de alianças estratégicas, inovação aberta, programas de intraempreendedorismo, patentes, publicações e eventos.

Os principais temas articulados em 2025 conduzidos pelo P&DI foram:

Inovação Aberta

Configura-se como um modelo colaborativo no qual organizações estabelecem parcerias estratégicas externas para fomentar soluções disruptivas, transcendendo as limitações dos recursos próprios, proporcionando benefícios diversos, como, acesso a novas tecnologias e conhecimentos, otimização de custos e tempo no desenvolvimento de soluções, maximização da capacidade de inovação e fortalecimento da marca da empresa como instituição inovadora. Em destaque, a parceria firmada com o SENAI.

• Chamada Pública – SANUP



Visando solucionar desafios operacionais e aprimorar o atendimento ao público foi lançada uma chamada pública nacional para selecionar startups e empresas de base tecnológica para apresentar soluções dentre quatro temas relacionados à qualidade da água e eficiência:

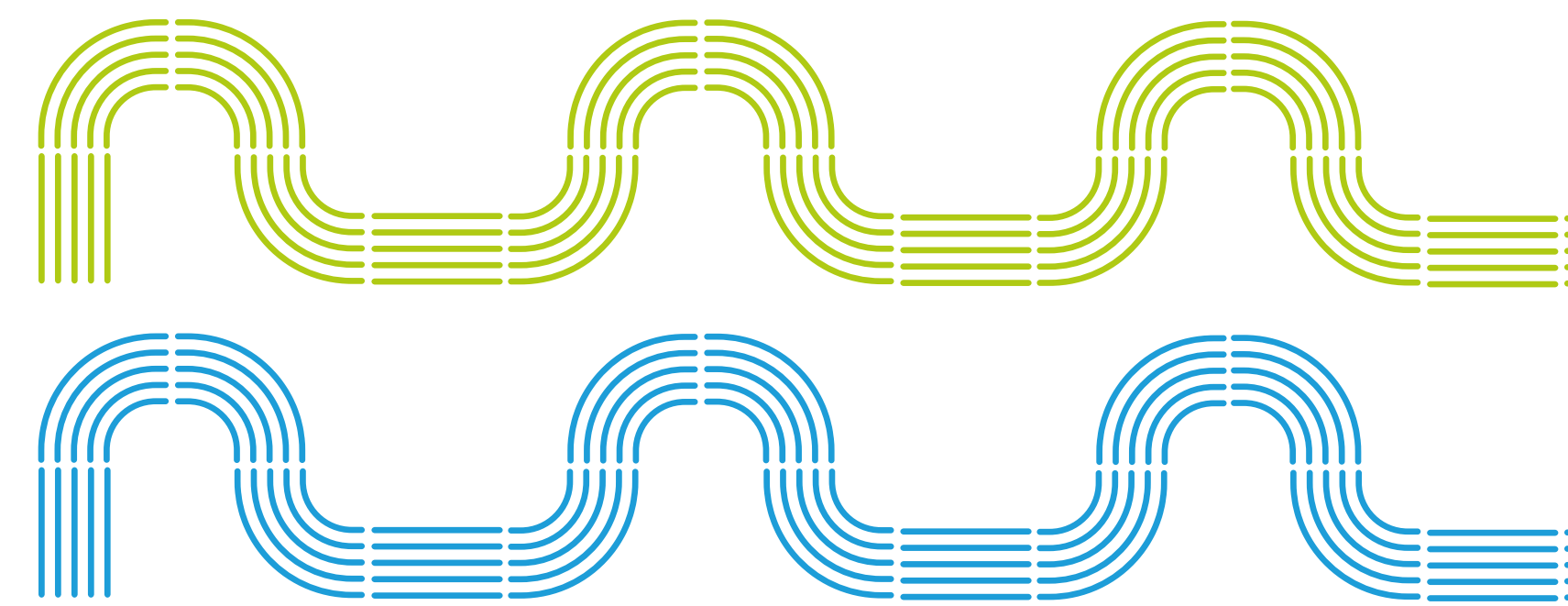
1. Otimização preditiva e automação de ETA com IA;
2. Sistemas de pré ou pós-tratamento compacto de ETAs de filtração direta para águas eutrofizadas;
3. Sistemas de tratamento de rejeito compacto de ETAs de filtração direta;
4. Distritos de medição virtuais para gestão inteligente e redução de perdas de água.

A seleção é composta pelas fases de qualificação, briefing, apresentações (pitch/entrevista) e negociação, seguida pelos trâmites de habilitação, recursal, adjudicação e homologação, culminando na contratação e execução.

Fórum de Inovação

Com o tema “Dos Desafios às Oportunidades”, o Fórum propiciou apresentações e debates no evento presencial, em Fortaleza, com transmissão ao vivo pelo canal do *Youtube*, permitindo uma maior abrangência do público interno e externo.

Durante o encontro, foi lançada a 3ª edição da Revista Inovação em Foco, coletânea científica da Cagece, que reúne 14 resumos de artigos elaborados por colaboradores, como parte da política de incentivo à pesquisa e valorização dos recursos humanos.





Ao longo de dois dias, contou com mais de 40 facilitadores, com debates organizados em painéis que abordaram temas como: cases de inovação corporativa, com o propósito de divulgação e compartilhamento; inovação, mudanças climáticas e financiamento verde; desafios para inovação no setor de saneamento; case de inovação aberta, da chamada pública Sanup/SENAI, com divulgação do resultado do pitch; programa de inovação em água; plano de gestão proativa da seca; apresentações de artigos científicos em destaque na terceira edição da Revista Inovação em Foco; e palestras com a participação de universidades (UFC, GFIS/UFRJ, NHL Stenden da Water Campus – Holanda), Ministério das Cidades, empresas de saneamento (CAESB, CAGEPA, CEDAE, COMPESA, COPASA e SABESP,) e demais parceiros (Aba Climate Solutions, Hidrosan e SENAI).

Pense aí!

Criado para fortalecer a cultura de inovação e promover a participação ativa dos colaboradores, foi lançada a primeira chamada do programa com o tema: “Sua ideia, nossa transformação: Ideias que movem a Cagece”. Foi disponibilizado um canal acessível para recebimento de propostas que tragam eficiência e melhorias aos processos internos, acelerando a transformação institucional através de soluções práticas.

As ideias submetidas refletem uma visão ampla de futuro, cobrindo áreas como novos negócios, eficiência operacional, administrativa, sustentabilidade e inclusão. Além de gerar valor institucional, as sugestões escolhidas contam com um aporte de até R\$ 18 mil para apoio à implementação. O fluxo inclui o registro na plataforma central de ideias, etapas de análise, encontros de alinhamento para planejamento e execução das propostas.

Com mais de **80 ideias cadastradas**, o programa avançou para a fase de análise, com a triagem inicial. Em seguida, as propostas passarão por um estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira, fundamental para filtrar as iniciativas com maior potencial de implementação e sucesso.



Programa de Inovação em Água

Alinhada à contribuição aos ODS, esta parceria estruturante entre universidades e empresas, em um amplo ecossistema, visa testar e aprimorar novas soluções de tratamento de água antes da aplicação em larga escala.

Ao promover o desenvolvimento tecnológico e a pesquisa aplicada, o programa permite ajustar a operação, otimizar as metodologias do tratamento de água e validar a eficácia dos parâmetros operacionais. Está organizado em 7 blocos:

Bloco I – Acordo de parceria com a UFC/NHL

Foca no desenvolvimento de tecnologias avançadas e sustentáveis para o setor hídrico, abrangendo desde a transformação digital de estações de tratamento até o uso de sistemas eletrolíticos para remoção de poluentes e metais. A iniciativa prioriza a eficiência energética através do hidrogênio, a remediação da qualidade da água via soluções baseadas na natureza e o tratamento estratégico de rejeitos e salmouras. Além disso, o projeto investe em capacitação técnica sobre contaminantes emergentes e na otimização de processos de oxidação e filtragem.

Bloco II – Acordo de parceria USP

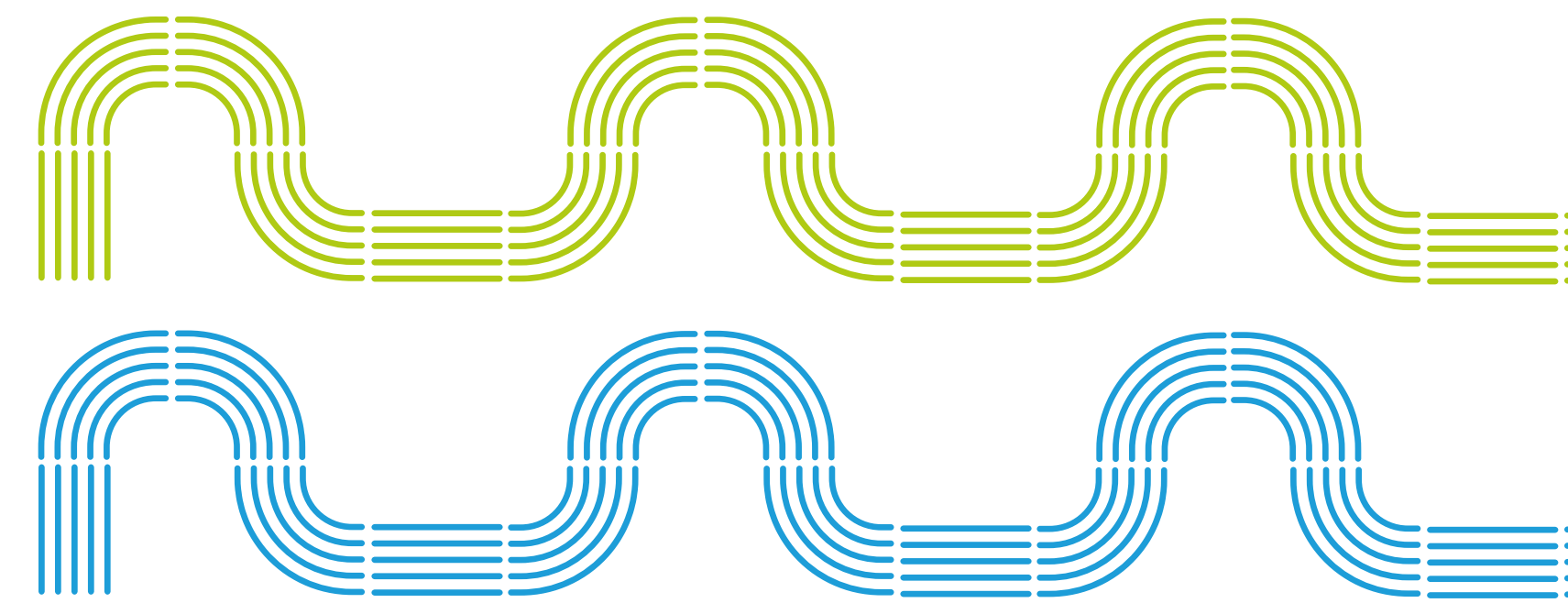
Aplicação da oxidação avançada fotoquímica para mitigação de trihalometanos (THMs) e seus precursores.

Bloco III – Parceria por plano de trabalho USP

Avaliação da flotação por ar dissolvido como alternativa tecnológica para os processos de tratamento de água tratada e dos resíduos gerados.

Bloco IV – Pesquisa interna com apoio de fornecedores

O projeto investiga a eficácia da zeólita na remoção de ferro e o desempenho do filtralite em sistemas de filtração direta, além de avaliar o uso de colunas de carvão ativado para a eliminação de matéria orgânica, buscando soluções técnicas mais eficientes para o abastecimento.





Bloco V – Ensaio de Tratabilidade

As parcerias com os fornecedores serão realizadas para fins de avaliação da tecnologia perante os contaminantes previstos na matriz de pesquisa. Possuem ciclos de curto prazo, com expectativa de homologar soluções tecnológicas.

Bloco VI – Planejamento proativo de secas em cidades: desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de gestão

É um instrumento que tem avançado com a articulação entre a UFC, CEPAS e Cagece, promovendo alinhamento estratégico e integração, para o fomento do ecossistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Bloco VII – Planejamento proativo de secas em cidades: abastecimento de água

Está em desenvolvimento pelo Programa Cientista Chefe do estado, estruturado em quatro níveis, sendo que a Cagece, em aliança com a UFC e a ASTEF contribuem, com o intuito de prover um planejamento proativo e estratégico, orientado por riscos, para futuras estiagens, visando a sustentabilidade do sistema hídrico cearense. No ano último ciclo foi entregue o plano de gestão proativa de secas do abastecimento urbano e o estudo técnico calibração, setorização e redução de perdas da rede de distribuição de água do município de Crateús e foi iniciado o plano de Senador Pompeu.

Programa de Inovação em Energias Renováveis (PIER)

Compõe o plano estratégico da Companhia e foca no reaproveitamento energético de subprodutos e processos dos tratamentos de água e esgoto objetivando a redução de custos operacionais e a contribuição para a mitigação climática, via redução de emissões de gases de efeito estufa. O programa está estruturado em três grandes vertentes (docas):

- Geração de Energia (Doca 1): Com a geração de energia a partir dos subprodutos e processos da Cagece, atualmente conta com um projeto em andamento e outro em desenvolvimento:

- Usina Modelo de Valorização Energética de Biogás e Lodo: Iniciado em 2016, este projeto de *deeptech* é desenvolvido em parceria com a UFC, com financiamento do BNDES e da Cagece. Em 2025, finalizou-se a etapa de desenvolvimento tecnológico, atingindo a Escala de Maturidade Tecnológica (TRL) 6. Está em andamento um novo acordo para a operação e o desenvolvimento do plano de negócios, além das obras de fundações e instalações elétricas na ETE Alameda das Palmeiras para receber a tecnologia;



- Microturbinas Hidrelétricas: Em desenvolvimento para gerar energia renovável a partir de redes de captação ou linhas de distribuição com excesso de pressão. O projeto-piloto está sendo desenhado para a ETA Quixadá e encontra-se em fase de modelagem e elaboração de orçamento.

- Combustível Sustentável (Doca 2): Visa transformar subprodutos do tratamento de água e esgoto em combustíveis como hidrogênio verde, bio-óleo e combustível sustentável de aviação (SAF).

- Unidade Semipiloto de Pirólise de Lodo de ETE: Com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE), a tecnologia permite a produção de bio-óleo, biocarvão e gás de pirólise. Em 2025, foi concluída a requalificação da unidade, e os testes iniciais já produziram os primeiros combustíveis sustentáveis. O trabalho resultou no depósito conjunto da patente “Sistema Reacional para a produção de Biocarvão por processo de pirólise” no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

- Eletrificação (Doca 3): Projetos em fase inicial preveem a expansão de usinas fotovoltaicas nas instalações da Cagece para o abastecimento da frota elétrica (carros e motos). A iniciativa vislumbra a redução de gastos com combustíveis fósseis e a mitigação das emissões de GEE.





8.1.2 Programa de Inteligência Artificial (IA)

Processo que tem evoluído como um ecossistema integrado, otimizando desde a infraestrutura crítica até o atendimento ao cidadão, fazendo uso dos dados para subsidiar a operação preditiva, ágil e sustentável.

Em destaque, as frentes do portfólio de projetos de IA ao longo de 2025:

Experiência do Cliente

Compreende a modernização do relacionamento com o cliente através da desburocratização segura. Foi implementada a biometria facial integrada ao aplicativo para validação instantânea da identidade do cliente. Permitindo a abertura de serviços sensíveis de forma 100% digital e automática, oferecendo celeridade ao cidadão e reduzindo a carga de trabalho dos canais de atendimento humano.

Agilidade Tecnológica

Com vistas a fortalecer a base de Tecnologia da Informação (TI) para suportar o crescimento da Companhia, utiliza-se IA para acelerar a criação de novos sistemas e automatizar a migração de sistemas antigos (legados). Tem resultado na redução do *time-to-market* de novas soluções e modernização da arquitetura de dados, tornando a TI um braço ágil e resiliente para o negócio.

Governança e Estratégia

Com a perspectiva de que cada investimento em IA tenha um propósito claro e retorno mensurável, conta-se com o suporte de uma consultoria especializada, que está realizando diagnósticos em todas as áreas da empresa, para levantar oportunidades utilizando IA. Almeja-se a definição de um portfólio de projetos estruturantes, que guiará a transformação digital da Companhia utilizando IA e focando nos desafios de maior impacto operacional.

Capital Humano

Preparar a força de trabalho para a nova era digital, por meio da construção de um hub central de inovação para atrair, capacitar e compartilhar conhecimento sobre IA entre os colaboradores. Com isso espera-se fomentar a cultura de inovação interna, garantindo que as equipes estejam aptas a operar e evoluir as novas soluções tecnológicas.

Auditoria Inteligente de Campo

Visando propiciar a integridade do serviço, sem a necessidade de conferência manual exaustiva, está em desenvolvimento uma ferramenta de IA, que analisa imagens e observações enviadas pelas equipes de campo ao finalizar um serviço. A validação automática da execução correta, elimina a necessidade de supervisão humana para tarefas repetitivas, reduzindo retrabalhos e garantindo a qualidade técnica imediata.

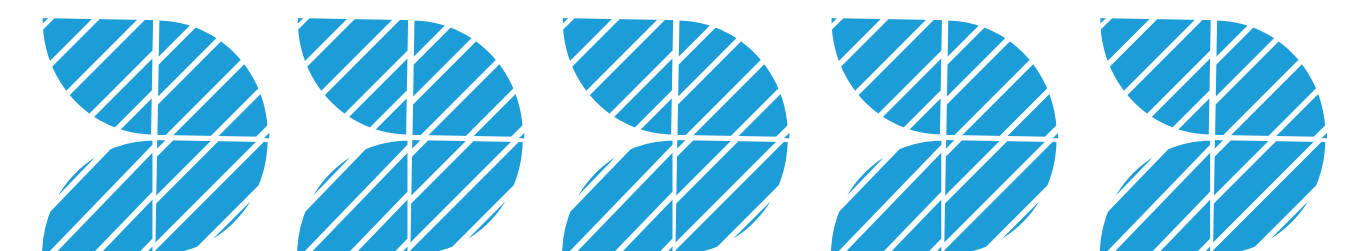
Eficiência Hídrica e Energética

Com o objetivo de otimizar a operação através de modelos de *Machine Learning*, estão em desenvolvimento algoritmos que possam controlar de forma inteligente as bombas das Estações de Tratamento de Água (ETAs). Com isso espera-se que o sistema ajuste a operação em tempo real, para garantir a máxima disponibilidade de água tratada, reduzindo drasticamente o consumo de energia, ao operar nos pontos de maior eficiência.

Automação de Processos Licitatórios

Para transformar a burocracia em agilidade administrativa, está em desenvolvimento uma ferramenta de IA que gera, de forma automática, os diversos documentos que compõem o processo licitatório (Termos de Referência, Editais, etc.), de acordo com as orientações técnicas pertinentes. Há a expectativa de redução drástica no tempo de montagem de processos, padronização jurídica e maior celeridade nas contratações essenciais para a expansão dos serviços.

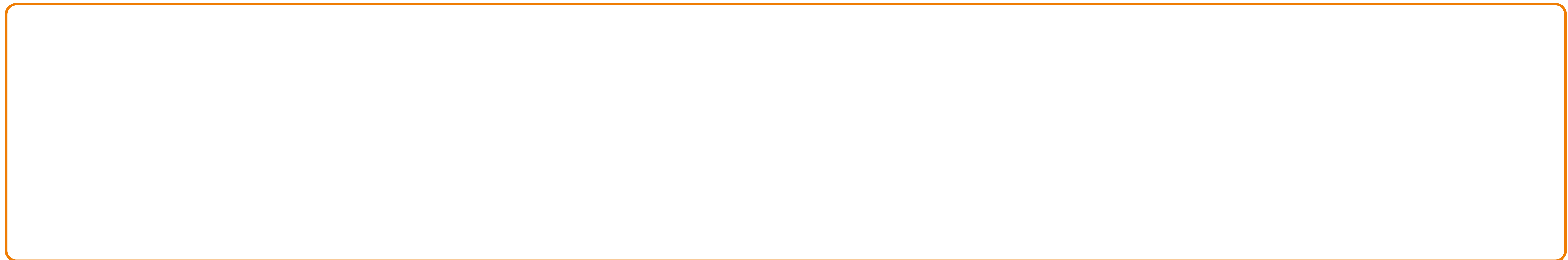
Transformar a operação para servir melhor: é assim que a Cagece utiliza a IA para otimizar recursos e gerar valor. O uso estratégico dessa tecnologia impulsiona o negócio, unindo modernidade com foco na universalização, contribuindo para a viabilidade econômica e sustentável.





8.2 Programas e Projetos Estratégicos

Finalizando o relatório, tem-se a síntese dos programas e projetos que compõem o plano estratégico e são essenciais para o alcance da visão de futuro do negócio:



9

Relacionamento com **Audidores Independentes**





A Companhia, alinhada à política de contratação extra auditoria, zela pelos princípios que preservam a independência dos auditores externos que consistem, de acordo com as normas internacionais aceitas, em: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer funções de gerência do seu cliente e o auditor não deve promover os interesses dos seus clientes. Adicionalmente, o plano de trabalho da auditoria externa e o processo de elaboração e análise das demonstrações financeiras são supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Em consonância com a Resolução CVM nº 80/2022 e alterações posteriores, a Cagece informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa de auditoria Sociedade Russell Bedford Gm Auditores Independentes S/S não prestou outros serviços que não estejam relacionados à auditoria externa.



CAGECE
CADA
VEZ **MAIS**
PRESENTE
NA VIDA DOS
CEARENSES



Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece

Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Vila União
CEP: 60.422-901 | Fortaleza – CE

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às informações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos Diretores da

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE

Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Aumento de Capital Social

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 26, que descreve de forma detalhada as deliberações societárias e os eventos relevantes relacionados à composição e às movimentações do capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Conforme divulgado pela Administração, o capital social totalmente subscrito e integralizado atingiu R\$ 2.964.689 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.629.668 em 31 de dezembro de 2024), permanecendo adicionalmente o montante de R\$ 27.296 ainda pendente de integralização por acionista, conforme compromisso formalizado em reunião extraordinária do Conselho de Administração. A referida nota explicativa evidencia que, em 28 de abril de 2025, foi aprovado aumento de capital no montante total de R\$ 181.846, sendo R\$ 173.869 decorrentes da capitalização de recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2024, sem emissão de novas ações, e R\$ 7.977 provenientes da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pelo acionista majoritário, correspondente à emissão de 459.368 ações ordinárias e 110 ações preferenciais.

Adicionalmente, em 4 de junho de 2025, foi deliberado aumento de capital com a subscrição de 5.797.719 ações ordinárias e 1.383 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 17,64 por ação, totalizando R\$ 102.296, dos quais foram integralizados R\$ 75.000 em 17 de julho de 2025 e R\$ 15.130 em 22 de setembro de 2025. Em 29 de outubro de 2025, novo aumento de capital foi aprovado mediante a subscrição de 1.991.234 ações ordinárias e 475 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 69,88 por ação, totalizando R\$ 139.181, com integralização de R\$ 13.419 em 13 de outubro de 2025. Em 13 de novembro de 2025, foi deliberado novo aumento de capital, mediante a emissão de 680.294 ações ordinárias e 162 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 72,93 por ação, totalizando R\$ 49.626, cujo saldo foi integralizado por meio do reinvestimento de dividendos mínimos obrigatórios já declarados e ainda não pagos ao acionista majoritário, conforme aprovado em assembleia realizada em 28 de abril de 2025.

Em 8 de setembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou e concluiu o grupamento da totalidade das ações nominativas na proporção de 4 para 1, sem alteração do valor do capital social, resultando na redução do número de ações emitidas de 196.892.877 para 49.223.219 ações nominativas, posteriormente acrescidas de 2.672.165 ações decorrentes dos aumentos de capital realizados, totalizando, ao final do exercício, 51.895.384 ações nominativas, compostas por 51.879.729 ações ordinárias, 15.650 ações preferenciais e 5 ações em tesouraria. Tais eventos resultaram na elevação do capital social de R\$ 2.629.668 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 2.964.689 em 31 de dezembro de 2025. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 39, que descreve que, em janeiro de 2026, a Companhia recebeu o aporte de R\$ 117.000, realizado pelo acionista Estado do Ceará, sem a emissão imediata de novas ações. Este montante, somado aos R\$ 90.000 integralizados entre julho e setembro de 2025, totaliza R\$ 207.000 em recursos recebidos até a presente data. O aporte integra o cronograma de investimentos de R\$ 500.000 previstos pelo Estado do Ceará, oriundos de linha de financiamento contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do programa BNDES Invest Impacto, conforme detalhado em Comunicado ao Mercado divulgado em 27 de setembro de 2024. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das Receitas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.22 e 36, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se a: (i) Critério de reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47; (ii) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude; (iii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época; (iv) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de água e esgotamento sanitário fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”). Devido ao seu impacto material nas demonstrações contábeis e à sua complexidade no reconhecimento e na mensuração dos valores, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Durante nosso trabalho, realizamos procedimentos substanciais quanto à validação das receitas da Companhia. Avaliamos os controles internos relacionados ao ciclo de faturamento e receitas; a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Em razão dos resultados obtidos, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Contratos de Concessão

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.8, 2.11, 2.12, 10, 14 e 15, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldo de ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis, decorrentes de contratos de concessão, nos valores de R\$ 22.904 mil, R\$ 2.037.504 mil e R\$ 4.449.188 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura de concessão. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados pela Companhia que não serão completamente amortizadas ao final do prazo das concessões, e serão indenizadas pelo poder concedente. Por sua vez, os ativos de contrato e intangíveis representam os investimentos realizados que possuem expectativa de recuperação ao longo dos contratos de concessão, baseada no recebimento de tarifas por serviços prestados aos usuários. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, à complexidade, à subjetividade da bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível e à avaliação de sua recuperabilidade.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves, relacionados à bifurcação dos ativos financeiros da concessão, considerando a parcela dos investimentos realizados e o montante dos ativos que não serão amortizados até o final do prazo da concessão. Avaliamos as premissas utilizadas na bifurcação entre ativos financeiros e intangíveis e revisamos se os cálculos da atualização e de ajuste a valor presente dos ativos financeiros estão consistentes e de acordo com o prazo do contrato de concessão, bem como testamos o cálculo da amortização dos ativos intangíveis e realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria citados acima, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela Administração na mensuração dos ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis decorrentes de contratos de concessão, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Imposto de Renda corrente e diferido

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.19, em 25 de novembro de 2024, a CAGECE obteve uma significativa vitória no Mandado de Segurança nº 0812346-88.2018.4.05.8100, processo que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A decisão garantiu à empresa o reconhecimento e a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca, conforme previsto no artigo 150, VI, “a” da Constituição Federal, referente ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ). Como consequência direta dessa decisão, todos os provisionamentos de IRPJ corrente e diferido registrados no ano de 2024 foram estornados, e sem efeitos no exercício de 2025, reforçando o direito da CAGECE à imunidade e trazendo impactos positivos em sua situação fiscal. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Durante nosso trabalho, realizamos procedimentos substanciais quanto ao reconhecimento dos créditos relacionados à ação, por meio do envolvimento de especialistas tributários, os quais avaliaram a integridade da ação através da certidão de trânsito e julgado, análise documental e verificação dos cálculos originários dos créditos, avaliação do racional utilizado para reversão, análise de conformidade com as normas pertinentes, avaliação dos controles internos e avaliação do plano de utilização dos referidos créditos, a fim de se avaliar a real recuperabilidade dos mesmos. Baseados nos procedimentos realizados, obtivemos resultado positivo quanto às nossas avaliações, corroborando com os saldos revertidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o relatório da administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do tema, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 27 de fevereiro de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5
Diretor

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.127	6.781
Aplicações financeiras	7	433.322	505.134
Depósitos vinculados	8	12.648	25.575
Contas a receber de clientes	9	566.313	510.096
Estoques	12	33.527	38.293
Despesas antecipadas		883	1.214
Tributos a recuperar		41.186	59.525
Adiantamentos a empregados		3.484	3.832
Outros ativos		784	1.829
		1.100.274	1.152.279
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	9	1.063	1.110
Projeto KfW II - recursos aplicados		3.905	4.933
Depósitos judiciais	23	30.081	30.640
Depósitos para reinvestimento		15.990	13.989
Depósitos vinculados a garantias	10	111.932	93.276
Bloqueios Judiciais		1.193	1.087
Ativos financeiros - contratos de concessão	11	22.904	7.276
Despesas antecipadas		16	213
Outros ativos		654	633
Investimentos	13	21.936	21.896
Imobilizado	14	150.876	122.035
Ativo de contrato	15	2.037.504	1.679.045
Intangível	16	4.511.519	3.873.812
		6.909.573	5.849.945
Total do ativo		8.009.847	7.002.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	17	360.240	315.414
Passivo de arrendamento	18	27.903	39.227
Empréstimos e financiamentos	19	96.812	327.806
Debêntures	20	29.705	150.407
Obrigações sociais		70.624	65.320
Incentivo à aposentadoria - PRSP	21	14.599	12.562
Imposto de renda e contribuição social a recolher	22	-	3.174
Tributos a recolher	22	53.066	45.871
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		67.790	63.248
Obrigações com clientes		512	973
Obrigações parceria público-privada		70.218	65.710
Outras obrigações		307	306
		791.776	1.090.018
Não circulante			
Fornecedores	17	-	112
Empréstimos e financiamentos	19	1.451.448	591.810
Debêntures	20	1.105.086	1.398.036
Passivo de arrendamento	18	47.032	15.228
Incentivo à aposentadoria - PRSP	21	39.174	20.564
Tributos a recolher	22	20.625	26.839
Acordos judiciais a pagar		36.709	20.826
Provisão para contingências	23	132.433	124.177
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	24	93.224	145.757
Garantias contratuais de fornecedores		5.590	4.887
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	16.055	15.657
Obrigações parceria público-privada		573.284	230.635
Instrumentos Financeiros Derivativos		16.229	-
		3.536.889	2.594.528
Patrimônio líquido			
Capital social	26	2.964.689	2.629.668
Reservas de lucros	27	262.906	252.416
Ajuste de avaliação patrimonial	28	435.230	466.017
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	7.985
Outros resultados abrangentes		18.357	(38.408)
		3.681.182	3.317.678
Total do passivo e patrimônio líquido		8.009.847	7.002.224

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços	35	3.244.993	3.137.018
Custos dos serviços prestados	36	(1.336.981)	(1.241.092)
Custos de construção	36	(592.301)	(719.963)
		(1.929.282)	(1.961.055)
Lucro bruto		1.315.711	1.175.963
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	36	(135.835)	(140.396)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	36	(91.484)	(75.224)
Despesas administrativas	36	(591.329)	(527.289)
Outras (despesas) receitas, líquidas		909	9.556
Resultado de equivalência patrimonial		(1.420)	(510)
		(819.159)	(733.863)
Lucro operacional		496.552	442.100
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	37	147.076	84.162
Despesas financeiras	37	(398.174)	(203.310)
		(251.098)	(119.148)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		245.454	322.952
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(20.439)	(35.579)
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	29	-	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	(398)	66.659
		(20.837)	31.098
Lucro líquido do período		224.617	354.050
Lucro líquido atribuível aos:			
Acionista controlador		201.505	314.382
Acionistas não controladores		23.112	39.668
Lucro líquido do período		224.617	354.050
Resultado por lote de mil ações do capital social ponderado			
Ações ordinárias (Em R\$)	34	1,4341	1,8969
Ações preferenciais (Em R\$)	34	1,5775	2,0866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	224.617	354.050
Outros resultados abrangentes	56.765	25.411
Resultado abrangente do período	281.382	379.461
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionista controlador	252.430	336.946
Acionistas não controladores	28.952	42.515
Resultado abrangente do período	281.382	379.461

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantament o para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Lucro/Prejuízo acumulado	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Reserva especial	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.450.564	38.719	27.197	13.086	-	91.341	361.250	1.498	(63.819)	-	2.919.836
Aumento capital social AGE 22/04/2024	102.663	-	-	(13.086)	-	(89.577)	-	-	-	-	-
Aumento capital social CAD 01/11/2024	20.137	-	-	-	-	-	-	(20.137)	-	-	-
Aumento capital social CAD 16/12/2024	56.304	-	-	-	-	-	-	(28.727)	-	-	27.577
Reserva de Contribuição p/ Projetos de Interesse Social	-	-	4.948	-	-	-	-	-	-	(4.948)	-
Utilização Reserva de Contribuição p/ Projetos de Interesse Social	-	-	(4.948)	-	-	-	-	-	-	-	(4.948)
Reserva especial	-	-	-	-	350	(350)	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(32.070)	-	-	32.070	-
Reversão IRPJ Diferido de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(136.837)	136.837	-	-	-	-
Reconhecimento ganhos/perdas atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	25.411	-	25.411
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	354.050	354.050
Constituição de reserva legal	-	10.861	-	-	-	-	-	-	-	(10.861)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	55.351	-	-	55.351
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	310.712	-	-	-	(310.705)	7
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.606)	(59.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.629.668	49.580	27.197	-	350	175.289	466.017	7.985	(38.408)	-	3.317.678
Aumento capital social AGO/AGE- 28/04/2025	181.846	-	-	-	-	(173.869)	-	(7.977)	-	-	-
Aumento capital social CAD - 04/06/2025	102.296	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102.296
Subscrição de capital social a integralizar CAD - 04/06/2025	(102.296)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.296)
Integralização cap. CAD 681 - 17/07/2025	75.000	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	-	-
Integralização cap. CAD 681 - 22/09/2025	15.130	-	-	-	-	-	-	(15.130)	-	-	-
Aumento capital social CAD 688 - 29/10/2025	139.181	-	-	-	-	-	-	-	-	-	139.181
Subscrição de capital social a integralizar CAD 688 - 29/10/2025	(139.181)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(139.181)
Integralização cap. CAD 688 - 29/10/2025	13.419	-	-	-	-	-	-	(13.419)	-	-	-
Aumento capital social CAD - 13/11/2025	49.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.626
Reserva para Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	-	-	15.000	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-
Reserva de Contribuição para Projetos de Interesse Social	-	-	4.948	-	-	-	-	-	-	(4.948)	-
Utilização Reserva para Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)	-	-	(10.002)	-	-	-	-	-	-	-	(10.002)
Reversão de Reserva especial	-	-	-	-	(350)	350	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(30.787)	-	-	30.787	-

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento ganhos/perdas atuariais com benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	-	72.995	-	72.995
Ajuste de avaliação patrimonial derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.230)	-	(16.230)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224.617	224.617
Constituição de reserva legal	-	11.231	-	-	-	(11.231)	-	-	-	-	-
Reversão adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	-	(8)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	103.549	-	-	103.549
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	174.413	-	-	-	(174.413)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.043)	(61.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.964.689	60.811	37.143	-	-	164.952	435.230	-	18.357	-	3.681.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		245.454	322.952
Depreciação e amortização	36	266.711	251.820
Valor residual da baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14, 15 e 16	45.284	39.868
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	11, 35 e 36	(11.078)	(393)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	36	91.484	75.224
Constituição provisão para contingência	23	(1.238)	(31.742)
Provisão incentivo à aposentadoria - PRSP	21	47.109	32.931
Atualização da provisão incentivo a aposentadoria - PRSP	21	6.117	4.453
Ajuste a valor presente - PRSP	21	(14.304)	(10.954)
Provisão atuarial - Benefício definido Plano de saúde	24	20.462	(9.219)
Provisão de parcelamentos tributários		(38)	4.448
Juros e atualizações monetárias variações monetárias	19, 20 e 23	271.643	182.522
Variação cambial		13.117	-
Tributos diferidos		398	(39.424)
Rendimento aplicações financeiras		(58.399)	(24.972)
Ajuste a valor presente de arrendamento		3.204	5.760
Resultado de equivalência patrimonial	13	1.420	510
Apropriação gastos iniciais das debêntures	20	7.224	2.691
		934.570	806.475
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados		13.190	(14.760)
Contas a receber de clientes		(147.654)	(135.346)
Estoques		4.766	4.756
Tributos a recuperar		17.520	(64.677)
Depósitos vinculados a garantias		(8.194)	(2.699)
Outros ativos		(17.592)	(4.143)
Fornecedores		44.714	(25.313)
Obrigações sociais		5.304	3.904
Incentivo à aposentadoria - PRSP	21	(18.275)	(21.067)
Obrigações PPP		347.157	293.250
Imposto de renda e contribuição social a recolher		3.357	85.043
Tributos a recolher		1.019	(5.367)
Acordos judiciais a pagar		11.912	19.572
Provisão para contingências		559	9.799
Projeto KfW II		1.028	43
Arrendamento a pagar		53.448	-
Outros passivos		244	7.544
Caixa proveniente das operações		1.247.073	957.014
Juros pagos	19 e 20	(228.205)	(215.227)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.550)	(23.153)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		992.318	718.634
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		117.379	(50.617)
Aumento de Capital Social em participações societárias	13	49.626	(639)
Aquisição de imobilizado, intangível, ativo de contrato	11, 14, 15, 16, 19 e 20	(1.303.181)	(1.239.236)
Pagamento gastos iniciais debêntures		(1.200)	(12.145)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.137.376)	(1.302.637)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	19	(560.406)	(546.107)
Amortização de obrigações por arrendamento	18	(26.381)	(34.755)
Ingressos de empréstimos	19	1.148.781	480.472
Emissão de debêntures	20	400.000	699.500
Amortização de debêntures	20	(862.630)	(65.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(56.501)	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital		103.541	55.351
Caixa líquido (aplicado na) proveniente da atividade de financiamentos		146.404	589.460
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		1.346	5.457
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6.781	1.324
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		8.127	6.781
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		1.346	5.457

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Vendas brutas de serviços	2.924.334	2.663.912
Vendas brutas de construções	592.301	719.963
Outras receitas	10.493	13.469
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(91.484)	(75.224)
	3.435.644	3.322.120
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(144.673)	(132.400)
Água bruta	(128.710)	(124.521)
Materiais de tratamento	(99.110)	(107.549)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(312.937)	(288.102)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(563.096)	(499.267)
Custos de construções	(592.301)	(719.963)
	(1.840.827)	(1.871.802)
Valor adicionado bruto	1.594.817	1.450.318
Depreciação e amortização	(266.711)	(251.820)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.328.106	1.198.498
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	142.331	87.596
Receita financeira - ativo financeiro	11.363	638
Resultado de equivalência patrimonial	(1.420)	(510)
	152.274	87.724
Valor adicionado total a distribuir	1.480.380	1.286.222
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	290.653	267.546
Benefícios	106.445	98.924
FGTS	20.297	18.183
Honorários de diretoria	4.249	4.357
Participação dos empregados nos lucros	23.830	19.539
Planos de aposentadorias e pensão	32.805	21.977
	478.279	430.526
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	299.957	225.391
Estaduais	30.062	28.277
Municipais	2.120	2.235
Agentes reguladores	23.628	20.809
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	22.665	21.455
	378.432	298.167
Financiadores		
Juros	64.872	72.137
Outras despesas financeiras	333.303	131.142
Aluguéis	877	200
	399.052	203.479
Remuneração de capital próprio		
Lucros retidos no período	163.574	294.444
Dividendos	61.043	59.606
	224.617	354.050
Valor adicionado distribuído	1.480.380	1.286.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis do exercício.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece (“Companhia” ou “Cagece”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Estado do Ceará. Domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1.030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará.

Criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971, com alterações posteriores, a Companhia tem por objetivo a prestação de serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará. Pode operar diretamente, por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato. Além disso, pode atuar na geração e comercialização de energia, estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, constituir subsidiárias e SPEs, bem como fomentar pesquisas e ações socioambientais, culturais e de saneamento rural.

Em linha com o Novo Marco Legal do Saneamento e as decisões das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), tais serviços são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), que atua como agência reguladora única para o Estado. No município de Fortaleza, as atividades de fiscalização e controle são exercidas de forma coordenada com a Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR), observando-se as normas regulatórias e tarifárias estabelecidas pela ARCE.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atuava em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário em 152 municípios no Estado do Ceará, divididos em três microrregiões: Centro-Norte, Centro-Sul e Oeste. Desses, 151 foram contratualizados de acordo com a Lei nº 11.445/2007, com os prazos das concessões aditados até 06 de outubro de 2055.

O contrato de prestação de serviços do município de Cariús não foi aditado devido à ausência de interesse na renovação por parte do poder concedente. Contudo, não houve a formalização do encerramento contratual, tampouco a indenização dos ativos e investimentos realizados pela Companhia. Visando a continuidade do serviço essencial à população, a Cagece permanece operando os serviços até que ocorra deliberação definitiva sobre o tema.

A seguir, estão discriminados os principais contratos e seus respectivos vencimentos:

Municípios	Microrregião	Status	Data de vencimento	31 de dezembro de 2025
				% de faturamento (*)
Fortaleza	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	53,48
Maracanaú	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	5,12
Caucaia	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	4,83
Juazeiro do Norte	Centro-Sul	Vigente	06/10/2055	4,14
Eusébio	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,54
Itaitinga	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,51
Itapipoca	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,34
Pacatuba	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,12
Maranguape	Centro-Norte	Vigente	06/10/2055	1,08

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tianguá	Oeste	Vigente	06/10/2055	1,06
(*) Informação não auditada.				

A partir de 05 de novembro de 2025, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) aplicou revisão tarifária de 9,73% às tarifas de água e esgoto praticadas pela Companhia, de forma linear, em todas as categorias de consumo nos municípios operados pela empresa. A revisão foi aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), através da Resolução nº 25/2025.

A revisão leva em consideração o aumento nos custos e a necessidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, a operação dos sistemas, bem como manutenção, expansão e melhoria dos serviços prestados à população. Além disso, considera a necessidade de cumprimento das metas pactuadas de universalização, qualidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, previstos em contrato.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

2.3. Conversão

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão apresentados em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do exercício (ajustado por juros e pagamentos) e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício. As variações resultantes de empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

Para este tipo de operação a Companhia possui passivos denominados em Euro relativos ao financiamento junto à AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento). Para mitigar integralmente os riscos de mercado associados a flutuações cambiais, a Companhia contratou, em setembro de 2025, operações de derivativos do tipo Cross Currency Swap. Dessa forma, as variações cambiais reconhecidas no passivo são compensadas pelos resultados do instrumento de proteção (hedge), neutralizando o impacto líquido no resultado da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando estimativas e premissas que afetam montantes divulgados nessas informações e notas explicativas. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.7.

(b) Vidas úteis do ativo imobilizado e intangível

A Companhia mensura a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis a fim de refletir o tempo em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos. As premissas de vida útil e cálculos de depreciação e amortização de imobilizados e intangíveis são apresentadas nas Notas Explicativas 2.10 e 13 para o imobilizado e 2.12 e 15 para o intangível, respectivamente.

(c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência que determine se um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros não é recuperável. A Nota 2.6. (c) apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. A Nota nº 2.15 apresenta a política contábil aplicável para mensuração e evidenciação da estimativa relacionada a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(e) Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis,

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Nota 2.19 apresenta as políticas contábeis aplicáveis aos impostos.

(g) Benefícios a empregados

A Companhia registra seus benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE, relacionados a assistência médica, de acordo com as avaliações atuariais anuais definidas, conforme Políticas Contábeis apresentadas na Nota 2.20.

2.5. Recursos financeiros em contas bancárias

O total de recursos financeiros existentes em contas bancárias da Companhia correspondem à soma dos saldos de “Caixa e Equivalentes de Caixa” (Nota 5), “Aplicações Financeiras” (Nota 6) e “Depósitos Vinculados” (Nota 7) no Ativo Circulante e, “Depósitos para reinvestimento” e “Depósitos Vinculados a Garantia” (Nota 9) no Ativo não Circulante.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os montantes de caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo e não para fins de investimentos ou outros fins.

b) Aplicações financeiras

São valores disponíveis em caixa, utilizados pela Companhia para reinvestir na operação, a fim viabilizar a realização de todas as obrigações de universalização, de manutenção e renovação de ativos.

A diferença entre os saldos dos extratos bancários e os valores divulgados em “Aplicações Financeiras” no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 1.082, decorre de bloqueios judiciais de valores que estão reconhecidos na conta

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

“Bloqueios Judiciais” no Balanço Patrimonial, por serem valores que não estão disponíveis para a Companhia, por força de ordens judiciais, mas permanecem nos saldos dos extratos bancários. Os demais bloqueios judiciais no valor de R\$ 111 não estão nos saldos dos extratos bancários e, por isso, não geram diferenças com os de aplicações financeiras divulgados no Balanço Patrimonial.

c) Depósitos vinculados

São valores que estão representados substancialmente pelos recursos recebidos através de convênios firmados, principalmente, com o Governo do Estado do Ceará, para realização dos investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Tais valores são vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

d) Depósitos para reinvestimento

São valores depositados no Banco do Nordeste, referentes ao benefício fiscal de "Redução por Reinvestimento" de 30% do IRPJ". Tais valores são liberados, para resgate, após a aprovação do projeto de empreendimento, pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), reconhecendo o atendimento às condições ao direito do benefício fiscal, dispostas no art .19 da Lei nº 8.167/91, art. 4 da Lei nº 8.191/91 e no Decreto nº 4.213/2002

e) Depósitos vinculados a garantias

São valores de retenções contratuais de fornecedores; conta reserva dada como garantia do cumprimento integral de obrigações presentes e futuras decorrentes de contrato de financiamento; depósitos efetuados como garantias dos Contrato de Parcerias Pública-Privadas (PPP); cauções contratuais; e, depósitos efetuados como garantias de financiamentos junto a instituições financeiras.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

(a) Ativos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adquiridos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(b) Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

(c) Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reduz seus ativos financeiros e contratuais ao valor recuperável pelo modelo de perdas esperadas que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base em dados objetivos do “contas a receber”, históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

(d) Passivos financeiros - classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria os “os Empréstimos e financiamentos”, “Debêntures”, “Fornecedores”, “Incentivo

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

à aposentadoria - PRSP", "Arrendamento mercantil", "Obrigações com clientes" e "Garantias contratuais de fornecedores".

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", históricos de recebimentos e inadimplência dos clientes, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

Os critérios para reconhecimento de *impairment*, atualmente aplicados, consideram que as vendas são pulverizadas entre um grande número de clientes e que o contas a receber de clientes não possui um componente significativo de financiamento, ou seja o faturamento tem vencimento em até 30 dias.

2.8. Ativos financeiros de concessão

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os valores dos ativos financeiros de concessão são adicionados aos valores do intangível, para fins de controle patrimonial (inventário físico). A segregação dos investimentos da concessão em ativo financeiro e ativo

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intangível é realizada em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão e em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

2.9. Estoques

A Administração reconhece saldos de estoques tanto no ativo circulante, que contempla os materiais administrativos e de manutenção técnica dos sistemas de água e esgoto, como no ativo de contrato que contempla os estoques para obras.

Os estoques são demonstrados ao custo, avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los às suas localizações. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

O saldo de estoque de materiais administrativos e materiais técnicos divulgados no Balanço Patrimonial na conta “Estoques” do ativo circulante e os saldos de estoque de materiais para investimentos (obras) divulgados no grupo “Ativo de Contrato” do ativo não circulante e especificado na nota explicativa nº 13, referem-se ao valor realizável líquido (custo de reposição ou de realização) que é proveniente dos saldos de inventários de estoques, deduzidos de suas provisões contábeis de redução ao valor de perdas (itens obsoletos) e ao valor de mercado.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 1º de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local em que esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os ativos que são objeto de operações de arrendamento (direito de uso) através de contrato que transfere o direito de usar um ativo por um período de tempo, em troca de contraprestação, são reconhecidos no

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imobilizado, por força da aplicação da norma contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Esses ativos não estão contemplados no inventário de bens imobilizados da Companhia e são controlados por meio dos contratos.

As baixas do imobilizado são realizadas considerando os valores residuais de itens ou peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Na Nota Explicativa 13 é apresentado detalhamento da vida útil por grupo de bens do imobilizado.

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vidas úteis determinadas para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.11. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, somente após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

2.12. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, ajustado ao custo atribuído em anos anteriores em função da convergência às IFRS, incluindo os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil-econômica na qual os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como seguem os principais:

	Anos
Adutoras e canais	30 a 50 anos
Edificações	20 a 50 anos
Estações de tratamento	50 anos
Hidrômetros	5 a 10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	25 anos
Redes	30 a 50 anos
Reservatórios	20 a 50 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(a) Contratos de concessão

São registrados de acordo com a ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e, portanto, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo a vida útil dos mesmos e o que excede o tempo da concessão, torna-se ativo financeiro.

(b) Direitos de uso - concessão do município

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esses investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessão. Esses direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os gastos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

(d) Obrigações especiais

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, do Estado, dos municípios e dos consumidores, incluindo os valores recebidos a título de tarifa de contingência, que foram utilizados na aquisição de ativos, doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do

serviço público. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

2.13. Operações de arrendamento

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Esse modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

Os ativos que são objeto de operações de arrendamento (direito de uso) não estão contemplados no inventário de bens imobilizados da Companhia e são controlados por meio dos contratos.

2.14. Investimentos em coligadas

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, tenha influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle em conjunto. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite o controle compartilhado da entidade e dá direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício da investida.

2.15. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios em que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microrregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia, não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.17. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e, subsequentemente, apresentadas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Além disso, são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.19. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre os lucros diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Em 25 de novembro de 2024, a Cagece obteve uma significativa vitória no Mandado de Segurança nº 0812346-88.2018.4.05.8100, processo que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A decisão garantiu à empresa o reconhecimento e a aplicabilidade da imunidade tributária recíproca, conforme previsto no artigo 150, VI, “a” da Constituição Federal, referente ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Como consequência direta dessa decisão, todos os provisionamentos de IRPJ corrente e diferido registrados no ano de 2024 foram estornados, reforçando o direito da Cagece à imunidade e trazendo impactos positivos em sua situação fiscal.

2.20. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAGECE relacionados à assistência médica e benefícios previdenciários são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). As avaliações atuariais são anuais. No plano de previdência complementar do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAGECE e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial. Outro benefício concedido é o plano de assistência à saúde, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais de conhecimento da CAGECE, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

Desse modo, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, sob ditames do CPC 33 é

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

considerado, para a Cagece, de contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa. Quanto ao plano de assistência médica, tendo-se em vista que a CAGECE já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de aumento de passivo.

Obrigações de aposentadoria

Instituída pela CAGECE através da Lei Estadual nº 13.313/2003, a CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar foi fundada em 12 de fevereiro de 2004 através da Portaria nº 24, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), subordinada ao extinto Ministério da Previdência, para administrar o Plano de Contribuição Variável - PCV dos empregados da CAGECE, com o objetivo de pagar, aos seus participantes e respectivos beneficiários, benefícios complementares aos da previdência oficial (INSS).

Para isso o colaborador realiza contribuições mensais à Cageprev, em um percentual de seu salário de participação, calculado no momento de sua adesão ao Plano. A Patrocinadora CAGECE também efetua contribuições mensais no mesmo percentual, obedecendo a Lei Complementar N.º 108/2001, limitado ao percentual de até 12%.

Sob os ditames do CPC 33, um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

A Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Participação nos resultados - obrigações de benefícios de curto prazo

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após determinados ajustes, conforme definido em acordo coletivo. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

2.21. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22. Receita

Receita com vendas e prestação de serviços

É reconhecida tomando por base os serviços medidos de fornecimento de água e a coleta de esgoto no momento em que cumpre as obrigações de desempenho, conforme define o CPC 47, IFRS 15 (Receita de contrato com cliente). As receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não faturada até o final de cada exercício são estimadas e reconhecidas no contas a receber de clientes e a contrapartida no resultado como receita a faturar.

A receita é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros do contas a receber é reconhecida no resultado conforme efetivamente incorridos e recebidos.

2.23. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.24. Apresentação de Informação por Segmento

Com base no CPC 22, dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações contábeis, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.25. DVA - Demonstração do Valor Adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Pronunciamentos novos ou alterados

3.1. Novas normas e/ou alteradas, em vigor no exercício corrente

As alterações de normas que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício atual.

3.2. Novas normas e/ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A exposição cambial implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivo em moeda estrangeira, decorrentes do financiamento em euro junto à AFD.

A administração da exposição cambial considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem o saldo do passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia contratou operação de *hedge (swap)* em setembro de 2025 para proteção contra tal risco.

A exposição ao risco cambial é assim composta:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Euro	R\$	Euro	R\$
Financiamento - AFD	120.000	780.839	-	-

O quadro a seguir demonstra as cotações e as variações cambiais do período:

	31/12/2025	31/12/2024	Variação
EUR	6,4692	6,4363	0,51%

Em 31 de dezembro de 2025, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10 pontos percentuais, em comparação com o euro, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos custos de captação e dos impostos para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2025 teria sido de R\$ 780.839 (sem saldo no mesmo período de 2024), para mais ou para menos, desconsiderando os efeitos dos instrumentos de proteção (*hedge*) contratado conforme Nota 4.1 (e).

A Companhia entende que eventual cenário de desvalorização seria confortavelmente suportado com a contratação de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de moeda estrangeira para Real (*cross currency*

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

swap), para proteção de seus financiamentos denominados em moeda estrangeira.

ii) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos e as debêntures.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 1.548.260 (R\$ 919.616 em 31 de dezembro de 2024) em empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19) e R\$ 1.134.791 (R\$ 1.548.443 em 31 de dezembro de 2024) em debêntures (Nota Explicativa nº 20), ambos captados a taxa variável de juros (IPCA) e (CDI) distribuídos conforme tabela a seguir:

Banco	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Taxa Contratual (a.a.)
Caixa Econômica Federal	142.521	124.675	TR+9,23%
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	111.496	138.369	Tranche 1: CDI + 1,045%
Banco do Nordeste	513.218	331.057	Tranche 2: CDI + 1,175%
Banco Alfa	-	125.786	(a) CDI + 2,55%
Notas Comerciais	-	33.589	CDI + 2,45%
Banco do Brasil	-	65.737	CDI + 3,40%
Banco ABC	-	100.403	CDI + 2,56%
AFD	781.025	-	EURIBOR 6M +2,43%
Total de empréstimos e financiamentos	1.548.260	919.616	
1ª Emissão - Debêntures 1ª série	-	201.045	CDI + 2,10%
1ª Emissão - Debêntures 2ª série	-	650.745	IPCA + 5,41%
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	271.387	258.754	IPCA + 8,19%
2ª Emissão - Debêntures 2ª série	150.528	150.137	CDI + 2,20%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	172.053	171.653	CDI + 2,50%
2ª Emissão - Debêntures 4ª série	116.357	116.109	CDI + 2,90%
3ª Emissão - Debêntures 1ª série	318.535	-	CDI + 1,37%
3ª Emissão - Debêntures 2ª série	105.931	-	CDI + 1,70%
Total de debêntures	1.134.791	1.548.443	

(a) Taxas contratuais apresentadas na nota explicativa 18 item (ii)

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.1. (d).

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e ativo financeiro contratos de concessão.

Com relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e depósitos vinculados, a Companhia tem como política aplicar seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 5 e 6.

Com relação ao saldo de contas a receber, a Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: particulares, órgãos públicos e serviços indiretos:

- **Particulares** - serviços prestados a clientes pessoas físicas e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais etc.);
- **Órgãos públicos** - serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais e municipais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia;
- **Serviços indiretos** - trata-se de serviços relacionados à ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

A Lei nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que alterou a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, onde são estabelecidas as diretrizes nacionais para o saneamento básico, versa em seu artigo 40, inciso V, parágrafo 2º que a Companhia pode interromper os serviços em decorrência do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, desde que tenha transcorrido 30 dias de uma notificação formal onde são comunicados o débito e a possível paralisação do serviço.

De uma forma geral, a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes pulverizada e sem concentração definida, que abrange praticamente toda a população do estado do Ceará.

Com relação aos ativos financeiros - contratos de concessão, os riscos relativos são considerados bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de ser indenizado ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada, principalmente, de duas formas:

- (i) Uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira; e
- (ii) Outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela Diretoria Colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda às cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da Diretoria.

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto e longo prazo, dependendo da expectativa de gasto dos recursos, visando melhorar a eficiência e rentabilidade das aplicações, por meio de fundo de investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa públicos federais, indexados a CDI/SELIC ou pré-fixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

As linhas de crédito disponíveis para a Companhia referem-se às linhas já utilizadas nos contratos vigentes. Não existem outras linhas de créditos obtidas e não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

▪ Em 31 de dezembro de 2025

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	96.812	90.142	280.075	1.081.231	1.548.260
Fornecedores	360.240	-	-	-	360.240
Incentivo a aposentadoria - PRSP	14.599	21.685	13.203	4.286	53.773
Obrigações com clientes	512	-	-	-	512
Arrendamento mercantil	27.903	13.633	9.208	24.191	74.935
Debêntures	29.705	37.368	240.222	827.496	1.134.791
	529.771	162.828	542.708	1.937.204	3.172.511

▪ Em 31 de dezembro de 2024

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	327.806	128.254	258.782	204.774	919.616
Fornecedores	315.414	112	-	-	315.526
Incentivo a aposentadoria - PRSP	12.562	11.562	6.285	2.717	33.126
Obrigações com clientes	973	-	-	-	973
Arrendamento mercantil	39.227	5.658	5.835	3.735	54.455
Debêntures	150.407	170.628	726.017	501.391	1.548.443
	846.389	316.214	996.919	712.617	2.872.139

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Análise de sensibilidade às taxas de juros

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais instrumentos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável e, portanto, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI, a Companhia considerou como Cenário I a maior taxa entre a CDI e a SELIC. Como em dezembro de 2025, a primeira representou 14,32% a.a. e a segunda 14,90% a.a., portanto, para o cenário I foi considerada a Selic. Os demais cenários, II e III, consideram um decréscimo da cotação em 25% (9,19% a.a.) e 50% (6,13% a.a.), respectivamente.

Para os passivos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos e debêntures, o cenário I considerou a manutenção dos valores das taxas contratuais apresentadas na Nota Explicativa nº 5.1 (a), no subitem ii e os demais cenários, II e III, consideram um acréscimo da taxa dessas taxas em 25% e 50%, respectivamente.

31/12/2025				
Instrumentos financeiros	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro				
Aplicações Financeiras	Redução do indexador	433.322	409.966	396.229
Impacto no resultado		64.565	41.209	27.472
Depósitos Vinculados	Redução do indexador	7.048	6.668	6.445
Impacto no resultado		1.050	670	447
Passivo financeiro				
Empréstimos e financiamentos				
Caixa Econômica Federal	Alta no indexador	142.521	144.292	147.277
Impacto no resultado		13.155	14.926	17.911
Banco do Nordeste	Alta no indexador	513.218	515.629	518.267
Impacto no resultado		10.778	13.189	15.827
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	Alta no indexador	111.496	112.474	116.117
Impacto no resultado		17.239	18.217	21.861
Debêntures				
2ª Emissão - 1ª série (IPCA)	Alta no indexador	271.387	274.705	279.992
Impacto no resultado		23.120	26.438	31.725
2ª Emissão - 2ª série (CDI)	Alta no indexador	150.528	151.610	156.800
Impacto no resultado		24.867	25.949	31.139
2ª Emissão - 3ª série (CDI)	Alta no indexador	172.053	173.203	179.221
Impacto no resultado		28.939	30.090	36.108

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2ª Emissão - 4ª série (CDI)	Alta no indexador	116.357	117.135	121.205
Impacto no resultado		19.571	20.349	24.419
3ª Emissão - 1ª série (CDI)	Alta no indexador	318.535	319.551	320.627
Impacto no resultado		4.364	5.380	6.456
3ª Emissão - 2ª série (CDI)	Alta no indexador	105.931	106.343	106.785
Impacto no resultado		1.801	2.213	2.655

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que tem por finalidade o gerenciamento de riscos financeiros e a mitigação da exposição a variáveis de mercado que impactem ativos, passivos e/ou fluxos de caixa, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas operações da Companhia, a mesma contrata instrumentos de proteção, em especial de seus financiamentos em moeda estrangeira.

Foram estabelecidos critérios e diretrizes de gerenciamento de riscos financeiros visando mitigar os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação, com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira.

A Companhia utiliza a classificação de risco divulgada pela Fitch visando respaldar e complementar a análise e julgamento de risco bancário.

A Companhia contratou operação de proteção, com vigência desde 24 de setembro de 2025, sem caráter especulativo, por intermédio de troca (full swap) do montante em Euro de EURIBOR 6 meses + 2,43% a.a. para 113,05% do CDI a.a. (exponencial 252). Para o primeiro desembolso do financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), que ocorreu em 28/08/2025, com valor de

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

EUR 120.000 foi 100,0% protegida e sem garantias ou chamada de margens.

O Swap foi contratado para mitigar o risco cambial e de taxa de juros do financiamento junto à AFD no valor de € 120.000, cujo crédito foi efetuado via swift em 28/08/2025. A conversão do valor para Reais foi realizada em 02/09/2025 pela taxa de câmbio de partida de R\$ 6,3620/€1 com valor inicial da operação R\$ 763.440. O valor base da operação de swap na data de contratação, 24/09/2025, foi de R\$ 766.003, refletindo o valor nominal do financiamento e os juros acruados no período inicial no valor de € 402 referente ao período de 28/08/2025 (início da exposição) até 24/09/2025 (data de início do swap), que foram incorporados ao valor nocional inicial do financiamento e, consequentemente, ao valor base do swap. Em virtude da proximidade para o pagamento da primeira parcela foi excepcionalmente utilizado Euribor 3M para cálculo dos juros aferidos no período (Euribor 3M + 2,43% a.a.).

Para a referida operação, a Companhia aplicou a política contábil de “*hedge accounting*” devido atender aos critérios de elegibilidade, utilizando as seguintes relações de proteção: (i) “hedge de fluxo de caixa” para dívida em euro .

Os saldos e valor a mercado da operação de swap, na data-base de 31 de dezembro de 2025, conforme extrato do banco contratado (Citi), são apresentados na tabela abaixo:

Agente	Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional	31 de dezembro de 2025		
				Hedge de Fluxo de Caixa		
				Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho / Perda com Instrumento Derivativo - Swap
Citi/AFD	24/09/2025	15/05/2040	780.839	864.676	848.447	16.229

4.2. Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures subtraídos do montante de

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	1.548.260	919.616
Total de debêntures (Nota Explicativa nº 20)	1.134.791	1.548.443
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	(8.127)	(6.781)
Menos: aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7)	(433.322)	(505.134)
Dívida líquida	2.241.602	1.956.144
Total do patrimônio líquido	3.681.182	3.317.678
Total do capital próprio e de terceiros	5.922.784	5.273.822
Índice de alavancagem financeira - %	37,85%	37,41%

4.3. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pela agência internacional de *rating* Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31/12/2025	31/12/2024
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)*	451.857	-
AAA (bra)	2.240	231.541
BBB+(bra)	-	7
AA (bra)	-	305.942
	454.097	537.490

Apresentamos a seguir uma tabela com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)*
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)*
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)*
Banco Santander Brasil S.A.	AAA(bra)*
Banco do Nordeste do Brasil	AAA(bra)*
Banco Citibank S.A	AAA(bra)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

outras aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais ou a intenção de realização são inferiores a três meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	28	6.763
Bancos conta arrecadação	8.099	18
	8.127	6.781

6. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Tipo	Modalidade	Indexador de referência	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	CDI	21	9
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	Renda Fixa	CDI	79.196	71.788
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	Renda Fixa	CDI	89.779	147.742
Banco do Brasil S.A.	BB RF SD DIFERENCIADO	Renda Fixa	CDI	446	23.185
Caixa Econômica Federal	CAIXA FIC GIRO	Renda fixa	CDI	-	61
Banco do Nordeste do Brasil	FUNDO DE INVEST. R.F - CP	CDB	CDI	71	56.586
Banco do Nordeste do Brasil	SOBERANO Renda Fixa	CDB	CDI	49.029	620
Caixa Econômica	INCENTIVA-AP CDB FLX	CDB	CDI	76.315	160.039
Caixa Econômica	APLIC FIC GIRO	Renda Fixa	CDI	-	40.456
Caixa Econômica	FIC CP AUTOMATICO	Renda Fixa	CDI	9	846
Caixa Econômica	FIC GIRO EMPRESAS	Renda Fixa	CDI	-	3.802
Caixa Econômica	CEF RF	Renda Fixa	CDI	23.983	-
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	17.712	-
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	5.541	-
Caixa Econômica	CEF RP CTA MOVIMENTO	Renda Fixa	CDI	90.793	-
Caixa Econômica	CEF RF APLICACAO	Renda Fixa	CDI	427	-
				433.322	505.134

Essas aplicações financeiras se referem aos valores disponíveis em caixa, utilizados pela Companhia para reinvestir na operação, a fim viabilizar a realização de todas as obrigações de universalização, de manutenção e renovação de ativos.

Esses recursos são absolutamente necessários para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos prestados e somente são aplicados em contas de investimento até a conclusão dos respectivos processos de utilização dos mesmos, a fim de que se capitalize para maximizar a sua utilização na operação.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguem os percentuais CDI atrelados a cada aplicação, considerando as rentabilidades mensais:

Banco	Tipo	31 de dezembro de 2025		
		Rentabilidade do fundo	Rentabilidade de CDI	Comparativo
Banco do Brasil S.A.	FIC CORP. 10 MILHÕES	1,2417%	1,2200%	101,7787%
Banco do Brasil S.A.	BB FIXA LP CORP. CRED. PRIV.	1,2467%	1,2200%	102,1885%
Banco do Brasil S.A.	BB CP LP CCP DEB INCENT	1,2467%	1,2200%	102,1885%
Banco do Brasil S.A.	BB RF SIM SD DIFERENCIAD	1,1768%	1,2200%	96,4590%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB-FI CP	1,0096%	1,2200%	82,7541%
Banco do Nordeste do Brasil	BNB SOBERANO FI RENDA FIXA	1,2125%	1,2200%	99,3852%
Caixa Econômica Federal	INCENTIVA-AP CDB FLX.	1,2260%	1,2200%	100,4918%
Caixa Econômica Federal	FIC CP AUTOMATICO	1,0488%	1,2200%	85,9672%
Caixa Econômica Federal	CEF RF	1,1758%	1,2200%	96,3770%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,1758%	1,2200%	96,3770%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,1758%	1,2200%	96,3770%
Caixa Econômica Federal	CEF RP CTAMOVIMENTO	1,1721%	1,2200%	96,0738%
Caixa Econômica Federal	CEF RF APLICAÇÃO	1,2216%	1,2200%	100,1311%

A diferença entre os saldos dos extratos bancários e os valores divulgados em “Aplicações Financeiras” no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 1.082, decorre de bloqueios judiciais de valores que estão reconhecidos na conta “Bloqueios Judiciais” no Balanço Patrimonial, por serem valores que não estão disponíveis para a Companhia, por força de ordens judiciais, mas permanecem nos saldos dos extratos bancários. Os demais bloqueios judiciais no valor de R\$ 111 não estão nos saldos dos extratos bancários e, por isso, não geram diferenças com os de aplicações financeiras divulgados no Balanço Patrimonial.

7. Depósitos vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta vinculada	5.600	6.537
Aplicações financeiras vinculadas	7.048	19.038
	12.648	25.575

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos vinculados estão representados substancialmente pelos recursos recebidos através de convênios firmados, principalmente, com o Governo do Estado do Ceará, para realização dos investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Tais valores são vinculados às respectivas obras e apenas aguardam o fluxo de pagamento.

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Particulares	929.730	811.379
Órgãos públicos	42.461	38.551
Serviços indiretos	80.854	70.965

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Serviços prestados a faturar	179.972	162.367
	<u>1.233.017</u>	<u>1.083.262</u>
Agentes arrecadadores (a)	2.268	4.321
(-) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (b)	(668.972)	(577.487)
	<u>(666.704)</u>	<u>(573.166)</u>
Total contas a receber de clientes circulante	566.313	510.096
Particulares	840	872
Serviços indiretos	223	238
Total contas a receber de clientes não circulante	1.063	1.110
	<u>567.376</u>	<u>511.206</u>

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	421.194	378.570
Vencidos		
1 a 30 dias	79.026	69.526
31 a 60 dias	29.535	27.998
61 a 90 dias	15.504	14.259
91 a 180 dias	40.484	34.540
mais de 181 dias	648.337	559.479
	<u>1.234.080</u>	<u>1.084.372</u>

(a) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na rubrica “Agentes arrecadadores” referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com essas instituições.

(b) Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregados por classes (cliente residencial, comercial, industrial e público). Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, baseando-se na experiência histórica da Administração em relação a arrecadação. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia utilizou uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual, a Companhia considerou o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

A provisão para perdas de crédito estimada apresenta a seguinte movimentação:

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(577.488)	(502.263)
Constituição	(190.282)	(182.771)
PECLD sobre tarifa de contingência (i)		-
Reversão (ii)	98.798	107.547
Saldos finais	(668.972)	(577.487)

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reversão de R\$ 98.798 está representado, principalmente, por recebimentos e renegociações nos montantes de R\$ 25.641 e R\$ 73.157, respectivamente.

9. Depósitos vinculados a garantias

	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Brasil S.A.	5.601	4.897
Caixa Econômica Federal	72.078	64.126
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	34.253	24.253
	111.932	93.276

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a conta reserva no valor de R\$ 5.601 (R\$ 4.897 em 31 de dezembro de 2024), referem-se a saldos de garantias retidas de terceiros. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a essas instituições financeiras.

Dos saldos de depósitos efetuados na Caixa Econômica Federal, os montantes de R\$ 41.360 (R\$ 39.651 em 31 de dezembro de 2024) referem-se ao Contrato de Parceria Pública-Privada (PPP) para a construção e operação da Usina de Dessalinização, que prevê o depósito de valores em forma de garantia. Adicionalmente, o montante de R\$ 26.539 (R\$ 20.815 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a garantia da PPP de esgoto. O saldo de R\$ 4.179 refere-se aos montantes de cauções (R\$ 3.660 em 31 de dezembro de 2024).

O montante total dos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do Brasil S.A. é relativo às garantias dos financiamentos junto a essa instituição, sendo o valor de R\$ 11.450 referente ao primeiro contrato, R\$ 11.585 ao segundo e R\$ 11.218 ao terceiro contrato (R\$ 10.043, R\$ 14.210, sem saldos, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

10. Ativos financeiros - contratos de concessão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a nota técnica 274 de 24 de julho de 2020, emitida pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE, o sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário apresenta-se em ciclos tarifários de 4 anos, sendo 3 de reajustes e 1 de revisão.

A base dos reajustes/revisões tarifárias é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados, como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final das concessões é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 22.904 (R\$ 7.276 em 31 de dezembro de 2024) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

O saldo de ativo financeiro foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pela taxa média ponderada de custo de capital - WACC, atrelado ao respectivo contas a receber, a qual em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou WACC a taxa de 13,50% a.a. para mensurar do ativo financeiro indenizável de concessão, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05. A receita por atualização do ativo financeiro no período findo em 31 de dezembro de 2025 é uma receita R\$ 11.363 (receita de R\$ 638 no mesmo período de 2024).

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/12/2025
Ativo financeiro	7.947	4.550	12.831	25.328
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(671)	(285)	(1.468)	(2.424)
	7.276	4.265	11.363	22.904

	31/12/2023	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	31/12/2024
Ativo financeiro	4.830	2.421	696	7.947
(-) Obrig. Especiais - Ativo financeiro	(368)	(245)	(58)	(671)
	4.462	2.176	638	7.276

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa WACC utilizada para trazer a valor presente o ativo financeiro foi de 13,50%.

As concessões da Companhia, com exceção do Município de Fortaleza, não são onerosas, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Para o Município de Fortaleza, a Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto do Município.

Os valores dos ativos financeiros de concessão são adicionados aos valores do intangível, para fins de controle patrimonial (inventário físico). A segregação dos investimentos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível é realizada em atendimento ao disposto na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão e em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

11. Estoques de materiais

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado Administrativo (a)	1.824	1.578
Almoxarifado Técnico (b)	29.868	36.847
(-) Prv P/ Red Vlr Mercado	(197)	(196)
(-) Prv P/ Perdas	(57)	(32)
Materiais Em Poder De Terceiros	2.089	96
Total Estoque (Ativo Circulante)	33.527	38.293

Sendo assim, o total do inventário de materiais da Companhia é composto pelo somatório dos saldos de materiais administrativos e técnicos, divulgados nos itens a e b do quadro acima, adicionado do saldo de materiais para investimentos, divulgado na linha de Materiais para investimentos - Estoque de obras, do quadro da nota explicativa 14 perfazendo o montante de R\$ 203.212.

12. Investimento

	31/12/2025	31/12/2024
VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. (a)	13.243	18.342
Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. (b)	2.618	1.927
Sane Energia S.A. (c)	6.075	1.627
	21.936	21.896

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

A VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. foi constituída em 29 de janeiro de 2020 em conjunto com a Vicunha Serviços Ltda. A investida tem como atividade a prestação de serviços privados de coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, bem como a produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável. Conforme instrumento particular de contrato de associação e outras avenças, a Companhia detém 49% de ações ordinárias e a Vicunha detém 51% das ações ordinárias da VSA. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(b) Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.

A Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A. foi constituída em 08 de janeiro de 2014 em conjunto com a Pb Construções Ltda. A investida apresenta como atividade principal a projeção, implantação e prestação de serviços de tratamento e fornecimento de Água Industrial, coleta, tratamento e disposição de esgoto industrial e de resíduos sólidos industriais, e/ou tratamento complementares e negócios conexos relacionados a utilidades industriais no Complexo Industrial e Portuário do Pecém no Estado do Ceará. A Cagece detém 15% de ações ordinárias nominativas e a PB Construções detém 85% das ações ordinárias nominativas da Utilitas Pecém. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

(c) Sane Energia S.A.

A Sane Energia S.A. foi constituída em 29 de março de 2023 em conjunto com a Goener Participações S/A. A investida apresenta como objetivo a geração e distribuição de energia, gestão de utilidades e eficiência energética, visando introduzir a Companhia no mercado de energia elétrica, na condição de geradora de energia a partir de matrizes renováveis tanto para seu autoconsumo, quanto para fornecimento de energia à sua base de clientes, bem como intensificar as práticas de ESG da Companhia, atendendo também à sua própria Política Ambiental. A Cagece detém 15% das ações ordinárias nominativas e a Goener Participações S/A detém 85% das ações ordinárias nominativas da Sane Energia. Cada ação dá direito a 1 voto nas deliberações das assembleias, não tendo a Cagece, portanto, controle sobre a investida.

Seguem informações das Empresas, em 31 de dezembro de 2025:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.
Ativo	65.839	18.996	34.822
Passivo	38.811	1.545	437
Patrimônio líquido	31.433	10.087	34.065
Resultado	(4.405)	7.364	320

Segue a movimentação dos investimentos, do período:

	VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.	Utilitas Pecém - Utilidades Industriais do Pecém S.A.	SANE Energia S.A.	Total
Saldo em 31/12/2024	18.342	1.927	1.627	21.896
Aporte de capital	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.159)	691	48	(1.420)
Outras mutações	(2.940)	-	4.400	1.460
Saldo em 31/12/2025	13.243	2.618	6.075	21.936

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31/12/2023	19.960	795	565	21.320
Aporte de capital	-	-	639	639
Resultado de equivalência patrimonial	(1.618)	1.132	(24)	(510)
Outras mutações	-	-	447	447
Saldo em 31/12/2024	<u>18.342</u>	<u>1.927</u>	<u>1.627</u>	<u>21.896</u>

13. Imobilizado

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado administrativo				
Ativo de arrendamento	226.315	(157.354)	68.961	42.822
Edificações	35.467	(10.621)	24.846	25.889
Computadores e periféricos	28.742	(18.319)	10.423	10.372
Máquinas e equipamentos	29.355	(10.045)	19.310	16.435
Terrenos	14.249	-	14.249	14.249
Móveis e utensílios	18.529	(9.717)	8.812	7.172
Instalações	1.000	(445)	555	641
Veículos	8.070	(6.018)	2.052	2.735
Ferramentas	259	(168)	91	71
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.353	(776)	1.577	1.649
	<u>364.339</u>	<u>(213.463)</u>	<u>150.876</u>	<u>122.035</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2025
Ativo de arrendamento	42.822	53.448	(9.791)	-	(17.518)	68.961
Edificações	25.889	-	-	305	(1.348)	24.846
Computadores e periféricos	10.372	1677	(103)	2.029	(3.552)	10.423
Máquinas e equipamentos	16.435	223	(490)	5.401	(2.259)	19.310
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	7.172	17	(51)	2.658	(984)	8.812
Instalações	641	-	-	-	(86)	555
Veículos	2.735	-	-	42	(725)	2.052
Ferramentas	71	5	(1)	39	(23)	91
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.649	-	145	-	(217)	1.577
	122.035	55.370	(10.291)	10.474	(26.712)	150.876

	31/12/2023	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2024
Ativo de arrendamento	81.515	9.019	(12.855)	-	(34.857)	42.822
Edificações	18.161	-	-	8.654	(926)	25.889
Computadores e periféricos	10.398	811	(1)	2.459	(3.295)	10.372
Máquinas e equipamentos	8.798	2.059	(56)	7.260	(1.626)	16.435
Terrenos	14.249	-	-	-	-	14.249
Móveis e utensílios	6.835	78	(1)	1.272	(1.012)	7.172
Instalações	734	1	-	-	(94)	641
Veículos	1.597	1.254	-	588	(704)	2.735
Ferramentas	41	8	(2)	44	(20)	71
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.870	5	(5)	-	(221)	1.649
	144.198	13.235	(12.920)	20.277	(42.755)	122.035

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, demonstramos a vida útil de cada grupo de ativos.

	Vida útil (anos)
Computadores e periféricos	5 a 10
Edificações	20 a 50
Ferramentas	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	10 a 14
Instalações	10
Veículos	5 a 12
Ativo de arrendamento	Prazo do contrato
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Prazo do contrato

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Os ativos que são objeto de operações de arrendamento (direito de uso) através de contrato que transfere o direito de usar um ativo por um período de tempo, em troca de contraprestação, são reconhecidos no imobilizado, por força da aplicação da norma contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esses ativos não estão contemplados no inventário de bens imobilizados da Companhia e são controlados por meio dos contratos.

O total dos estoques físicos de bens móveis da Companhia é composto pelo somatório dos saldos das contas: Computadores e periféricos, Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos e Ferramentas, e; de bens imóveis, pelo somatório dos saldos das contas: Edificações, Terrenos, Instalações e Benfeitorias em imóveis de terceiros.

14. Ativo de contrato

	31/12/2024	Adição (b)	Baixa	Transferências	31/12/2025
Contratos de concessão	1.638.695	769.001	-	(454.361)	1.953.335
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(112.790)	(6.199)	-	32.228	(86.761)
Materiais para investimentos - Estoque de obras(a)	168.390	135.261	(35.402)	(96.730)	171.519
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (a)	(14.653)	-	-	14.653	-
Materiais em processo e provisões - estoque de obras (a)	(597)	1.493	8	(1.493)	(589)
	1.679.045	899.556	(35.394)	(505.703)	2.037.504
	31/12/2023	Adição (b)	Baixa	Transferências	31/12/2024
Contratos de concessão	1.260.759	891.293	(606)	(512.751)	1.638.695
(-) Obrig especiais - Intangível em andamento	(146.710)	(24.895)	-	58.815	(112.790)
Materiais para investimentos - Estoque de obras (a)	194.922	90.546	(32.719)	(84.359)	168.390
(-) Obrig Especiais - Estoque de obras (a)	(14.653)	-	-	-	(14.653)
Materiais em processo e provisões - estoque de obras (a)	(732)	1.827	296	(1.988)	(597)
	1.293.586	958.771	(33.029)	(540.283)	1.679.045

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) A composição destes montantes apresenta o saldo líquido do Estoque de obra.

(b) Adição

	2025	2024
Contratos de expansão	82.841	55.776
Contratos de obras	592.301	719.963
Obrigações especiais	(6.199)	(24.895)
Estoques de obras	135.261	92.373
Outras adições	95.352	115.554
	899.556	958.771

As adições ao ativo de contrato estão representadas substancialmente pelas aquisições de materiais, de janeiro a dezembro de 2025 representaram R\$ 135.261 (R\$ 92.373 no mesmo período de 2024), pelos custos de serviço das expansões e execuções de obras, sendo as principais as que seguem:

- (i) Serviços de Substituição de Rede de Distribuição, Ramais de Ligação e Adutoras de Água Tratada em Cimento Amianto e com Vida Útil Comprometida nas Unidades de Negócio do Interior (Etapa I);
- (ii) Ampliação do sistema de esgotamento sanitário das sub-bacias CE- 07, CE-08, CE-09 e Estação de Tratamento de Esgoto Cocó, em Fortaleza-CE;
- (iii) Ampliação do sistema integrado de abastecimento de água tratada das cidades de Horizonte, Pacajus e Chorozinho, incluindo também os distritos de Queimadas (Horizonte) e Triângulo (Chorozinho), no Estado do Ceará;
- (iv) Execução de Melhorias, Ampliação e Implantação de Distrito de Medição de Controle.
- (v) Serviço de Reabilitação de Rede de Esgoto, Por Mét. Não Dest. (MND) - CIPP por Cura Ultravioleta (UV) do Interceptor Leste (I.L);

15. Intangível

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Concessão - água e esgoto	4.904.273	(1.761.310)	3.142.963	3.015.968
(-) Obrig. especiais - Concessão - água e esgoto	(557.185)	150.119	(407.066)	(410.201)
Concessão - PPP	2.366.350	(527.744)	1.838.606	1.334.546
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(162.691)	37.376	(125.315)	(114.380)
	6.550.747	(2.101.559)	4.449.188	3.825.933

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

**Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Softwares	73.883	(19.782)	54.101	39.235
Outorga - município de Maracanaú	10.000	(2.580)	7.420	7.752
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(1.665)	735	807
Outorga - município de Frecheirinha	226	(151)	75	85
	86.509	(24.178)	62.331	47.879
	6.637.256	(2.125.737)	4.511.519	3.873.812

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2024	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/12/2025
Concessão - água e esgoto	3.015.968	710	(6.343)	342.189	(210.524)	963	3.142.963
(-) Obrig. especiais - Concessão - água e esgoto	(410.201)	-	832	(26.449)	28.559	193	(407.066)
Concessão - PPP	1.334.546	377.554	(3.866)	200.290	(64.006)	(5.912)	1.838.606
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(114.380)	(11)	-	(20.885)	9.470	491	(125.315)
Softwares	39.235	17.879	(13)	84	(3.084)	-	54.101
Outorga - município de Maracanaú	7.752	-	-	-	(332)	-	7.420
Outorga - município de Juazeiro do Norte	807	-	-	-	(72)	-	735
Outorga - município de Frecheirinha	85	-	-	-	(10)	-	75
	3.873.812	396.132	(9.390)	495.229	(239.999)	(4.265)	4.511.519

	31/12/2023	Adições	Baixa	Transferência	Amortização	Ativo financeiro (adições e baixas)	31/12/2024
Concessão - água e esgoto	2.854.664	10.889	(3.848)	345.840	(189.368)	(2.209)	3.015.968
(-) Obrig. especiais - Concessão - água e esgoto	(398.586)	(70)	1.909	(40.541)	26.861	226	(410.201)
Concessão - PPP	851.526	303.996	(4.835)	231.066	(46.993)	(214)	1.334.546
(-) Obrig especiais - Concessão - PPP	(100.204)	-	-	(18.195)	3.998	21	(114.380)
Softwares	23.359	17.188	-	1.836	(3.148)	-	39.235
Outorga - município de Maracanaú	8.085	-	-	-	(333)	-	7.752
Outorga - município de Juazeiro do Norte	880	-	-	-	(73)	-	807
Outorga - município de Frecheirinha	94	-	-	-	(9)	-	85
	3.239.818	332.003	(6.774)	520.006	(209.065)	(2.176)	3.873.812

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 10.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso, foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em atendimento ao item 79 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

(a) Parceria público-privada

No dia 14 de julho de 2022, a Companhia publicou o Edital da Concorrência Pública Internacional para a celebração de uma Parceria Público-Privada (PPP) visando a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará em 24 municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Segue listagem dos municípios que estão abrangidos pelo edital:

Bloco 1: Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Barbalha, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri;

Bloco 2: Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

No dia 27 de setembro de 2022 foi realizado leilão na B3 para a Concorrência Pública nº 2022002 (“Licitação”), que teve por objeto a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará e a Empresa arrematante do leilão com a melhor proposta para os dois Blocos foi a Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”).

Para assinar os contratos e atender os requisitos do Edital, a Aegea Saneamento e Participações S.A., criou duas Sociedades de Propósito Específico-SPE, uma para cada bloco.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 02 de fevereiro de 2023, foi homologado o contrato com a empresa Ambiental Ceará 1 SPE S.A, relativo ao bloco 1 no valor total de R\$ 7.651.999, um valor que obteve desconto de 27,92% em relação ao lance inicial.

Em 15 de maio de 2023, foi homologado o contrato relativo ao Bloco 2. O valor total do contrato assinado com a Ambiental Ceará 2 SPE S.A. é de R\$ 11.375.999, tendo alcançado um desconto de 37,86% em relação ao valor inicialmente proposto.

O período de operação assistida para os municípios do bloco 1 foi encerrado em 30 de maio de 2023, quando foi assinado o Termo de Transferência do Sistema, passando a Ambiental Ceará 1 SPE S.A. a operar os sistemas de esgotamento sanitário nos 17 municípios do Bloco. Já o período de operação assistida da Ambiental Ceará 2 SPE S.A encerrou em 14 de setembro de 2023, com a assinatura do Termo de Transferência do Sistema e operação definitiva dos sistemas de esgotamento sanitário nos 7 municípios do Bloco 2.

Consequentemente, os bens intangíveis relacionados a concessão de esgotamento sanitário dos municípios dos blocos 1 e 2 foram transferidos.

No Bloco 1, a Ambiental Ceará 1 SPE S.A. até dezembro de 2025 concluiu e disponibilizou para operação investimentos no montante de R\$ 559.560, nos 17 municípios que compõem o Bloco 1.

No Bloco 2, a Ambiental Ceará 2 SPE S.A. até dezembro de 2025 concluiu e disponibilizou para operação investimentos no montante de R\$ R\$ 120.460 nos 7 municípios que compõem o Bloco 2.

As “Obrigações especiais” representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor (não cobrada por meio de tarifas), das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos vinculados à concessão, em atendimento ao item 79 da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essas obrigações especiais não são contempladas no valor dos bens para fins de controle patrimonial (inventário físico).

16. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços e locações	242.717	199.618
Material	50.623	44.706
Obras	44.919	65.399
Outros	21.981	5.803
Saldo final	360.240	315.526
Circulante	360.240	315.414
Não circulante	-	112

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de fornecedores referem-se às contas a pagar para os fornecedores de obras, materiais ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

O principal saldo de fornecedores é relativo a serviços e locações. Em 31 de dezembro de 2025, estes podem ser divididos em serviços de terceirização de mão de obra no total de R\$ 60.431 (R\$ 63.059 em 31 de dezembro de 2024), demais serviços e locações no montante de R\$ 182.286 (R\$ 136.559 em 31 de dezembro de 2024).

17. Passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	27.903	39.227
Não circulante	47.032	15.228

Os passivos de arrendamento apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	54.455	87.286
Acréscimo	53.448	9.019
Amortizações (principal e juros)	(26.381)	(34.755)
Baixas	(9.791)	(12.855)
Juros incorridos	3.204	5.760
Saldo final	74.935	54.455

Os principais contratos de arrendamento são decorrentes de contratos de locação de veículos para atendimento a frota da Companhia em todo o Estado e aluguel de central geradora de energia solar, com vencimento em janeiro de 2028 e novembro de 2040 respectivamente. Com saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 29.620 para locação de veículos e R\$ 29.086 para locação de geradores de energia solar.

18. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional		
Caixa Econômica Federal (i)	142.521	124.675
Banco do Nordeste (ii)	513.218	331.057
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (iii)	111.496	138.369
Banco Alfa (iv)	-	125.786
Notas Comerciais (v)	-	33.589
Banco do Brasil (vi)	-	65.737
Banco ABC (vii)	-	100.403
AFD (xiii)	781.025	-
	1.548.260	919.616
Circulante	96.812	327.806
Não circulante	1.451.448	591.810

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Caixa Econômica Federal

Em 31 de dezembro de 2025, existiam 21 contratos vigentes com a Caixa, divididos da seguinte forma:

- (a) 14 contratos destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e elaboração de estudos e projetos. Sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de TR + 9,23% a.a., com o pagamento da última parcela previsto para 2032. Foram oferecidas como garantias as arrecadações decorrentes da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondentes a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.
- (b) 7 contratos relativos ao projeto Avançar, destinados à execução de obras e serviços em diversos municípios, com interveniência do Estado do Ceará no âmbito do programa saneamento para todos. As liberações do quarto trimestre de 2025 referentes a esses contratos somou R\$13.778.
- (c) Dos 21 contratos vigentes com a Caixa Econômica Federal, 7 apresentam dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, a obrigatoriedade da manutenção dos seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Contrato	Índice	Meta	Apuração
CEF	EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,5	Trimestral
	Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,00	Trimestral
	Outras Dívidas Onerosas/EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 1,00	Trimestral

Em 01 de março de 2024 foi recebida a autorização para que sejam observados os seguintes limites do índice de Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado para os respectivos trimestres a seguir:

- Igual ou inferior a 4,0 (quatro), apurado trimestralmente, no período de 4T23 e 2024;
- igual ou inferior a 3,50 (três e meio), apurado trimestralmente, no período de 2025 e 2026;
- igual ou inferior a 3,00 (três), apurado trimestralmente, a partir de 2027.

(ii) Banco do Nordeste do Brasil - BNB

São recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) destinados à ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água e Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Atualmente, a Companhia possui três contratos junto ao BNB. O primeiro (BNB I) foi assinado em 29 de junho 2018 e refere-se aos municípios de Fortaleza, Maracanaú e Pacoti. O valor do financiamento é de R\$ 164.735. Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 2,0766% a.a. A taxa de juros relativa, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficou em IPCA adicionado a 1,77% a.a. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em setembro/2019.

O segundo contrato (BNB II) foi assinado em 27 de agosto de 2020 e refere-se aos municípios

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Eusébio, Fortaleza, Itapipoca e Juazeiro do Norte, além de objetivar também a construção da sede da unidade de negócio de Ibiapina, modernização da gestão dos prestadores de serviço, apoio institucional ao desenvolvimento de projeto no setor de saneamento básico e modernização e manutenção de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário. O valor total do financiamento é de R\$ 219.611.

Sobre o valor devido incide Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 0,7928% a.a. para o valor de R\$ 73.638 e 0,969% para o valor de R\$ 145.973. As taxas de juros relativas, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficaram em IPCA adicionado a 0,67% a.a e 0,82% a.a, respectivamente. Os desembolsos relativos ao referido contrato iniciaram em Outubro/2022.

O terceiro contrato do BNB (BNBIII) foi assinado em 24 de fevereiro de 2025 no valor de R\$ 334.863 a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O contrato refere-se a Ampliação do SIAA dos municípios de Horizonte Pacajus e Chorozinho, Substituição do coletor tronco de esgoto da Avenida Eduardo Girão, Implantação do Sistema de esgotamento Sanitário de Prainha, Aquisição de estação de tratamento de água móveis, Aquisição de Hidrômetros, Ampliação SES de Fortaleza Sub bacias CE 7, 8 e 9 / ETE Cocó.

Sobre o valor devido incidirá Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) formada a partir da variação do IPCA, com Juros Básicos Fixos (JBF), formado por sua vez pela parcela prefixada da TLP, do Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR) e fatores de programa e bônus de adimplência. O Juros Básico Fixo - (JBF) constante no contrato é de 3,272% a.a para o valor de R\$ 44.461 e 3,9992% a.a. para o valor de R\$ 290.402. As taxas de juros relativas, considerando o bônus de adimplência de 85% dos juros fixos, ficaram em IPCA adicionado a 2,7812% a.a e 3,3993% a.a, respectivamente. Durante o quarto trimestre não houve liberação de recursos relativos ao referido contrato.

(iii) Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR - II, que têm por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% desse valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de cinco anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais, com vencimentos nos meses de abril e outubro. O projeto já foi concluído e encontra-se em fase de amortização.

No dia 03 de agosto de 2022, a Companhia concluiu o processo de conversão de moeda junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O saldo devedor da dívida que somava US\$ 38.474 foi convertido a reais. A operação continua com vencimento em outubro de 2029. O câmbio utilizando na operação foi de R\$ 5,282, fixando o valor da dívida, em reais, na data da operação, em R\$ 203.219.

Foram mantidas as duas tranches, sendo a primeira de montante total R\$ 151.455 indexada a CDI + 1,045% a.a. e a segunda, no valor de R\$ 51.764 indexada a CDI + 1,175% a.a. As amortizações continuam sendo realizadas semestralmente.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Banco Alfa de Investimentos S.A.

Em 13 de Dezembro de 2023 a Companhia firmou junto ao Banco Alfa de investimento S.A. a contratação de uma Cédula de Crédito Bancário. O valor da transação contratada foi de R\$ 125.000, com taxa de Juros 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 2,55% a.a., base de 360 dias, com carência de doze meses dos juros para posterior pagamento mensal, ao passo que o principal será amortizado em três parcelas iguais semestrais.

Os recursos obtidos pela Companhia por meio da integralização da Cédula de Crédito Bancário, estão sendo destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Companhia.

Em 13/12/2024, houve repactuação do contrato referente à cédula de crédito bancário, onde foi renegociado a forma de pagamento da amortização, sendo as parcelas postergadas para 13/06/2025 e 13/12/2025.

Em 07/08/2025 houve a liquidação antecipada do referido contrato pelo valor de R\$ 63.229.

(v) Notas Comerciais

A primeira emissão de Notas Comerciais da Companhia foi integralizada em 18 de maio de 2023.

Foram emitidos um total de 100.000 títulos de valor nominal na data da emissão de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 100.000, com remuneração em 100% da “Taxa DI over extra grupo” acrescida de spread de 2,45% a.a.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da referida operação foram destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Companhia.

O pagamento dos juros foi realizado em base mensal desde 10 de maio de 2024, enquanto a amortização de principal foi pactuada em base semestral, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Data	Percentual Amortizado do Saldo Devedor
1ª	10/05/2024	33,3333%
2ª	10/11/2024	50,0000%
3ª	10/05/2025	100,0000%

Cumprindo o cronograma de pagamento a última parcela das Notas Comerciais foi liquidada em maio de 2025.

(vi) Banco do Brasil

Diante dos desafios impostos pelo Novo Marco Legal, a Cagece segue com a execução de seu plano de investimentos vinculado ao atingimento de metas de cobertura e melhoria de eficiência operacional, que requerem recursos financeiros para atendimento das referidas necessidades de Capex, assim como das atividades operacionais, para permitir a continuidade da prestação dos SAA e SES e da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diante do cenário projetado, fez-se necessário a decisão de alongamento do perfil de dívidas de curto prazo ao final de 2023 a partir de proposta de captação de recursos através de modalidade capital de giro e CCB (Cédula de Crédito Bancário).

Em decorrência, foi aprovada captação de recursos via operação de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor total de R\$ 60.000, dos quais R\$ 20.000 contratados em 28/03/2024 e 40.000 contratados em 26/04/2024, ambos a uma taxa de CDI + 3,40% a.a., para um prazo de 12 meses, pagamento bullet (juros e principal no vencimento).

Os recursos foram utilizados para pagamento da primeira parcela das Notas Comerciais no valor aproximado de R\$ 47,16 milhões e de juros da parcela de Cédula de Crédito Bancário (CCB) celebrada com o Banco Votorantim no total de R\$ 14,02 milhões.

Em 26/04/2025 foi realizado o pagamento referente ao segundo contrato junto ao Banco do Brasil, no valor total de R\$ 46.028, sendo R\$ 40.000 de amortização e R\$ 6.028 de juros.

Diante do cenário projetado, foi firmado um novo contrato com o objetivo de alongar o perfil das dívidas de curto prazo. Para isso, optou-se pela captação de recursos por meio das modalidades de capital de giro e Cédula de Crédito Bancário (CCB).

Em decorrência, foi aprovada captação de recursos via operação de capital de giro junto ao Banco do Brasil, no valor total de R\$ 54.000 contratados em 25/04/2025, com taxa de CDI + 2,40% a.a., para um prazo de 12 meses, pagamento bullet (juros e principal no vencimento).

Em 07/08/2025 essa operação foi liquidada pelo valor de R\$ 56.367.

(vii) Banco ABC

Devido aos atrasos nas liberações dos recursos referentes à terceira captação junto ao BNB (BNBIII) e do aporte de capital do acionista Estado do Ceará, decorrente da celebração de contrato de financiamento entre o Governo do Estado do Ceará e o BNDES, que somados reforçariam o caixa em aproximadamente R\$ 170 milhões ao final de 2024, e considerando que a expectativa de liberação só deverá ocorrer após o final do primeiro trimestre de 2025, foi aprovada uma captação de curto prazo no total de R\$ 100 milhões junto ao Banco ABC, para alongamento do perfil da dívida, possibilitando também a manutenção de caixa mínimo acima de 3% da Receita Líquida, fluxo de investimentos necessário para atendimento das metas de universalização e/ou melhorias operacionais, bem como evitar atraso no pagamento de fornecedores.

A operação foi contratada em 19 de dezembro de 2024, com prazo total de 24 meses, com parcelas de amortização de principal em 3 parcelas (12º, 18º e 24º mês, respectivamente) e pagamento de juros pactuados a CDI + 2,56% a.a. em parcelas mensais após o período de carência de 12 meses.

Os recursos foram utilizados para pagamento da segunda parcela da primeira série da primeira emissão de debêntures (CAEC11) e quitação da primeira operação contratada junto ao Banco do Brasil mencionada anteriormente.

Em 07/08/2025 essa operação foi liquidada pelo valor de R\$ 110.182.

(viii) Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 14 de agosto de 2024, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) firmou um Contrato de Abertura de Linha de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no valor de EUR 200.000.

O financiamento prevê o desembolso total em três tranches: A primeira parcela, no montante de EUR 120.000, foi recebida em 28/08/2025 e utilizada para o alongamento do perfil da dívida, com a quitação da primeira emissão de debêntures. As tranches remanescentes, de EUR 40.000 cada, possuem previsão de desembolso para os exercícios de 2026 e 2027. O prazo total da operação é de 15 anos, com carência de 5 anos.

Para o valor de EUR 120.000, foi estabelecida uma taxa de juros flutuante, calculada com base na Euribor 6 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias. Contudo, em virtude do prazo inferior a 6 meses entre o início da operação e o primeiro vencimento em 17/11/2025, os juros referentes a esse período serão corrigidos com base na Euribor 3 meses + 2,43%, com base de cálculo de 360 dias.

Serão considerados no fluxo de caixa pagamentos semestrais de juros durante o período de carência, em 10 parcelas, e 20 parcelas semestrais de juros e principal no período de amortização, sendo: Primeira parcela de juros devida em 17 de novembro de 2025 e primeira parcela do principal devida em 15 de novembro de 2030. As últimas parcelas de juros e principal são devidas em 15 de maio de 2040. A contratação possui *floor* de 0,25% a.a. como valor mínimo de taxa, considerando a soma Euribor 6M + 2,43% a.a.

Para o primeiro desembolso que ocorreu em 28/08/2025 com valor de EUR 120.000, comentado anteriormente, foi contratada uma operação de *Full Swap* de Moeda (EUR x BRL) em 24/09/2025, com vencimento em 15/05/2040, com o objetivo de mitigar o risco cambial e de taxa de juros do financiamento. Nessa operação, a Companhia troca a exposição em Euribor 6 meses + 2,43% a.a. (ponta ativa do financiamento) para 113,05% do CDI a.a. (ponta passiva do *swap*).

O respectivo contrato apresenta dentre outros requisitos previstos, a obrigatoriedade da manutenção dos seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

Índice	Meta	Apuração
EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,50	Trimestral
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Igual ou menor que 3,50	Trimestral
Ativo Circulante/Passivo Circulante	Igual ou maior que 1,00	Trimestral

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	919.616	1.002.439
Novas liberações	1.148.781	480.472
Amortizações de principal (a)	(560.406)	(546.107)
Pagamento de juros (a)	(75.905)	(112.809)
Juros e variações monetárias	96.909	73.665
Transferências intangível - Juros capitalizados	6.148	21.956
Variação cambial	13.117	-
Saldos finais	1.548.260	919.616

(a) Em dezembro de 2024, foi realizada uma captação de recursos no valor de R\$ 100.000, proveniente da liberação de empréstimo do banco ABC. Parte

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

desse montante foi utilizada para amortização de dívida com o Banco do Brasil, sendo R\$ 20.000 referentes ao principal e R\$ 1.939 aos juros, durante o primeiro trimestre de 2025.

Durante o segundo trimestre de 2025, foram realizadas novas captações de R\$ 54.000 junto ao Banco do Brasil. Os recursos captados foram utilizados para amortizar R\$ 40.000 do saldo de empréstimos com o Banco do Brasil, R\$ 33.333 relativos à amortização de dívida com Notas Comerciais e R\$ 64.069 destinados à amortização do saldo de empréstimos junto ao Banco Alfa.

Durante o terceiro trimestre de 2025, foram realizadas novas captações com valor de R\$ 400.000 através da 3ª emissão de debêntures. Parte desse montante foi utilizado para amortização de dívida com:

- (i) Banco do Brasil, sendo R\$ 54.000 referentes ao principal e R\$ 2.367 aos juros;
- (ii) Banco ABC, sendo R\$ 100.000 referentes ao principal e R\$ 10.182 aos juros;
- (iii) Banco Alfa, sendo R\$ 62.500 referentes ao principal e R\$ 729 aos juros.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Entre 1 e 2 anos	90.142	128.254
Entre 2 e 3 anos	89.995	86.457
Entre 3 e 4 anos	89.643	86.322
Entre 4 e 5 anos	100.437	86.003
Entre 5 e 6 anos	123.600	54.213
Entre 6 e 7 anos	118.446	35.534
Entre 7 e 8 anos	111.757	30.572
Entre 8 e 9 anos	91.026	28.123
Entre 9 e 10 anos	91.026	28.124
Acima de 10 anos	545.376	28.208
	1.451.448	591.810

19. Debêntures

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª emissão 1ª série	-	195.000
Debêntures 1ª emissão 2ª série	-	645.653
Debêntures 2ª emissão 1ª série	279.154	267.474
Debêntures 2ª emissão 2ª série	150.000	150.000
Debêntures 2ª emissão 3ª série	171.500	171.500
Debêntures 2ª emissão 4ª série	116.000	116.000
Debêntures 3ª emissão 1ª série	300.000	-
Debêntures 3ª emissão 2ª série	100.000	-
Juros 1ª emissão	-	17.143
Juros 2ª emissão	4.096	3.263
Juros 3ª emissão	25.608	-
	1.146.358	1.566.033
Gastos iniciais da 1ª Emissão da transação 1ª série	-	(1.176)
Gastos iniciais da 1ª Emissão da transação 2ª série	-	(4.830)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 2ª série	(9.255)	(10.234)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 3ª série	(676)	(798)
Gastos iniciais da 2ª Emissão da transação 4ª série	(494)	(552)
Gastos iniciais da 3ª Emissão da transação 1ª série	(566)	-
Gastos iniciais da 3ª Emissão da transação 2ª série	(576)	-
	(11.567)	(17.590)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1.134.791	1.548.443
Circulante	29.705	150.407
Não circulante	1.105.086	1.398.036

(i) Primeira emissão de debêntures

No dia 08 de março de 2021, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a realização da 1ª (primeira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 160 (que revogou e substituiu a CVM 476), do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de março de 2021 e foi liquidada dia 07 de abril de 2021.

Foram emitidas um total de 775.990 debêntures de valor nominal na data da emissão de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 775.990, sendo R\$ 260.000 para a Primeira Série, com remuneração em 100% da “Taxa DI over extra grupo” acrescida de spread de 2,10% a.a. e vencimento em 15 de março de 2026; e R\$ 515.990 para a Segunda Série com remuneração prefixada de IPCA + 5,4058% (cinco inteiros, quatro mil e cinquenta e oito décimos de milésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de março de 2029.

O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado monetariamente, ao passo que o da segunda será atualizado mensalmente, a partir da data da primeira integralização das debêntures da segunda série, pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Atualização Monetária, respectivamente, sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário.

A amortização dos juros das duas séries ocorre semestralmente, estando prevista a próxima para 15 de setembro de 2025. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual Amortizado do Saldo Devedor
1ª	1ª	15/09/2024	25%
2ª	1ª	15/03/2025	33%
3ª	1ª	15/09/2025	50%
4ª	1ª	15/03/2026	100%
1ª	2ª	15/09/2026	17%
2ª	2ª	15/03/2027	20%
3ª	2ª	15/09/2027	25%
4ª	2ª	15/03/2028	33%
5ª	2ª	15/09/2028	50%
6ª	2ª	15/03/2029	100%

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures da primeira série, devem ser destinados a investimentos e/ou contrapartidas de dívidas, reembolso de gastos e despesas relacionadas a investimentos e reforços da reserva de liquidez da Emissora.

Mesmo que a liquidação desta emissão de debênture estivesse prevista para 15 de março de 2029, no dia 15 de setembro de 2025 a Companhia realizou o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da sua 1ª (primeira) emissão. As debêntures foram canceladas pela Companhia após a conclusão do resgate.

(ii) Segunda emissão de debêntures

No dia 15 de junho de 2024, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia, a aprovação da 2ª (segunda) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em quatro séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão ocorreu dia 15 de junho de 2024 e foi liquidada dia 09 de julho de 2024.

Foram emitidas um total de 699.500 debêntures de valor nominal na data da emissão de R\$ 1.000 (um mil reais), totalizando R\$ 699.500, em quatro séries, sendo:

- (i) R\$ 262.000 para a Primeira Série, com remuneração de IPCA + 8,1891% ao ano e vencimento em 15 de junho de 2036;
- (ii) R\$ 150.000 para a Segunda Série, com remuneração de CDI + 2,20% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2029;
- (iii) R\$ 171.500 para a Terceira Série, com remuneração de CDI + 2,50% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2031; e
- (iv) R\$ 116.000 para a Quarta Série com remuneração de CDI + 2,90% a.a. e vencimento em 15 de junho de 2034.

Os recursos da primeira série serão utilizados nos investimentos previstos na Portaria MCID Nº 1657, expedida em 22 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2023.

Já os recursos referentes à segunda, terceira e quarta séries, que totalizaram R\$ 437.500 foram utilizados primordialmente para alongamento do perfil da dívida, ficando o excedente como reforço de caixa. Foram quitadas as seguintes operações:

- (i) CCB do Votorantim no valor de R\$ 100.686, sendo R\$ 100.000 de amortização da dívida e R\$ 686 de juros;
- (ii) CCB do Banco Santander no valor de R\$ 205.256, sendo R\$ 200.000 de amortização da dívida e R\$ 5.256 de juros; e
- (iii) Amortização de principal referente à primeira parcela da primeira série da primeira emissão de Debêntures da Companhia, no total de R\$ 65.000.

A amortização dos juros das quatro séries ocorre semestralmente, ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual de Amortização Saldo Devedor
1ª	1ª	15/06/2034	20%
2ª	1ª	15/12/2034	25%
3ª	1ª	15/06/2035	33%
4ª	1ª	15/12/2035	50%
5ª	1ª	15/06/2036	100%
1ª	2ª	15/12/2027	25%
2ª	2ª	15/06/2028	33%
3ª	2ª	15/12/2028	50%
4ª	2ª	15/06/2029	100%
1ª	3ª	15/12/2029	25%
2ª	3ª	15/06/2030	33%
3ª	3ª	15/12/2030	50%
4ª	3ª	15/06/2031	100%
1ª	4ª	15/12/2032	25%
2ª	4ª	15/06/2033	33%
3ª	4ª	15/12/2033	50%

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4ª

4ª

15/06/2034

100%

Em decorrência dessa operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no Instrumento Particular de Escrituração, deverá manter os seguintes índices econômico-financeiros com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

- EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida igual ou maior de 1,50x;
- Dívida Líquida Ajustada/ EBITDA Ajustado igual ou menor a 3,00x. Em virtude da quitação da primeira emissão de debêntures no 3T35, o referido indicador passou a ser igual ou menor a 3,50x;
- Outras Dívidas Onerosas/ EBITDA Ajustado igual ou menor que 1,00x, sendo que a apuração de todos os Índices Financeiros será trimestral com base nas Informações Trimestrais (ITRs); “EBITDA Ajustado” é igual ao somatório: (I) do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social; (II) das despesas financeiras deduzidas às receitas financeiras; (III) da depreciação e amortização; e (IV) dos custos dos serviços de construção deduzidas às receitas dos serviços de construção; “Serviço da Dívida” é igual ao somatório das despesas financeiras e das amortizações de empréstimos e financiamentos incorridas no período; “Dívida Líquida Ajustada” é igual ao somatório do saldo devedor de empréstimos, financiamentos e Debêntures excluída a disponibilidade de caixa; e “Outras Dívidas Onerosas” são equivalentes ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de energia elétrica.

(iii) Terceira emissão de debêntures

No dia 17 de julho de 2025, foi deliberado, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a aprovação da 3ª (terceira) emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A emissão e a liquidação ocorreram dia 07 de agosto de 2025. O valor total da Emissão foi de R\$ 400.000, sendo:

- (i) R\$ 300.000 correspondentes às Debêntures da Primeira Série, com remuneração de CDI + 1,37% ao ano e vencimento em 07 de agosto de 2032;
- (ii) R\$ 100.000 correspondentes às Debêntures da Segunda Série, com remuneração de CDI + 1,70% ao ano e vencimento em 07 de agosto de 2035.

Os recursos obtidos com esta emissão foram utilizados para pagamento antecipado parcial ou total dos seguintes instrumentos:

- (i) CCB com o Banco ABC;
- (ii) Empréstimo com o Banco Bocom BBM;
- (iii) CCB com o Banco do Brasil S.A.;
- (iv) CCB com o Banco Alfa;
- (v) Primeira Emissão de Debêntures.

Eventual excedente de recursos foi destinado ao reforço de caixa da Companhia. O pagamento efetivo da remuneração das debêntures da primeira e segunda série, serão feitos semestralmente no dia 07 (sete) dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sem qualquer carência, nas datas indicadas na tabela abaixo, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 07 de fevereiro de 2026 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures da primeira e segunda série.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização dos juros das quatro séries ocorre semestralmente. Ao passo que a amortização de principal está prevista, conforme cronograma a seguir:

Parcela	Série	Data	Percentual de Amortização Saldo Devedor
1ª	1ª	07/02/31	20%
2ª	1ª	07/08/31	33,33%
3ª	1ª	07/02/32	50%
4ª	1ª	07/08/32	100%
1ª	2ª	07/02/34	20%
2ª	2ª	07/08/34	33,33%
3ª	2ª	07/02/35	50%
4ª	2ª	07/08/35	100%

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
Entre 1 e 2 anos	37.368	170.628
Entre 2 e 3 anos	74.736	250.938
Entre 3 e 4 anos	80.074	288.269
Entre 4 e 5 anos	85.412	186.810
Entre 5 e 6 anos	192.423	85.351
Entre 6 e 7 anos	178.594	42.675
Entre 7 e 8 anos	57.753	28.862
Entre 8 e 9 anos	186.759	57.724
Entre 9 e 10 anos	157.882	132.029
Acima de 10 anos	54.085	154.750
	1.105.086	1.398.036

As debêntures apresentam a seguinte movimentação:

	1ª Emissão		2ª Emissão				3ª Emissão		Total
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	1ª série	2ª série	
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2024	201.045	650.745	258.754	150.137	171.653	116.109	-	-	1.548.443
Emissão	-	-	-	-	-	-	300.000	100.000	400.000
Gastos iniciais das emissões	-	-	-	-	-	-	(600)	(600)	(1.200)
Atualização do valor nominal	-	21.977	11.679	-	-	-	-	-	33.656
Juros	13.936	868	22.282	9.016	28.266	19.608	19.101	6.507	119.584
Transferências ativo de contrato	-	-	-	15.230	-	-	-	-	42.014
- Juros capitalizados	2.529	24.255	-	-	-	-	-	-	(862.630)
Amortizações de principal (a)	(195.000)	(667.630)	-	-	-	-	-	-	(862.630)
Amortização de juros (a)	(23.686)	(35.045)	(22.157)	(24.006)	(27.988)	(19.418)	-	-	(152.300)
Apropriação dos gastos iniciais	1.176	4.830	829	151	122	58	34	24	7.224
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	-	-	271.387	150.528	172.053	116.357	318.535	105.931	1.134.791
Saldos iniciais em 31 de dezembro de 2023	268.086	618.665	-	-	-	-	-	-	886.751
Emissão	-	-	262.000	150.000	171.500	116.000	-	-	699.500
Gastos iniciais das emissões	-	-	(9.957)	(750)	(858)	(580)	-	-	(12.145)
Atualização do valor nominal	-	30.203	5.474	-	-	-	-	-	35.677
Juros	21.253	5.108	10.420	5.006	10.920	7.618	-	-	60.325
Transferências ativo de contrato	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Juros capitalizados	9.642	29.102	-	4.318	-	-	-	-	43.062
Amortizações de principal	(65.000)	-	-	-	-	-	-	-	(65.000)
Amortização de juros	(33.916)	(33.485)	(9.583)	(8.509)	(9.968)	(6.957)	-	-	(102.418)
Apropriação dos gastos iniciais	980	1.152	400	72	59	28	-	-	2.691

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos finais em 31 de dezembro de 2024

201.045	650.745	258.754	150.137	171.653	116.109	-	-	1.548.443
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---	---	-----------

- (a) Em dezembro de 2024 foi realizada uma captação de recurso com valor de R\$ 100.000, proveniente da liberação do empréstimo do banco ABC, que parte desse valor foi utilizado para amortização de principal e juros de debêntures com o valor de R\$ 65.000 para amortização de principal e R\$ 13.061 para amortização de juros, durante o primeiro trimestre de 2025.

Durante o terceiro trimestre de 2025, foram realizadas novas captações com valor de R\$ 400.000 através da 3ª emissão de debêntures e o valor R\$ 763.440, proveniente da liberação do empréstimo com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). Parte desses montantes foram utilizados para amortização da dívida da:

- (i) 1ª série da 1ª emissão de debêntures, sendo R\$ 130.000 referente ao principal e R\$ 10.625 aos juros;
- (ii) 2ª série da 1ª emissão de debêntures, sendo R\$ 667.630 referentes ao principal e R\$ 17.808 aos juros;

20. Incentivo à aposentadoria - PRSP

20.1. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Incentivo à aposentadoria - PRSP	74.318	45.754
Ajuste a valor presente	(20.545)	(12.628)
	53.773	33.126
Circulante	14.599	12.562
Não circulante	39.174	20.564

20.2. Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	33.126	27.763
Pagamentos	(18.275)	(21.067)
Despesa financeira	6.117	4.453
Incrementos	47.109	32.931
Ajuste a valor presente	(14.304)	(10.954)
Saldos finais	53.773	33.126

20.3. Cronograma de realização

	31/12/2025	31/12/2024
1 ano	14.599	12.562
Entre 1 e 2 anos	21.685	11.562
Entre 2 e 5 anos	13.203	6.285
Mais de 5 anos	4.286	2.717
	53.773	33.126

PRSP III

Em 28 de março de 2017, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP III), com o objetivo de

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

proporcionar aos empregados da Cagece que aderirem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários, na forma estabelecida no Regulamento.

O referido plano se destinou aos empregados do quadro próprio que atenderam as condições expressas nesse Regulamento, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 31 de dezembro de 2018; atender os requisitos legais para a obtenção do benefício de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social, contados, pelo menos, dez anos de tempo de serviço na Cagece; ter ingressado e se mantido como participante na Fundação Cagece de Previdência Complementar (Cageprev). E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: ter sido submetido a processo administrativo-disciplinar que tenha resultado na rescisão do contrato de trabalho; ter sido condenado por decisão judicial transitada em julgado, que determine a perda do emprego.

O prazo para adesão iniciou na data da publicação do Regulamento e encerrou ao final do expediente do dia 17 de maio de 2017.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP III; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As datas de rescisão de cada empregado optante ao Plano serão estabelecidas e divulgadas pela Cagece, oportunamente após o fim do prazo para adesão.

O PRSP III concede os seguintes benefícios:

- (i) Ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses;
- (ii) Pagamento de 16 (dezesesseis) salários na rescisão contratual para o PRSP III, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;
- (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado;
- (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- de Trabalho (ACT), durante os 36 (trinta e seis) meses iniciais do plano;
- (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento;
 - (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP III, repassado para a Cageprev;
 - (vii) Na ocorrência de falecimento do optante antes da rescisão contratual ficam garantidos os direitos aos herdeiros, conforme definidos no Código Civil, cabendo àqueles apresentar no prazo de 2 (dois) meses o processo de inventário.

Os valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos sete anos de vigência do plano, ajustados e atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 13,50%, correspondente à taxa WACC (*Weighted Average Cost of Capital*/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

PRSP IV

Em 06 de janeiro de 2023, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP IV), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Cagece que aderissem ao Plano, condições de aposentar-se recebendo benefícios financeiros temporários programados para 07 (sete) anos, a partir do desligamento da empresa, na forma estabelecida neste Regulamento.

O referido plano destina-se aos empregados do quadro próprio que atendam as seguintes condições expressas no Regulamento: estar em contrato de trabalho ativo e regular com a Cagece; não ter iniciado ou requerido/solicitado benefício previdenciário de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; contados, pelo menos, 22 (vinte e dois) anos de tempo de serviço na Cagece até a data de 31/12/2022, contando-se todos os cargos efetivos ocupados pelo empregado ao longo de seu histórico na Companhia. E desde que não se enquadrem nas situações impeditivas à adesão: empregado que tenha dado entrada com solicitação de aposentadoria pelo INSS a partir do dia 13 de novembro de 2019; empregado que esteja com o contrato de trabalho suspenso com o período superior a dois anos; empregado que esteja cumprindo sanção disciplinar.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma iniciou com a comunicação do mesmo em 12 de dezembro de 2022, com previsão de desligamento dos colaboradores até 2028. Os desligamentos iniciaram em setembro de 2023 e já contabilizam, até dezembro de 2025, 81 colaboradores, sendo 36 de janeiro a dezembro de 2025.

A rescisão contratual pelo Plano deverá ocorrer se atendidas as seguintes condições: o empregado deverá comprovar que a aposentadoria foi concedida pelo INSS antes de 13 de novembro de 2019, mediante apresentação da Carta de Concessão emitida pelo INSS ou pelo Extrato de Pagamento do benefício emitido pelo INSS, até o mês anterior à data prevista para seu desligamento. Caso o empregado não seja aposentado, deverá entregar Declaração de Beneficiário (consta/nada consta) emitida pelo INSS, para a Cagece; assinar o Contrato de Adesão ao PRSP IV; assinar o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho com a Cagece. As rescisões de contrato de trabalho serão realizadas em blocos, com os empregados constantes de cada bloco e as respectivas datas a serem divulgadas pela Cagece em portaria interna. A quantidade de empregados por blocos e as datas dos desligamentos podem ser alteradas por: necessidade da empresa; capacidade financeira; ordem decrescente de antiguidade do empregado na empresa; designação ou não como empregado estratégico para a companhia; respeitando a ordem da lista definitiva de inscritos.

O PRSP IV concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por (84) meses; (ii) pagamento de 17 (dezessete) salários de referência na rescisão contratual, pagos em 36 (trinta e seis) parcelas iguais; (iii) Incentivo financeiro, durante 84 meses, de acordo com o Salário de Referência (SR) do empregado, correspondente: a) se o Salário de Referência (SR) for menor ou igual ao valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá 50% do valor do SR; b) se o Salário de Referência (SR) for maior que o valor do teto do INSS dividido por 0,70, receberá a diferença entre o SR e o valor do benefício do INSS percebido pelo empregado; (iv) Incentivo no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vale alimentação, conforme valor estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), durante os 84 (oitenta e quatro) meses iniciais do plano; (v) Fica garantida Assistência à Saúde Médica e Odontológica pelos atuais planos ou outros que vierem a substituí-los, mantida a participação da Cagece no custeio da assistência, ao empregado optante e seus dependentes, na forma definida no Acordo Coletivo de Trabalho, pelo prazo de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da data do desligamento; (vi) Incentivo para a aposentadoria calculado atuarialmente, pela Cageprev, para cada empregado inscrito no PRSP IV, repassado para a Cageprev.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores serão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações dos sete anos de vigência do plano, ajustados e atualizados pelo índice de inflação (INPC), descontados a valor presente, a uma taxa correspondente à taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia na data das demonstrações contábeis.

21. Tributos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - reinvestimento	5.508	5.508
REFIS IV (a)	1.260	1.484
COFINS	16.937	12.642
Previdência social	5.104	4.699
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	3.175
Parcelamento Tributos Federais (b)	22.433	29.216
PIS	3.646	2.727
ISS	4.065	3.276
IRRF sobre a folha de pagamento	6.728	5.821
Outros	8.010	7.336
	73.691	75.884
Circulante	53.066	49.045
Não circulante	20.625	26.839

São registrados nesse grupamento todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços, administrativos e de pessoal, tais como o imposto de Renda, as Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos municipais, Impostos estaduais e valores referentes ao Incentivo Fiscal para reinvestimento.

- (a) O valor refere-se ao Parcelamento convencional PGFN referente aos Processos 10380.912.655/2024-34 e 10380.912.823/2024-91. A Receita Federal do Brasil - RFB abriu débito em virtude de Perdcomp não homologada. Em 30 de setembro de 2024 foi realizada adesão ao parcelamento, com a 1ª parcela no valor de R\$ 74.136,34.

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Número negociação 10911805 - PGFN	60	44	08/2029

Adicionalmente, nessa rubrica também está o valor referente ao REFIS Especial da Secretaria de Finanças de Fortaleza (SEFIN), cuja adesão foi realizada em 30/06/2023. O débito é relativo ao auto de Infração de ISSQN, objeto de processo administrativo junto à mencionada secretaria, com perda em todas as instâncias administrativas. O escritório de advocacia responsável pelas defesas recomendou a adesão ao REFIS para posterior análises de

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

questionamento judicial. A adesão ao REFIS trouxe o benefício, de redução de 100% dos encargos financeiros e parcelamento do débito de R\$ 1.988, com entrada de 20% do débito a ser pago em 3 parcelas e o restante a ser pago em 71 parcelas mensais. Seguem dados adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
SEFIN REFIS nº 743844-3	74	43	07/2029

- (b) Está contemplado nessa rubrica o valor referente ao Parcelamento Simplificado RFB, com base no débito apurado após as retificações das EFD Contribuições e DCTF's do período de 2018 a 2020, realizado por uma consultoria contratada, a fim de eliminar possíveis contingências. Após as citadas retificações, foi aberto pela Receita Federal o parcelamento no valor de R\$ 16.544. Seguem informações adicionais:

Débito	Número de parcelas	Número de parcelas remanescentes	Prazo de pagamento
Código 1124 - Parcelamento Simplificado	60	29	05/2028

22. Dividendos a pagar

Saldos a distribuir por acionista

	31/12/2025	31/12/2024
Estado do Ceará	54.762	52.927
Município de Fortaleza	12.948	10.247
Demais acionistas minoritários	80	74
	67.790	63.248

O montante R\$ 62.365 equivalente ao total dos dividendos mínimos de 2025 foi todo reconhecido a título de juros sobre o capital próprio por estarem dentro do limite aceitável.

A seguir, a movimentação do saldo dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	63.248	31.220
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	(3.575)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio	61.043	59.606
Pagamento de juros sobre o capital próprio a título de dividendos, antecipadamente	-	(27.578)
Integralização ao capital social	(49.626)	-
Pagamento do saldo do programa Ceará Sem Fome (Lei - 18.586) (a)	(3.300)	-

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo final	67.790	63.248
-------------	--------	--------

- (a) O pagamento do Programa Ceará Sem Fome (Lei nº 18.586) refere-se à destinação de parte do saldo de dividendos pertencentes exclusivamente ao Acionista Controlador (Estado do Ceará), relativos a exercícios anteriores. Tal movimentação cumpre as diretrizes de responsabilidade social do Estado sem impactar a remuneração devida aos demais acionistas.

Segue o cálculo do dividendo mínimo obrigatórios:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício Antes de Dividendos e JCP	224.617
Base de cálculo para reserva legal	224.617
Constituição da reserva legal (5% sobre o lucro líquido do exercício)	(11.231)
Lucro a destinar	213.386
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	30.787
Base de cálculo dos dividendos	244.173
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	61.043

23. Provisão para contingências e depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Causas cíveis	17.774	23.115
Causas trabalhistas	16.408	9.080
Causas tributárias	3.928	7.005
Contingências vinculadas a depósitos judiciais	(8.029)	(8.560)
Total depósitos judiciais	30.081	30.640
Causas cíveis	53.953	54.214
Causas trabalhistas	82.652	78.501
Causas tributárias	3.857	22
Depósitos judiciais vinculados a contingências	(8.029)	(8.560)
Total de provisão para contingências	132.433	124.177

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.318	71.837	22	124.177
Adições	1.935	32.526	376	34.837
Juros	8.842	5.221	3.460	17.523
Reversão	(9.142)	(26.932)	(1)	(36.075)
Pagamentos	-	-	-	-
Compensação com depósitos judiciais	(213)	(7.787)	(29)	(8.029)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	53.740	74.865	3.828	132.433
Saldos em 31 de dezembro de 2023	78.573	64.346	106	143.025
Adições	(122)	31.735	274	31.887
Juros	1.469	9.629	502	11.600
Reversão	(28.521)	(32.259)	(2.849)	(63.629)
Pagamentos	-	-	-	-
Compensação com depósitos judiciais	1.569	(2.344)	2.069	1.294
Transferência entre contas	(650)	730	(80)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	52.318	71.837	22	124.177

O montante de R\$ 132.433 decorre, principalmente, de ações:

- i) Cíveis - Contrato de prestação de serviços técnicos especializados (leitura de hidrômetros com faturamento imediato e entrega de fatura;
- ii) Cíveis - Apuração do valor devido por **perdas e danos**, decorrentes de descumprimento contratual anterior já reconhecido;
- iii) Ação Coletiva Trabalhista - Inadimplemento generalizado de verbas contratuais e rescisórias de trabalhadores terceirizados em Tianguá e região;

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis, trabalhistas e tributárias, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Esses valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Procuradoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

Passivo contingente

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerado pela Procuradoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totaliza um valor de R\$ 154.502 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 96.656 em 31 de dezembro de 2024).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações contábeis. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	31/12/2025
0800020-13.2022.8.06.0173 (i)	Judicial	Cível	18.750
MPF 03.1.01.00-2018-00256-7 (ii)	Judicial	Administrativa	10.852
0183349-34.2018.8.06.0001 (iii)	Judicial	Cível	10.719
3002080-83.2024.8.06.0297 (iv)	Judicial	Tributária	10.369
0000998-38.2025.5.07.0012 (v)	Judicial	Trabalhista	6.939
3000715-57.2025.8.06.0297 (vi)	Judicial	Cível	4.713
0806047-90.2021.4.05.8100 (vii)	Judicial	Tributária	4.350
0000767-68.2021.5.07.0006 (viii)	Judicial	Trabalhista	4.241
0000881-85.2023.5.07.0022 (ix)	Judicial	Trabalhista	4.000
0252814-62.2020.8.06.0001 (x)	Judicial	Cível	3.194
Outros	-	-	76.375

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

154.502

- (i) Ação cível pública de natureza ambiental, para que seja firmado um termo de ajustamento de conduta;
- (ii) Ação administrativa, FISCALIZAÇÃO SRF - MPF 03.1.01.00-2018-00256-7;
- (iii) Ação cível, referente à posse de um imóvel pela CAGECE, onde foram instaladas estruturas para o Sistema de Esgotamento Sanitário;
- (iv) Ação trabalhista envolvendo descumprimentos legais e contratuais em prestação de serviços à CAGECE, com denúncias de irregularidades em diversos municípios;
- (v) Ação trabalhista movida por empregados da CRIART Serviços de Terceirização, que prestaram serviço para a CAGECE, buscando o pagamento integral de verbas rescisórias e indenizatórias;
- (vi) Ação tributária proposta pelo Município de Juazeiro do Norte contra a CAGECE, para cobrança de dívida ativa (CDA 1586/2024);
- (vii) Ação tributária, visando anular a cobrança de débitos de IRPJ, CSLL e COFINS referentes ao período de 2014, decorrente da não homologação pela Receita Federal do Brasil (RFB) de retificações nas DCTFs;
- (viii) Ação trabalhista de dano moral relativa à demissão sem justa causa de um colaborador;
- (ix) Ação trabalhista movida em face da tomadora de serviços (CAGECE) e da primeira reclamada, em razão de alegados descumprimentos de obrigações legais e convencionais pela CAGECE;
- (x) O processo trata de falhas de contrato, que geraram impactos financeiros e inviabilizaram sua continuidade;

Contingência remota relevante

A Companhia sofreu autuação e imposição de multa para exigir IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2014, em razão de três temas a seguir:

- Utilização de taxas de depreciação incorretas;
- Ganhos decorrentes da avaliação de Ativos a Valor Justo (AVJ);
- Postergação no pagamento dos tributos.

O valor total da autuação de IRPJ foi de R\$ 602.044 e da autuação de CSLL foi de R\$ 216.736, considerando principal, juros e multa de ofício. Logo, o valor total do lançamento de ofício em julho de 2019 foi de R\$ 818.780.

Esse processo encontra-se suspenso - julgamento do recurso voluntário no CARF.

Esse auto de infração da Secretaria da Receita Federal (SRF) considerou como infração a ocorrência de Ajustes a Valor Justo (AVJ), considerados como tributáveis, sendo que, no entanto, foram ajustes de avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*), nos termos das normas contábeis aplicáveis. Isso, por

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

si só, já demonstra a improcedência dos autos de infração, eis que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento consiste no procedimento tendente à verificação do fato gerador e determinação da matéria tributável. O erro na consideração do fato tido por tributável claramente implica a improcedência da autuação

Conforme se depreende dos argumentos de defesa da CAGECE, o auto de infração em questão não deve prosperar quando submetido ao julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, especialmente se considerada também a hipótese de julgamento na esfera judicial. Atualmente, o processo encontra-se aguardando julgamento no CARF.

Ressalta-se que a CAGECE se sagrou vitoriosa no Mandado de Segurança nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo-lhes o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca.

A decisão favorável à CAGECE, já transitada em julgado, reconheceu e deferiu o pedido de imunização das rendas, serviços e patrimônios ligados à atividade da CAGECE no âmbito federal, incluindo o tributo - Imposto de Renda, que corresponde a maior parte débito cobrado nessa autuação fiscal.

A certidão de trânsito julgado referente ao processo de imunidade foi adicionada ao processo administrativo em questão, que atualmente encontra-se aguardando julgamento no CARF.

Nesse sentido, o risco de perda do Processo Administrativo Fiscal (PAF) nº 10380-725.747/2019-19 é considerado remoto pela Administração da Companhia.

24. Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego e de longo prazo. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de assistência à saúde sob responsabilidade da CAGECE.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

	31/12/2025	31/12/2024
Plano de assistência médica	93.224	145.757
	93.224	145.757

Benefícios pós-emprego:

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CAGECE é patrocinadora de planos de previdência complementar e assistência médica. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho mantidas com a CAGECE.

Em relação aos planos de previdência complementar patrocinados pela CAGECE, sua administração é realizada pela Cageprev, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, instituída em 2004 pela patrocinadora.

Sob ditames do CPC 33, o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

Quanto ao plano de assistência médica, este foi contratado pelo SINDIAGUA junto à UNIMED, conforme as seguintes informações:

- **Tipo de contratação:** coletivo por adesão, conforme Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);
- **Contribuição:** da patrocinadora CAGECE e dos empregados, conforme tabela constante do ACT;
- **Valor da contribuição:** fixo (por beneficiário), não havendo variação, por faixa etária;
- **Modalidade:** ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, sem odontológico;
- **Acomodação:** apartamento/enfermaria, dependendo da adesão.

Plano de assistência médica

Para o plano de assistência médica, a contribuição é definida através de custo médio, não havendo distinção de valores nas mensalidades dos beneficiários ativos e aposentados, bem como seus respectivos dependentes e agregados. Os valores a serem pagos são reajustados anualmente em função do reajuste de procedimentos médicos, da sinistralidade da apólice ou a alteração do perfil etário que originou o prêmio médio vigente - em função dos gastos ocorridos na operadora de planos de saúde.

O prêmio mensal pago pela CAGECE tem valor fixo por ativos e aposentados. Para o dependente, o montante pago resulta do valor do salário-base do empregado, tendo por parâmetro o salário-mínimo (SM), conforme tabela de contribuição aprovada em acordo coletivo. No plano contratado pela CAGECE é permitido aos ex-empregados, aposentados desligados da patrocinadora, continuarem no plano, desde que assumam as suas contribuições integralmente - conforme ditames da Lei 9.656/98.

Frente à severidade iminente nos custos médicos oriundos dos ex-empregados, por fatores de envelhecimento, há o impacto direto nas contribuições pagas pela CAGECE em favor de seus empregados (ativos), por serem calculadas como sendo um custo médio no qual o aumento na sinistralidade, decorrente dos

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

aposentados, ocasionará, como consequência, elevação das contribuições de todos os beneficiários segurados, inclusive dos ativos. Assim, a permanência destes, após o desligamento da CAGECE, caracteriza benefício indireto aos ex-empregados (subsídio indireto), uma vez que a permanência destes eleva a mensalidade paga pela CAGECE para os seus empregados, incorrendo na necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Para o cálculo de provisão de benefícios pós-emprego existe previsão de cálculo do subsídio indireto, em linha com discussões técnicas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Assim, o compromisso da CAGECE corresponde à diferença, a maior, entre o valor da contribuição do ex-empregado/aposentado e o seu respectivo custo médico médio - observada toda a massa com tal perfil.

Para tanto foram consideradas na avaliação atuarial as seguintes informações:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Número	1.220	1.172
Idade Média	51	51
Dependente de Ativos		
Número	2.674	2.565
Idade Média	39	40
Assistidos		
Número	162	273
Idade Média	74	73
Dependentes dos Assistidos		
Número	345	301
Idade Média	68	65

Em conformidade com o Plano de Reconhecimento por Serviço Prestado (PRSP) e o Plano Provisório de Incentivo à Aposentadoria (PPA) - em função da rescisão de trabalho e elegibilidades previstas em ambos os planos - foram garantidos àqueles que aderissem à época, dentre outros benefícios, o incentivo de auxílio saúde por prazo determinado.

Durante este prazo, fica mantida a participação da CAGECE, como se empregado fosse, inclusive aos seus dependentes, no custeio ao plano médico.

Após decorrido o prazo garantido por força do PRSP e PPA, bem como aqueles que se aposentarem fora dos referidos planos, o benefício de assistência médica é garantido desde que sejam integralmente custeados pelo empregado desligado, observado os ditames previstos pela Lei 9.656/96.

Avaliação Atuarial do plano de assistência médica.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados por consultoria especializada, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAGECE.

Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAGECE, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em suas demonstrações contábeis, para o plano assistencial - como benefício pós-emprego estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial (aplicável ao plano de assistência médica).

Os planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAGECE.

Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial do plano de assistência médica

Na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos, conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

Foram utilizados como referência para o cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual, a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no plano de assistência médica, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano.

O *Aging Factor* adotado para 2025 foi de 2,76%, com base na experiência de mercado da consultoria.

Biométricas e Demográficas	31/12/2025	31/12/2024
Tábua de mortalidade geral	AT- 2000, segregada por sexo	AT- 2000, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 2000, segregada por sexo	AT- 2000, segregada por sexo
Rotatividade	-	-
Composição familiar	Família Real	Família Real

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entrada em aposentadoria	Homens: 65 anos; Mulheres: 62 anos	Homens: 65 anos; Mulheres: 62 anos
Take-up	-	-
Econômicas e Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Taxa nominal de desconto atuarial	11,70%	11,28%
Inflação de Longo Prazo	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimentos dos Custos Médicos	3,53%	3,53%
Aging Factor ("Fator de envelhecimento")	2,76%	2,76%
Taxa de reajuste de benefícios do plano	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	100%	100%

Conciliação do saldo do valor presente da obrigação atuarial do plano

Conforme pode ser observado a seguir, inexistem ativos financeiros para a cobertura do passivo originado pelo plano de assistência médica:

	Valor presente das obrigações atuariais 31/12/2025
1. Valor no início do exercício	147.667
2. Custo do serviço corrente	5.118
3. Custo dos juros	18.935
4. Rendimento esperado dos ativos (maior)/menor que a taxa de retorno	-
5. Ganhos ou perdas atuariais	-
6. Mudança de hipóteses	(72.995)
7. Contribuições pagas pela empresa	-
8. Contribuições pagas pelos empregados	-
9. Benefícios pagos pelo plano	-
10. Benefícios pagos diretamente pela empresa	(3.591)
11. Custo de administração	-
12. Impostos	-
13. Custo de serviço passado - alteração do plano	-
14. Custo de serviço passado - redução do plano	-
15. Eliminação antecipada de obrigações	-
16. Aquisição	-
17. Alienação	-
18. Benefícios de desligamento	-
19. Outras despesas	-
20. Mudança no superávit	-
21. Valor no final do exercício	95.134

Ainda, já se encontra contabilizado no passivo da CAGECE, os valores referentes aos montantes de contribuições vertidas pela patrocinadora - sob tempo determinado - em função do prazo do auxílio-saúde para aqueles que aderiram ao PRSP e PPA. Os valores contabilizados, são apresentados conforme quadro a seguir, na posição de 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Valor (R\$) 31/12/2025
Valor presente da obrigação atuarial	95.134
Valor Plano de Saúde registrado no passivo (PRSP e PPA)	
Benefício definido estimado	(1.910)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor presente da obrigação atuarial	93.224
--------------------------------------	--------

Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

Perfil de Vencimento da Obrigação de Benefício Definido	31/12/2025
1. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2025	45.326
2. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2026	47.048
3. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2027	48.695
4. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2028	50.399
5. Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2029 ou posterior	52.163

Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o ano

Custo de Benefício Definido estimado para o próximo exercício	31/12/2025
1. Custo do Serviço Corrente	4.742
2. Custo de Serviço Passado - Alterações do Plano	-
3. Custo de Serviço Passado - Reduções Antecipadas	-
4. (Ganhos)/Perdas de liquidações antecipadas	-
5. Custo do Serviço	4.742
6. Juros líquidos sobre (Ativo)/Passivo líquido	11.134
7. Custo de Benefício Definido reconhecido no resultado	11.134
8. Custos de Administração incorridos no período	-
9. Custo de Terminação de Benefícios	-
10. Outros Ajustes	-
11. Custo reconhecido no resultado	15.876

Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de nominal desconto	Aumento de 1,0%	85.550
Taxa de nominal desconto	Redução de 1,0%	106.913
Hipótese de Mortalidade	Aumento de 10,0%	91.623
Hipótese de Mortalidade	Redução de 10,0%	99.101
Inflação Saúde	Aumento de 0,5%	100.896
Inflação Saúde	Redução de 0,5%	89.904

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra contabilmente os efeitos fiscais de suas transações e outros eventos através do reconhecimento das diferenças temporárias, ativas ou passivas e dos ativos ou passivos fiscais diferidos, quando da apresentação dos

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributos sobre o lucro líquido nas informações contábeis e na divulgação de informações sobre tais impostos.

As diferenças que impactam ou podem impactar na apuração da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial, são registradas como diferenças temporárias. Já os ativos ou passivos fiscais diferidos são registrados como valores a recuperar ou a pagar em períodos futuros.

Em 25 de novembro de 2024 através da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo para Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Então a partir desta data não houve lançamento de IRPJ diferido, além disso todo o saldo remanescente de 2024 foi estornado.

A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

A Contribuição Social diferida apresenta a seguinte natureza:

	31/12/2025			31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias						
Provisões para contingências	-	12.677	12.677	-	12.054	12.054
Provisões para perdas estoques	-	77	77	-	75	75
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	5.845	5.845	-	5.186	5.186
Provisão atuarial benefício definido - Plano de saúde	-	8.390	8.390	-	13.118	13.118
Total diferido ativo		<u>26.989</u>	<u>26.989</u>		<u>30.433</u>	<u>30.433</u>
Diferenças temporárias						
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(43.044)	(43.044)	-	(46.090)	(46.090)
Total diferido passivo		<u>(43.044)</u>	<u>(43.044)</u>		<u>(46.090)</u>	<u>(46.090)</u>
Total de imposto diferido líquido	-	<u>(16.055)</u>	<u>(16.055)</u>	-	<u>(15.657)</u>	<u>(15.657)</u>

26. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 2.964.689 (2.629.668 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 27.296 ainda pendentes de integralização, conforme compromisso formalizado por acionista na reunião extraordinária do conselho de administração. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de Administração indicar o número, a espécie e a classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais na composição do capital social realizado, o prazo para exercício

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação, bem como as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia. Também têm direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, além de participação nos aumentos de capital em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para essas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001.

Em 28 de abril de 2025 foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia no valor total de R\$ 181.846, referentes a:

(a) O valor de R\$ 173.869 referente a recursos oriundos da reserva de retenção de lucros de 2024, sendo efetuado sem emissão de novas ações, beneficiando indistintamente todos os acionistas da Companhia;

(b) Foi dada a oportunidade a todos os acionistas de realizarem o aporte de capital, mas apenas o Estado do Ceará o fez. Diante disso, o capital social foi aumentado em R\$ 7.977, provenientes da capitalização do adiantamento de futuro aumento de capital que havia sido realizado anteriormente pelo acionista majoritário, equivalente a 459.368 (quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias e 110 (cento e dez) ações preferenciais. O aporte de capital social tem por objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa, para fazer frente às necessidades de capital de giro, em decorrência do seu *ramp up* operacional, bem como possibilitar o andamento dos investimentos em projetos de suma importância para continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia.

Em 04 de junho de 2025 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência de subscrição de ações, foram subscritas 5.797.719 (cinco milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e dezenove) ações ordinárias e 1.383 (um mil, trezentos e oitenta e três) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 17,64 (dezessete reais e sessenta e quatro centavos) por ação, totalizando R\$ 102.296. Do total supracitado, foram integralizados:

a) R\$ 75.000 no dia 17 de julho de 2025, através de aporte de capital;

b) R\$ 15.130 no dia 22 de setembro de 2025, através de aporte de capital.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de outubro de 2025 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência de subscrição de ações, foram subscritas 1.991.234 (um milhão, novecentas e noventa e uma mil, duzentas e trinta e quatro) ações ordinárias e 475 (quatrocentas e setenta e cinco) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 69,88 (sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) por ação, totalizando R\$ 139.181. Do total supracitado, foram integralizados:

a) R\$ 13.419 no dia 13 de outubro de 2025, através de aporte de capital.

Em 13 de novembro de 2025 foi deliberado em Conselho de Administração o aumento de Capital Social da Companhia, com a emissão de novas ações ao direito de preferência de subscrição de ações, foram subscritas 680.294 (seiscentos e oitenta mil duzentas e noventa e quatro) ações ordinárias e 162 (cento e sessenta e duas) ações preferenciais, ambas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 72,93 (setenta e dois reais e noventa e três centavos) por ação, totalizando R\$ 49.626. O respectivo saldo foi integralizado através do reinvestimento dos dividendos mínimos obrigatórios, já declarados e ainda não pago ao acionista majoritário, em conformidade com a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025.

O aporte de capital social tem por objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia, reforçando o seu caixa, para fazer frente às necessidades de capital de giro, em decorrência do seu *ramp up* operacional, bem como possibilitar o andamento dos investimentos em projetos de suma importância para continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia.

Com o aumento aprovado, o Capital Social da Companhia passou de 2.629.668 para R\$ 2.964.689.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição acionária da Companhia está demonstrada para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma (quantidade de ações):

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Estado do Ceará	46.544.567	11.109	46.555.676	169.235.070	40.395	169.275.465
Município de Fortaleza	5.335.094	-	5.335.094	21.340.376	-	21.340.376
Outros	68	4.541	4.609	287	18.169	18.456
Ações de Tesouraria	4	1	5			
	51.879.733	15.651	51.895.384	190.575.733	58.564	190.634.297

Em 08 de setembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou e, subsequentemente, concluiu o grupamento da totalidade das suas ações nominativas na proporção de 4 para 1, sem alteração do valor do capital social, em conformidade com a Lei das S.A., e com a consequente alteração dos artigos 4º e 5º do Estatuto Social. Foi concedido um prazo de 30 dias para que os acionistas ajustassem suas posições, visando evitar frações. Após a efetivação, o número total de ações emitidas foi reduzido de 196.892.877 para 49.223.219 ações nominativas. Depois disso foram adicionadas mais 2.672.165 ações nominativas, através de aumento de capital, ficando o saldo de 51.895.384. Sendo composto por 51.879.729 ordinárias (ON), 15.650 preferenciais (PN) e 5 ações em tesouraria.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Reserva de lucros

O montante registrado na conta de “Reserva de lucros” é de R\$ 262.906 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 252.416 em 31 de dezembro de 2024), corresponde às reservas legal, estatutária, incentivos fiscais, especial e de retenção de lucros, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, conforme descritas a seguir:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva estatutária

A reserva estatutária poderá ser constituída anualmente, por proposta da Administração, a qual deverá ser deliberada pela Assembleia Geral por meio de orçamento de capital, que terá a faculdade de destinar até 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício remanescente após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva estatutária tem por fim a implantação de inovações e melhorias operacionais em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

Em 2022, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária de 08 de abril, foi constituída uma Reserva Estatutária de Contribuição para Projetos de Interesse Social. Em 08 de setembro de 2025, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária o montante total para a constituição desta reserva foi alterado de R\$ 5.000 para R\$10.000.

Conforme texto apresentado na Proposta da Administração incluído no Estatuto Social da Companhia, a reserva supracitada será constituída em cada exercício, no montante fixo anual de R\$ 10.000, limitada ao mesmo valor, com a finalidade de custear a aquisição de materiais (tubulações, conexões, acessórios, hidrômetros e outros equipamentos), com o seu subsequente e imediato fornecimento ao Sistema Integrado de Saneamento Rural - SISAR operado no Estado do Ceará, vedados:

(i) O repasse de outros bens que não os mencionados neste inciso (ou de natureza que não se assemelhe às das finalidades mencionadas), e/ou; O repasse direto de valores em espécie ou a cessão de créditos ou outros direitos da Companhia.

(c) Reserva de retenção de lucros

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de retenção de lucros é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito conforme estabelece o art. 199 da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

28. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial:

	Saldo 31/12/2023	Reversão	Realização	Saldo 31/12/2024	Reversão	Realização	Saldo 31/12/2025
Ativo não circulante							
Ativo financeiro, imobilizado e intangível	547.350	-	(35.243)	512.107	-	(33.832)	478.275
Passivo não circulante							
Impostos diferidos (Realização)	(186.100)	-	3.173	(182.927)	-	3.045	(179.882)
Impostos diferidos (Reversão) (a)	-	136.837	-	136.837	-	-	136.837
Patrimônio líquido							
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>361.250</u>	<u>136.837</u>	<u>(32.070)</u>	<u>466.017</u>	<u>-</u>	<u>(30.787)</u>	<u>435.230</u>

(a) Reversão do saldo de IRPJ diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial

29. Adiantamentos para futuro aumento de capital

A tabela abaixo demonstra a evolução da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Patrimônio Líquido da Companhia, destacando os aportes recebidos e as respectivas integralizações em Capital Social.

O saldo de Adiantamentos para futuro aumento de capital apresentou a seguinte movimentação:

Em 31 dezembro de 2023	<u>1.498</u>
Aporte de AFAC	55.351
(-) Integralização de Capital	<u>48.864</u>

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024	<u>7.985</u>
Aporte de AFAC	103.549
(-) Integralização de Capital	<u>111.534</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>

Aplicação dos Recursos e Execução de Investimentos.

Os valores apresentados no texto dessa nota explicativa são expressos em reais. Os recursos financeiros recebidos via AFAC são mantidos em contas vinculadas e aplicados em obras de infraestrutura. Em 2025, o montante disponível (composto pelo saldo remanescente de 2024, novos aportes e R\$ 978.967,83 de rendimentos financeiros) totalizou R\$ 117.843.249,49.

Deste total, foram aplicados R\$ 111.030.606,00 nas seguintes frentes:

- Combate a Perdas Aldeota e Vila Brasil, Floresta e Expedicionários em Fortaleza (R\$ 20.900.565,14): Engenharia e otimização de setores hidráulicos para aumento de eficiência.
- Esgotamento Crateús (R\$ 23.642.125,05): Ampliação do sistema nos bairros Fátima I, Planalto, Conjunto São José, Santa Luzia, Campo Velho e Venâncios.
- Interceptor Leste Fortaleza (R\$ 66.487.915,81): Substituição de trecho estratégico da bacia leste.

O saldo financeiro remanescente de R\$ 6.812.643,48 será aplicado na continuidade das obras no exercício de 2026.

30. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto	245.454	322.952
Alíquota fiscal combinada (a)	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social pela alíquota fiscal combinada	22.091	29.066
Despesas indedutíveis	(7.446)	13.294
Realização do custo atribuído	3.045	3.172
Outras despesas não dedutíveis	1.771	2.801
Reversão de provisões indedutíveis	625	(19.383)
Benefícios Fiscais	-	(408)
Outros itens	353	7.037
Imposto de renda e contribuição social correntes	20.439	35.579
Incentivos fiscais de redução do imposto de renda	-	(18)
	20.439	35.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	398	(66.659)
Encargo fiscal (a)	20.837	(31.098)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alíquota efetiva	8,49%	0,00%
------------------	-------	-------

Em 25 de novembro de 2024 através da ação judicial nº 0812346-88.2018.4.05.8100 que tramitou perante a Justiça Federal do Ceará e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, garantindo para Companhia o reconhecimento e aplicabilidade da imunidade tributária recíproca do IRPJ. Então a partir desta data não houve lançamento de IRPJ corrente.

A alíquota de imposto efetiva em 31 de dezembro de 2025 é de 8,49% (00,00% no mesmo período de 2024).

31. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Estado do Ceará (a)	11.842	7.153
Município de Fortaleza (b)	4.608	3.945
Contas a receber	16.450	11.098
Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH (c)	(25.190)	(23.613)
Fundação Cagece de Previdência Complementar - CAGEPREV (d)	(2.563)	(2.229)
Ambiental Ceará 1 SPE S.A. (e)	(17.450)	(10.032)
Ambiental Ceará 2 SPE S.A. (e)	(39.733)	(14.331)
Contas a pagar	(84.936)	(50.205)
Estado do Ceará (a)	54.762	52.927
Município de Fortaleza (b)	12.948	10.247
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	67.710	63.174

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

(a) Estado do Ceará

- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Aporte de 69% do orçamento total de US\$ 327.345 do projeto Sanear II, que representa um montante de US\$ 225.868. O projeto Sanear II tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará;
- De janeiro a dezembro de 2025 foi faturado um total de R\$ 85.742 (R\$ 73.691 o mesmo período de 2024) para o Estado do Ceará e órgãos a ele vinculados. Desses, o montante de R\$ 11.842 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.153 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Município de Fortaleza

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos;
- Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto no momento da assinatura do contrato;
- A Companhia assumiu o compromisso de pagar mensalmente à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, de janeiro a dezembro de 2025, correspondeu a R\$ 22.665 (R\$ 21.454 no mesmo período de 2024);
- Em 04 de novembro de 2019 foi assinado pelo Município de Fortaleza e a Companhia um novo contrato para a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com prazo de vencimento em 03 de novembro de 2054;
- Com a publicação da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o marco legal do saneamento, e da Lei Complementar nº 247, de 18 de junho de 2021, sancionada pelo Governo do Estado do Ceará, que instituiu as Microrregiões de Água e Esgoto do Oeste, do Centro-Norte e do Centro-Sul, estando o Município de Fortaleza inserido na Microrregião Centro-Norte, foi assinado em 28 de dezembro de 2021 novo contrato que prorrogou o vencimento do contrato para 06 de outubro de 2055;
- Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador;
- Cessão de funcionários no qual a Companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais;
- De janeiro a dezembro de 2025 foi faturado um total de R\$ 42.841 (R\$ 36.593 o mesmo período de 2024) para a Município de Fortaleza e órgãos vinculados. Desses o montante de R\$ 4.608 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.945 em 31 de dezembro de 2024).

(c) COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos

- A Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH é o único fornecedor de água bruta da Cagece e torna-se parte relacionada por também pertencer ao Estado do Ceará;
- De janeiro a dezembro de 2025, o custo total com a aquisição de água bruta junto a COGERH foi de R\$ 128.710 (R\$ 124.521 no mesmo período de 2024) e o saldo a pagar para o fornecedor, em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 25.190 (R\$ 23.613 em 31 de dezembro de 2024).

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) CAGEPREV - Fundação Cagece de Previdência Complementar

- De janeiro a dezembro de 2025, ocorreram pagamentos de contribuições para previdência complementar no montante de R\$ 7.721 (R\$ 7.123 no mesmo período de 2024), havendo R\$ 771 a pagar em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a dezembro de 2025, foram repassadas contribuições de empregados para previdência complementar no montante de R\$ 9.855 (R\$ 9.076 no mesmo período de 2024), havendo R\$ 984 a repassar em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 776 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a dezembro de 2025, ocorreram pagamentos de previdência complementar para empregados aposentados no montante de R\$ 2.519 (R\$ 2.975 no mesmo período de 2024), havendo R\$ 151 a pagar em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 207 em 31 de dezembro de 2024);
- De janeiro a dezembro de 2025, foram repassados empréstimos consignados tomados pelos empregados junto à Cageprev e descontados em folha de pagamento no montante de R\$ 7.223 (R\$ 6.881 no mesmo período de 2024), havendo R\$ 657 a repassar em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A.

- As empresas Ambiental Ceará 1 SPE S.A. e Ambiental Ceará 2 SPE S.A. foram criadas pela Aegea Saneamento e Participações S.A. e formam a parceria público-privada para a concessão administrativa dos serviços necessários para universalização do esgotamento sanitário no Estado do Ceará em 24 municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas de Fortaleza e do Cariri, conforme citado na nota explicativa 14.
- De janeiro a dezembro de 2025, o custo total com a parceria público-privada de esgotamento sanitário foi de R\$ 188.140 (R\$ 170.811 para o mesmo período de 2024), sendo R\$ 47.009 referentes a Ambiental Ceará 1 e R\$ 141.131 a Ambiental Ceará 2, estando a pagar na rubrica de fornecedores os montantes de R\$ 17.450 e R\$ 39.733, respectivamente (R\$ 10.032 e 14.331 em 31 de dezembro de 2024).

32. Honorários da Administração

Os montantes de remuneração pagos pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, de janeiro a dezembro de 2025 e 2024 está detalhado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração Diretoria - Salários	2.398	2.018
Remuneração Diretoria - Gratificações	1.656	1.830
Remuneração Diretoria - Benefícios (auxílios para educação, saúde e alimentação)	773	716
Remuneração Diretoria - Participações nos lucros	392	315
Remuneração Conselho de Administração	863	857

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração Conselho Fiscal	675	653
Remuneração Comitê de Auditoria	301	304
Total do exercício	7.058	6.693

Os respectivos valores foram registrados na Rubrica “Despesas administrativas” na demonstração de resultado.

A Companhia não concede a seus Administradores e Conselheiros outros benefícios de longo prazo como benefício de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Logo, os benefícios concedidos limitam-se aos divulgados acima.

33. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de alto risco.

Seguem os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Ativos financeiros - contratos de concessão	22.904	22.904	7.276	7.276
Contas a receber de clientes	567.376	567.376	511.206	511.206
Caixa e equivalentes de caixa	8.127	8.127	6.781	6.781
Aplicações financeiras	433.322	433.322	505.134	505.134
Depósitos vinculados a convênios	12.648	12.648	25.575	25.575
Passivos financeiros				
Incentivo à aposentadoria - PRSP	53.773	53.773	33.126	33.126
Empréstimos e financiamentos	1.548.260	1.599.465	919.616	945.576
Debêntures	1.134.791	1.039.236	1.548.443	1.490.291
Fornecedores	360.240	360.240	315.526	315.526
Obrigações com clientes	512	512	973	973
Arrendamento mercantil	74.935	74.935	54.455	54.455

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Tipo	Taxa contratual (a.a.)	Período médio de meses	Taxa de mercado (a.a.)
Caixa Econômica Federal	TR+ 9,23%	112	8,80%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Tranche 1: CDI + 1,045% Tranche 2: CDI + 1,175%	46	3,88%
Banco do Nordeste	IPCA + 1,77%	149	3,32%
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)	EURIBOR 6M + 2,43%	175	2,43%
2ª Emissão - Debêntures 1ª série	IPCA + 8,1891%	130	6,37%
2ª Emissão - Debêntures 2ª série	CDI + 2,20%	45	1,59%
2ª Emissão - Debêntures 3ª série	CDI + 2,50%	69	1,59%
2ª Emissão - Debêntures 4ª série	CDI + 2,90%	106	1,59%
3ª Emissão - Debêntures 1ª série	CDI + 1,37%	83	1,59%
3ª Emissão - Debêntures 2ª série	CDI + 1,70%	120	1,59%

34. Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a Portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, tendo como única patrocinadora a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE.

A CAGEPREV é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização). A Patrocinadora CAGECE efetua contribuições mensais no mesmo percentual que o participante, obedecendo a Lei Complementar N.º 108 de 29 de maio de 2001. O Limite de patrocínio pela Companhia é de 12%.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano de previdência complementar, administrado pela CAGEPREV - Fundação CAGECE de Previdência Complementar, é um plano de contribuição variável que não corre risco de insolvência, pois está equilibrado pelo mecanismo de quotas, onde o patrimônio de cobertura sempre será igual ao das provisões matemáticas. Isto implica dizer que a Patrocinadora não precisa aportar nenhum valor além das contribuições mensais.

Sob ditames do CPC 33, para a CAGECE o plano de aposentadoria, administrado pela Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev, é considerado, para a Cagece, sob contribuição definida, uma vez que não há a obrigação de nenhum cálculo atuarial para a apuração da obrigação/despesa.

De janeiro a dezembro de 2025, a Companhia efetuou contribuições à Cageprev no montante de R\$ 7.721 (R\$ 7.123 no mesmo período de 2024).

A Cageprev encerrou em 31 de dezembro de 2025 com 1.297 participantes (1.331 em 31 de dezembro de 2024), sendo 1.110 ativos (1.162 em 31 de dezembro de 2024) e 187 assistidos (169 em 31 de dezembro de 2024) e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 414.793 (R\$ 372.594 em 31 de dezembro de 2024).

Para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, as reservas técnicas são calculadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela CAGEPREV, a qual emitiu parecer datado de 18 de fevereiro de 2026, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela Administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	31/12/2025
Taxa real anual de juros	4,58%
Projeção de crescimento real de salário	1% a.a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não há
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não há
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000 básica, segregada por sexo.

35. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação do período é calculado através da divisão do lucro atribuível a os acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o período. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias:

	31/12/2025	31/12/2024
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	224.541	353.929
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	76	121

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	224.617	354.050
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	156.576	186.580
Média ponderada de número de ações preferenciais	48	58
	156.624	186.638
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	1,4341	1,8969
Ação preferencial	1,5775	2,0866

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

36. Receitas líquida de serviços

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços de abastecimento de água	2.047.173	1.894.689
Receita de serviços de esgotamento sanitário	877.161	769.223
Receita de construção	592.301	719.963
	3.516.635	3.383.875
Impostos sobre vendas	(271.642)	(246.857)
Receita líquida	3.244.993	3.137.018

A Receita Bruta auferida pela Companhia em 2025, desconsiderando os efeitos das Receitas de Construção, atingiu R\$ 2.924.334, um crescimento de R\$ 260.422 perante os R\$ 2.663.912 obtidos em 2024.

Os principais fatores para esse desempenho foram o complemento da revisão tarifária extraordinária de agosto de 2024, a revisão tarifária de novembro de 2025 e o incremento no volume faturado consolidado.

37. Custos e despesas operacionais, por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos	(369.578)	(361.596)
Serviços	(470.830)	(422.596)
Depreciação e amortização	(250.652)	(219.712)
Pessoal	(166.170)	(159.114)
Materiais	(34.533)	(35.821)
Custos gerais	(22.553)	(20.798)
Concessão	(22.665)	(21.455)
Custos operacionais líquidos	(1.336.981)	(1.241.092)
Custos de construção	(592.301)	(719.963)
Total dos custos	(1.929.282)	(1.961.055)
Serviços	(92.041)	(97.150)
Pessoal	(38.432)	(37.307)

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(3.705)	(4.010)
Gerais	(1.657)	(1.929)
Despesas comerciais	(135.835)	(140.396)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(91.484)	(75.224)
Pessoal	(269.430)	(229.749)
Serviços	(186.960)	(154.608)
Causas judiciais	(5.011)	(5.171)
Gerais	(46.137)	(37.962)
Tributária	(56.668)	(56.847)
Transportes	(10.520)	(10.497)
Depreciação e amortização	(12.354)	(28.098)
Honorários da administração	(4.249)	(4.357)
Despesas administrativas	(591.329)	(527.289)
Insumos (a)	(369.578)	(361.596)
Serviços (b)	(749.831)	(674.354)
Depreciação e amortização (c)	(266.711)	(251.820)
Pessoal (d)	(474.032)	(426.170)
Materiais	(34.533)	(35.821)
Concessão	(22.665)	(21.455)
Causas judiciais	(5.011)	(5.171)
Tributária	(56.668)	(56.847)
Transportes	(10.520)	(10.497)
Honorários da administração	(4.249)	(4.357)
Custos e despesas gerais (e)	(70.347)	(60.689)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (f)	(91.484)	(75.224)
Custos e despesas operacionais	(2.155.629)	(1.984.001)
Custos de construção	(592.301)	(719.963)
Total de custos e despesas	(2.747.930)	(2.703.964)

(a) **Insumos:** O grupo de Insumos apresentou acréscimo de R\$ 7.982, impactado principalmente por: i) incremento de R\$ 12.231 em energia elétrica, decorrente principalmente da incidência de bandeiras tarifárias em 2025; ii) redução de R\$ 8.437 nos gastos com serviços e materiais de tratamento, em função da melhor qualidade da água bruta captada e de descontos contratuais obtidos; e iii) elevação de R\$ 4.188 nos custos com água bruta, devido aos reajustes tarifários da COGERH em julho de 2024 e agosto de 2025, efeito atenuado pela composição do volume captado.

(b) **Serviços:** Os gastos com serviços apresentaram elevação de R\$ 75.477 no comparativo anual, cujas principais variações referem-se a: i) incremento de R\$ 27.686 relativos à PPP Ambiental Ceará, refletindo os efeitos da contraprestação variável e dos serviços de verificador independente; ii) aumento de R\$ 35.809 em serviços terceirizados, em virtude de readequação de quadros e reajustes contratuais; e iii) acréscimo de R\$ 7.227 nos serviços de manutenção do sistema de água.

(c) **Depreciação e Amortização:** A elevação de R\$ 14.891 no período decorre, majoritariamente, de: i) aumento de R\$ 19.591 na amortização do intangível, reflexo da expansão da base de ativos (Capex) para o atingimento das metas de universalização do Marco Legal do Saneamento; ii) redução de R\$ 16.720 nas amortizações de contratos de arrendamento; e iii) incremento de R\$ 10.725 no Ativo Financeiro, em função dos efeitos da mudança da taxa WACC na atualização a valor presente de bens em 2025.

(d) **Pessoal:** As despesas com pessoal apresentaram crescimento de R\$ 47.862, resultante da combinação de: i) maior volume de desligamentos pelo Plano de Reconhecimento de Serviços

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prestados (PRSP IV) em 2025; e ii) reajuste salarial de 5,53% aplicado em novembro de 2025, com efeitos retroativos a maio.

(e) **Custos e Despesas Gerais:** O incremento de R\$ 9.658 observado no comparativo entre 2025 e 2024 deve-se, primordialmente, ao aumento de gastos com: i) licenciamento de *softwares*; ii) baixa de materiais inservíveis; e iii) despesas relacionadas ao projeto Dessal do Ceará.

(f) **Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** A elevação líquida de R\$ 16.260 nas despesas com PECLD reflete o comportamento das movimentações de cobrança no exercício, sendo composta por: i) incremento nominal na constituição de novas provisões no montante de R\$ 7.511, em função do perfil de inadimplência; e ii) redução de R\$ 8.749 no volume de créditos recuperados (recebimentos e renegociações), o que resultou em uma menor reversão de despesa no confronto anual.

38. Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	85.241	61.155
Receita de atualização do ativo financeiro (Nota 13)(b)	11.363	638
Juros recebidos de clientes	23.824	20.868
Atualização monetária(c)	14.089	5.574
Variação cambial (d)	19.177	-
(-) PIS / COFINS sobre receita financeira	(6.618)	(4.073)
	147.076	84.162
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(64.872)	(72.137)
Juros do arrendamento	(3.204)	(5.760)
Juros das debêntures (e)	(160.464)	(98.695)
Incentivo à aposentadoria - PRSP	(6.117)	(4.453)
Atualização monetária (f)	(117.655)	(21.894)
SWAP(g)	(13.467)	-
Variação cambial(g)	(32.294)	-
Despesas financeiras de tributos	-	(38)
Outras	(101)	(333)
	(398.174)	(203.310)
	(251.098)	(119.148)

(a) O incremento de R\$ 24.086 nos rendimentos de aplicações financeiras no comparativo anual deve-se à elevação das taxas de juros de mercado e ao maior saldo médio de disponibilidades mantido pela Companhia em 2025.

(b) A receita de atualização do ativo financeiro apresentou aumento de R\$ 10.725, decorrente da revisão da taxa WACC no exercício de 2025;

(c) As variações monetárias ativas registraram elevação de R\$ 8.515, oriunda primordialmente da atualização monetária de créditos tributários a recuperar e da reversão de atualização monetária de contingências judiciais.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Verificou-se um incremento de R\$ 19.177 em variação cambial ativa, decorrente do efeito da valorização do Real frente ao Euro, notadamente concentrada no período entre setembro e novembro de 2025. Esse impacto positivo no resultado financeiro refere-se à atualização do saldo devedor do empréstimo junto à AFD, cuja paridade cambial favoreceu a redução do passivo em moeda funcional no período;
- (e) Os juros sobre debêntures apresentaram elevação de R\$ 61.769, explicada pela combinação do maior patamar das taxas de juros no período e pelo custo associado ao resgate antecipado da primeira emissão de debêntures no terceiro trimestre de 2025.
- (f) O aumento de R\$ 95.761 na atualização monetária passiva decorre, substancialmente, dos encargos sobre a remuneração do investimento da PPP de esgoto, do impacto da revisão da metodologia de classificação de encargos financeiros e do comissionamento de novos financiamentos.
- (g) As contas de variação cambial passiva e swap apresentaram incremento consolidado de R\$ 45.761, em virtude da desvalorização do Real frente ao Euro em dezembro de 2025 e do efeito acumulado da marcação a mercado dos instrumentos de swap desde sua contratação. Ressalta-se que tanto a variação cambial quanto o instrumento de swap são integralmente vinculados à proteção e atualização do empréstimo junto à AFD.

39. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, a Companhia recebeu o aporte de R\$ 117.000, realizado pelo acionista Estado do Ceará, sem a emissão imediata de novas ações. Este montante, somado aos R\$ 90.000 integralizados entre julho e setembro de 2025, totaliza R\$ 207.000 em recursos recebidos até a presente data.

O aporte integra o cronograma de investimentos de R\$ 500.000 previstos pelo Estado do Ceará, oriundos de linha de financiamento contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do programa BNDES Invest Impacto, conforme detalhado em Comunicado ao Mercado divulgado em 27 de setembro de 2024.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas
Diretor Presidente

Francisco Rogério Gomes Leite
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta Freire
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE

Notas explicativas da Administração às informações contábeis do exercício

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pedro Henrique Leite Gomes

Contador CRC/CE 018577/O-8

André Lopes Camurça

Gerente de Contabilidade

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Declaração dos Diretores sobre as demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2025

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, incisos VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

**Neurisangelo Cavalcante de
Freitas**
Diretor Presidente

**Francisco Rogério Gomes
Leite**
Diretor de Operações

**Cláudia Elizângela Tolentino
Caixeta Freire**
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio
do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 27, incisos V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, sobre às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026.

**Neurisangelo Cavalcante de
Freitas**
Diretor Presidente

**Francisco Rogério Gomes
Leite**
Diretor de Operações

**Cláudia Elizângela Tolentino
Caixeta Freire**
Diretora de Mercado

Carlos Emanuel Brito Salmito
Diretor de Negócio
do Interior

José Carlos Lima Asfor
Diretor de Engenharia

Dario Sidrim Perini
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

José Leite Gonçalves Cruz
Diretor de Gestão Corporativa

Luciano de Arruda Coelho Filho
Diretor de Gestão de Parcerias

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD 2025

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Introdução

O COAUD - Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE é um órgão vinculado ao Conselho de Administração, com função de órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, ao qual se reporta diretamente, tendo sido implantado nesta Companhia em julho de 2018, com atuação independente, possuindo arrimo nas normas estabelecidas pela Lei Federal nº 13.303/2016, bem como no Estatuto Consolidado da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, disponível no site oficial da Empresa.

O COAUD, no exercício de 2025, foi integrado por 03 (*três*) membros, composto da seguinte forma: Clara Germana Campos Gonçalves Torquato, na qualidade de Coordenadora do Comitê, Lilia Palmeira Pinheiro e Christiane do Vale Leitão, na qualidade de membros do COAUD, com mandatos até 28 de junho de 2026, os quais aprovaram as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025.

O COAUD tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da Companhia; análise dos processos de gestão de riscos, governança, compliance e controles internos; acompanhamento da atuação da auditoria interna e dos auditores independentes.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

O Comitê acompanha, ainda, o andamento de denúncias endereçadas à Companhia e os trabalhos do setor de Ouvidoria - analisando casos de nepotismo, fraudes, desvios de material etc., bem como o andamento dos trabalhos de setores estratégicos como o Setor Jurídico, Setor de Ativos, de Tecnologia da Informação, Relação com Investidores dentre outras.

Os Administradores da Companhia são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Contábeis, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação aos critérios de governança aplicáveis.

Cumprе, por бem, informar que a empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S foi a responsável pela auditoria independente das Demonstrações Contábeis da Companhia, encerradas em 31 de dezembro de 2025, e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Por oportuno, como parte habitual de suas

atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUD no exercício

O COAUD desenvolveu, no ano de 2025, um intenso aprofundamento no conhecimento dos negócios da Companhia e familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo dos meses de atividade, o COAUD manteve diversas reuniões formais com Coordenadores e Gerentes da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, adicionalmente com a CAGEPREV e Ouvidoria, além de reuniões com a Auditoria Externa, isoladamente e em conjunto com os administradores, bem como com diversos setores estratégicos da Companhia, como o setor Jurídico, de Tecnologia da Informação, Setor de Ativos, Relação com Investidores etc.

Nessas reuniões, foram abordados vários assuntos relacionados com as Demonstrações Contábeis, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos membros do COAUD com a auditoria interna, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações.

O COAUD acompanhou a construção das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foi realizada com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes, bem como recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Conforme suas disposições legais, o colegiado apresentará, até abril de 2026, ao Conselho de Administração, minucioso relato impresso, destacando as atividades, resultados e recomendações, com esteio nos dados e informações apresentados pelos relatórios técnicos dos Auditores Internos e dos Independentes, bem como nas informações fornecidas durante as reuniões mensais realizadas.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUD repousam nos dados e informações que lhe foram apresentados pela Administração da Companhia (*em especial pelas áreas Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna e Externa*).

Com relação à Auditoria Externa, o COAUD não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à CAGECE, bem como não tem conhecimento de quaisquer divergências significativas, de natureza contábil e de divulgação das Demonstrações Contábeis, entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUD.

Quanto à estrutura de controles internos e gestão de riscos, o COAUD considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, considerando-se as particularidades próprias do período de transição para a plena adoção da Lei nº 13.303/16.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação, no transcorrer de 2025, não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Diante do exposto, o COAUD considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhada do parecer dos auditores independentes, sem ressalvas. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026.

Clara Germana Campos Gonçalves
Torquato
Coordenadora

Líliá Palmeira
Pinheiro
Membra

Christiane do Vale Leitão
Membro

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário sobre as
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o conjunto de relatórios que compõem as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo eles: i) Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis; ii) Balanço patrimonial; iii) Demonstração do resultado do exercício; iv) Demonstração do resultado abrangente; v) Demonstração das mutações do patrimônio líquido; vi) Demonstração dos fluxos de caixa; vii) Demonstração do valor adicionado; e viii) Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nos exames efetuados, e considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, durante todo o exercício social e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de fevereiro de 2026, considerou que não houve distorção relevante no Relatório da Administração, portanto, nada relatando a este respeito, este Comitê de Auditoria opina favoravelmente à aprovação do Relatório de Auditor independente sobre as Demonstrações Contábeis da CAGECE de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, visto que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendamos a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, a ser submetida à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da CAGECE.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026.

Clara Germana Campos
Gonçalves Torquato
Coordenadora

Christiane do Vale Leitão
Membro

Líliá Palmeira Pinheiro
Membra

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Parecer do Conselho de Administração sobre as
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e do Relatório dos Auditores Independentes da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, datado de 27 de fevereiro de 2026.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria independente, concluíram que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026

Eduardo Sávio Passos
Rodrigues Martins
Presidente

Carlos Emanuel Brito Salmito
Conselheiro

Neurisangelo Cavalcante de
Freitas
Conselheiro

Renata Moraes Duarte Serpa
Conselheira

Ricardo Eleutério Rocha
Conselheiro

Janderson Lourenço Muniz
Braga
Conselheira

Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Também foram examinados o Relatório Anual da Administração e a Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base em análises efetuadas pela Administração e pelo Comitê de Auditoria, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, datado de 27 de fevereiro de 2026, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2026.

Sandro Camilo Carvalho

Presidente

Francisco das Chagas Cipriano
Vieira

Conselheiro Titular

Raquel Lopes de Sousa

Conselheiro Titular

Francisco de Castro Menezes
Júnior

Conselheiro Titular

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Conselheiro Titular